



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2003

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

MENSAGEM PRESIDENCIAL

**Brasília, DF
2002**

Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2003 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2002.
7v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo: Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, Poder Executivo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público da União, outros órgãos do Poder Executivo (encargos financeiros, transferências, refinanciamento, operações oficiais de crédito e reserva de contingência) -- v. 4 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações – v. 7. Quadros síntese da programação da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social – série histórica: quadro síntese da União, quadros síntese dos órgãos e unidades, especificação das fontes de recursos.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2003. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2003"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília – DF

Mensagem nº 764

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2003”, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição, e no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Projeto compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e foi elaborado de acordo com a Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003(LDO – 2003), e em conformidade com a Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) relativo ao período 2000-2003.

Brasília, 29 de agosto de 2002.

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS FISCAL E SOCIAL	10
II. PROGRAMAS DE GOVERNO	20
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	21
SAÚDE	23
Acesso Universal e Igualitário	25
A Prevenção como Prioridade	28
A Garantia da Qualidade	30
EDUCAÇÃO	32
Educação Infantil	33
Ensino Fundamental	34
Ensino Médio	37
Ensino Superior	38
Educação Profissional	40
Educação de Jovens e Adultos	41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	43
Proteção ao Idoso	44
Proteção à Criança e Inserção Social do Jovem	45
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	46
Comunidade Ativa	47
PREVIDÊNCIA SOCIAL	48
A Previdência Social mais Próxima do Cidadão	48
Aumento da Cobertura: Um Grande Desafio da Previdência Social	49
Previdência Complementar	51
TRABALHO E EMPREGO	52
Proteção Social do Trabalhador	53
Empregabilidade	54
Relações de Trabalho	54
SANEAMENTO, HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA	56
Saneamento	57
Habitação	58
CULTURA	60
Preservação Cultural	60
Produção e Difusão Cultural	61
Cultura Afro-Brasileira	62
DESPORTO E LAZER	63
O Desporto como Instrumento de Inserção Social	63
Esporte de Rendimento	64
DIREITOS DA CIDADANIA	65
Criança e Adolescente	65
Questão Indígena	66
Direitos Humanos	66
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	68
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	70
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DE RENDA	72
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA	74
TRANSPORTES	74
Setor Rodoviário	75
Setor Ferroviário	80
Setor Aquaviário	82
Setor Aeroportuário	83
ENERGIA	85
Setor Elétrico	85
Setor de Combustíveis	89
COMUNICAÇÕES	92
Oferta e Qualidade dos Serviços de Comunicação	92
Inovação Tecnológica das Telecomunicações	93
ÁREA DE PRODUÇÃO	94
AGRICULTURA	94
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	96
Comércio Exterior	97
Incentivos à Exportação	98
Metrologia e Propriedade Intelectual	98
Incentivo às Micro, Pequenas e Médias Empresas	99
Turismo	99
ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	101
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	101

ÁREA DE GESTÃO AMBIENTAL	104
MEIO AMBIENTE	105
Florestas e Biodiversidade	105
Educação e Qualidade Ambiental	107
Gestão de Resíduos Sólidos	108
RECURSOS HÍDRICOS	109
Oferta de Água	110
Expansão Agrícola - Irrigação e Drenagem	114
Bacias Hidrográficas	116
ÁREA DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E DEFESA	117
DEFESA NACIONAL	117
SEGURANÇA PÚBLICA	122
DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO	124
ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	125
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FAZENDÁRIA	125
Defesa Jurídica da União	126
PLANEJAMENTO E GESTÃO	128
ÁREA DE POLÍTICA EXTERNA	129
RELAÇÕES EXTERIORES	129
ÁREA DE INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	130
PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	130
Precatórios e Sentenças de Pequeno Valor	132
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	132
JUSTIFICATIVA DO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	133
III. RECEITA	134
RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	135
RECEITAS PRIMÁRIAS	136
RECEITAS FINANCEIRAS	140
RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	141
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	141
IV. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	142
V. SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS	147
REGIME DE PREVIDÊNCIA DO SETOR PRIVADO	147
REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	149
VI. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	150
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL	150
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	152
VII. AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	153
(INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)	153
APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	153
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	154

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS FISCAL E SOCIAL

Esta análise tem por objetivo traçar um panorama da conjuntura econômica do País, no período de 2001 e 2002, e suas perspectivas para 2003, atualizando as informações de que trata o § 4º, do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000. Em relação a 2003, serão também analisados os impactos do cenário macroeconômico sobre a proposta orçamentária para aquele exercício.

No início de 2001, as expectativas para a economia eram bastante positivas, respaldadas nas indicações de crescimento do produto, recuperação do emprego, ampliação dos saldos comerciais e queda da inflação. Ao longo do ano, no entanto, ocorreram diversos choques provenientes de fatores internos e externos ao País que alteraram, de forma desfavorável, a evolução das principais variáveis macroeconômicas. Entre os principais choques, pode-se destacar: a escassez de energia elétrica em decorrência de fatores climáticos; a desaceleração da economia mundial mais pronunciada que o esperado; os eventos de 11 de setembro nos EUA; o agravamento da crise argentina; a elevação dos prêmios de risco associados a países emergentes, com reflexos negativos sobre os fluxos de capital externo e pressões sobre a taxa de câmbio; e a elevação de preços agrícolas devido ao choque cambial e às condições climáticas adversas.

O Governo atuou com intensidade na gestão da crise energética e, em conjunto com a mobilização da sociedade, conseguiu minimizar os efeitos negativos do racionamento sobre a produção, o emprego e o bem-estar da população.

No curto prazo, contudo, a redução da oferta de energia, que é um insumo básico na matriz de produção nacional, teve, em conjunto com os demais fatores, impacto negativo sobre a produção e o nível de atividade. Em virtude disso, o PIB, que no primeiro trimestre de 2001 havia aumentado 4,3% em relação ao mesmo período de 2000, teve sua taxa de crescimento reduzida ao longo do ano, encerrando com um aumento de 1,5%. Os efeitos foram disseminados e, entre todos os setores da economia, a indústria, por ser o mais intensivo na utilização de energia elétrica, foi o mais atingido, tendo sua taxa de expansão recuado, de 5,43% no segundo trimestre de 2001, para 0,58%, no fechamento do ano.

O pequeno crescimento da indústria nesse período ocultou a profunda reestruturação do

processo produtivo, concretizada em poucos meses, devido à adoção de técnicas e equipamentos poupadores de energia. Transformação assemelhada pôde ser observada nos hábitos da população, de menor consumo de energia e, como consequência, de bens de consumo duráveis. Essas restrições levaram a uma menor velocidade de ampliação do emprego, particularmente a partir de setembro, quando se conjugaram os fatores internos com a crise americana. Ainda assim, a taxa de desemprego semanal declinou da média de 7,14% em 2000 para 6,23% em 2001. Deve-se salientar, no entanto, que, contrariando as expectativas no momento do começo do racionamento, o emprego industrial só diminuiu bem depois, a partir de outubro, o que permitiu, para o ano de 2001, um acréscimo 1,24% no número de trabalhadores nesse setor.

Em que pese o fato de o cenário internacional apresentar-se desfavorável, tanto ao comércio como ao financiamento e aos investimentos estrangeiros, o Balanço de Pagamentos do País registrou superávit de U\$ 3,3 bilhões, em 2001, com um déficit em transações correntes de US\$ 23,2 bilhões. Para alcançar esse desempenho, foi importante a melhoria dos resultados na balança comercial que, a despeito da queda nas exportações para a Argentina e do declínio no preço das principais matérias primas da pauta de exportação, apresentou um superávit de US\$ 2,6 bilhões, comparado ao déficit de US\$ 697,7 milhões no ano anterior.

Nesse quadro de arrefecimento do nível de atividade da economia americana e do aprofundamento da crise argentina, a taxa de câmbio foi a variável que mais refletiu os potenciais efeitos da mudança do ambiente internacional sobre a economia brasileira. O câmbio evoluiu de R\$ 1,94/ US\$ no início do ano para um máximo de R\$ 2,80/ US\$ em setembro, quando o ataque terrorista aos Estados Unidos exacerbou a incerteza sobre a trajetória da economia mundial.

Contudo, a adoção de uma política monetária mais restritiva e o continuado cumprimento das metas fiscais evitaram que a desvalorização do câmbio se traduzisse em descontrole das taxas de inflação. Para alcançar tal objetivo, a trajetória descendente da taxa de juros no início do ano foi revertida no mês de março, quando a taxa passou de 15,25% para 15,75% a.a., tendo o movimento ascendente continuado até a taxa alcançar 19% em julho. A taxa permaneceu nesse patamar até fevereiro de 2002, quando a trajetória dos preços permitiu sua redução para 18,75%. A atuação da política monetária, o sucesso das medidas adotadas para superar a escassez de energia e a recuperação dos saldos comerciais contribuíram para a maior serenidade no mercado de câmbio e a apreciação do real, cuja taxa terminou o ano em R\$

2,34/ US\$.

A alta da taxa de câmbio foi um dos fatores que contribuíram de forma importante para que a meta de inflação não fosse atingida em 2001 e o IPCA acumulasse uma variação de 7,7% no ano. A maior contribuição para a elevação dos preços veio daqueles corrigidos por contrato, que se elevaram 10,4% no ano. Esse aumento deveu-se aos efeitos indiretos da taxa de câmbio, de algumas medidas para a racionalização do consumo de energia elétrica e dos reajustes do preço dos combustíveis.

No mesmo período, o setor público consolidado alcançou um superávit primário de R\$ 43,7 bilhões, com uma importante contribuição dos governos estaduais e municipais. Os resultados obtidos nas finanças estaduais refletem, em grande medida, a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o cumprimento das obrigações associadas ao refinanciamento das dívidas daqueles entes com o Tesouro Nacional.

No início de 2002, o cenário econômico apontava para desenvolvimentos positivos no campo da inflação, balança comercial e atividade econômica. Esperava-se uma redução da inflação acumulada em doze meses para uma taxa próxima a 4%, um saldo da balança comercial próximo a US\$ 5,0 bilhões, com a retomada do crescimento econômico compatível com uma expansão do PIB em 2002 entre 2% e 2,5%.

As expectativas do início do ano baseavam-se nos altos saldos positivos da balança comercial, registrados no final de 2001, e na rápida recuperação experimentada pela atividade industrial, após a desaceleração da produção criada pela restrição energética. Essas expectativas foram confirmadas pelos dados de produção e de consumo dos primeiros meses do ano. A produção industrial dessazonalizada continuou crescendo, acumulando uma expansão de 3,9% entre outubro de 2001 e março de 2002. A análise da produção industrial por categorias de uso mostra que a recuperação neste período foi liderada pela expansão da produção de bens duráveis (8,8%) e intermediários (5,1%). No âmbito externo, a economia americana dava sinais de uma rápida recuperação.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre do ano confirmou a recuperação gradual da economia. A expansão em relação ao trimestre anterior – sazonalmente ajustada – foi de 1,3%, enquanto que a queda de 0,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior foi pequena, com a recuperação da agricultura e dos serviços compensando parcialmente a forte contração da indústria verificada na comparação anual.

A balança comercial nos três primeiros meses do ano acumulou um superávit de US\$1,03 bilhão, como resultado da redução em 25% das importações e uma contração de 14% das exportações. As exportações foram afetadas pela desaceleração da economia mundial, que deprimiu os preços internacionais e as quantidades exportadas pelo país, e pela crise argentina, que reduziu em mais de 60% o valor exportado para esse mercado.

O índice de preços ao consumidor (IPCA) acumulou uma alta de 1,5 %, no primeiro trimestre do ano, e de 7,8% nos doze meses até março. Cabe destacar que os preços livres foram a principal fonte de pressão inflacionária no trimestre, sendo os preços regulados responsáveis por uma parcela pequena do aumento total do IPCA.

A partir de maio, diversos fatores contribuíram para uma mudança das expectativas com relação à manutenção do ritmo da atividade econômica observado no início do ano. Evidenciou-se que, do lado da demanda externa, o fraco ritmo de recuperação da economia mundial e, especialmente, a crise econômica argentina, estavam afetando o valor e a velocidade da recuperação das exportações brasileiras além do previsto. Em contrapartida, do lado da demanda doméstica, a cautela dos consumidores estava deprimindo o consumo de bens duráveis, enquanto a capacidade ociosa adicionada às incertezas de um ano eleitoral estava retraindo as decisões de novos investimentos.

O menor dinamismo da demanda agregada refletia a fraca propagação para o resto da economia do crescimento da atividade observado no início do ano, não havendo multiplicação dos efeitos da recomposição dos estoques de bens intermediários, por parte das firmas, e do aumento da demanda de bens duráveis após as restrições energéticas, por parte das famílias. Adicionalmente, o aumento da aversão ao risco dos investidores estrangeiros e a incerteza sobre os rumos da política econômica associada ao processo eleitoral passaram a contribuir para reduzir a disposição de investidores locais e estrangeiros para ampliar os investimentos no Brasil. Desde então, alteraram-se quatro variáveis-chaves para o desempenho da economia: os juros, a taxa de câmbio, o financiamento externo e as expectativas de empresários e consumidores.

A nova trajetória dessas variáveis aponta para um enfraquecimento da conjuntura no segundo semestre de 2002, prenunciada já em alguns indicadores recentes de produção e de consumo. Do lado do consumo, observa-se que, apesar das vendas de bens não duráveis terem crescido até junho, quando comparadas aos níveis do ano passado, as vendas de duráveis e dos segmentos ligados ao crédito apresentaram um quadro de estagnação ou de declínio. Além

disto, a produção de bens semi e não duráveis registrou uma alta de apenas 0,3% até junho, quando comparada aos níveis do ano anterior, enquanto que o índice de produção de duráveis teve queda de 5,2% nos seis primeiros meses, tendo a produção de veículos caído quase 10% no mesmo período.

A expansão das vendas dos bens não duráveis até junho, em relação ao ano anterior, baseou-se em dois fatores. O primeiro foi a recuperação do emprego — formal e informal, que cresceu 1,6% no período, com melhora do rendimento médio real do trabalhador sem carteira. O segundo foi resultado do crescimento de outros componentes da renda real do consumidor, refletida na soma da massa salarial real (das seis principais regiões metropolitanas do País) com a massa de benefícios reais do INSS. A renda, assim calculada, cresceu 1,4% em termos reais, no primeiro semestre do ano.

Por outro lado, a redução da vendas de bens duráveis parece estar mais relacionada com um enfraquecimento pela demanda de crédito do que com restrições da sua oferta, associadas, por exemplo, a aumentos da inadimplência. Os indicadores de comércio, na primeira parte do ano, não corroboram a percepção de um aumento extraordinário da inadimplência das famílias, enquanto que os indicadores bancários de crédito apontam para a estabilização do nível dessa variável, com uma melhor distribuição da carteira bancária em termos de tipo de empréstimo.

Do lado do investimento, a produção de bens de capital, entre janeiro e junho, foi 1,1% inferior aos valores do mesmo período de 2001. Particularmente significativo foi o recuo da produção de equipamentos de energia e de material de transporte. Como reflexo, as consultas para financiamento do BNDES tiveram uma forte redução em abril e maio, decorrente de uma redução dos projetos na área de energia na esteira da superação da escassez de energia elétrica. Por outro lado, o destaque positivo continua sendo o persistente crescimento da produção de bens de capital associados às atividades agrícolas.

Em relação ao IPCA, observou-se uma elevação de 2,9% no primeiro semestre de 2002, acumulando uma alta de 7,7% nos doze meses até junho. Associada ao início da entressafra agrícola e à concentração dos aumentos contratuais de tarifas públicas, a alta sazonal da inflação de meados do ano em 2002 foi reforçada pelas repercussões da depreciação cambial. Os efeitos mais diretos e imediatos desta variação têm se dado sobre os preços de bens primários e reajustes das tarifas. O comportamento moderado da demanda deve continuar dificultando repasses maiores da depreciação do câmbio para os consumidores nos setores em que os preços são livres.

A conjuntura atual comporta, no entanto, alguns fatores que sugerem a perspectiva de melhora no panorama econômico a partir do quarto trimestre, compatível com uma estimativa de crescimento real da economia em torno de 1,5% no exercício de 2002 e 3,0% no exercício de 2003.

Apesar das condições dos mercados internacionais, a balança comercial acumulou um superávit de US\$ 2,6 bilhões até junho, levando o saldo acumulado em doze meses para US\$ 5,3 bilhões. Os saldos positivos registrados pela balança comercial foram um dos fatores para a redução de mais de US\$ 5,0 bilhões do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos na primeira metade de 2002, o qual somou US\$ 8,3 bilhões. Nos próximos meses, o câmbio deverá continuar a estimular as exportações líquidas da economia e, com isso, a produção e a renda no setor de bens exportáveis e de bens que competem com as importações.

A decisão do COPOM de reduzir a taxa SELIC, de 18,5% para 18,0%, deverá contribuir para compensar, em parte, os efeitos depressivos do aumento dos juros futuros sobre as condições de crédito dos bens duráveis. Embora os efeitos positivos não devam ser imediatos, certamente contribuirão, principalmente se houver novas reduções da taxa SELIC, para estimular empresários e consumidores, que terão melhores condições para a aquisição de bens duráveis.

Além disso, espera-se que a recuperação do consumo de bens não duráveis se mantenha no segundo semestre, pois, já a partir de junho, os consumidores de baixa renda passaram a receber o pagamento do FGTS. O volume de recursos a ser pago aos trabalhadores até dezembro é significativo - equivalente a um décimo terceiro salário, somando R\$ 11,5 bilhões.

A expansão do emprego deverá continuar no segundo semestre, caso se verifique um bom desempenho das exportações. Nesse caso, a massa salarial e as expectativas dos consumidores também tenderiam a se fortalecer, contribuindo para a expansão da demanda de bens duráveis, complementando o estímulo proporcionado pelas melhores condições de crédito.

Por outro lado, não se deve esperar um volume importante de novas decisões de investimento neste ano, dada a existência de capacidade ociosa e as incertezas naturais do processo eleitoral. Uma expansão do consumo aparente de máquinas e equipamentos para a indústria deverá depender do crescimento da renda e do emprego liderado pela demanda externa. No entanto, deverá ser observada a continuidade dos projetos de investimento nos setores de energia, iniciados no ano passado, e na agricultura decorrentes do bom desempenho

do setor.

O ajuste em curso da conta corrente, resultado dos superávits na balança comercial e da redução das despesas com serviços reais, permite esperar a manutenção da trajetória de redução das necessidades de financiamento do Balanço de Pagamentos. Ademais, com a expectativa de uma atenuação das incertezas no último trimestre do ano, espera-se um retorno à normalidade das taxas de rolagem dos vencimentos financeiros do setor privado, favorecendo as exportações.

Ressalte-se que a recente proposta de acordo de *stand by* de 15 meses a ser submetido em setembro à diretoria do Fundo Monetário Internacional vem reduzir o grau de incerteza sobre a economia, com a expectativa de um efeito positivo sobre as decisões dos agentes econômicos. O novo acordo oferece US\$ 30 bilhões em financiamento adicional do FMI, sendo que 80% serão desembolsados em 2003. Além disso, o piso das reservas internacionais líquidas estipulado pelo atual acordo será reduzido em US\$ 10 bilhões imediatamente após a aprovação do novo programa.

O novo programa prevê a manutenção da meta de superávit primário de 3,75% do PIB em 2003, estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2003.

A Proposta Orçamentária de 2003, atendendo ao estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias –2003, prevê um superávit primário de 2,25% do PIB no âmbito do governo central, e de 0,55% do PIB nas empresas estatais federais, conforme tabela a seguir.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO FEDERAL

Discriminação	Realizado/01		PL 2002		2002 - Reprog.		2003 - PLO	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. RECEITAS, EXCETO PREVIDÊNCIA SOCIAL	209,6	17,69	238,7	18,29	240,0	18,50	249,6	17,66
1. Receitas Administradas	184,4	15,56	206,1	15,79	211,7	16,31	220,9	15,63
Impostos	91,7	7,74	100,2	7,68	102,9	7,93	101,8	7,20
Contribuições e Demais Tributos	92,7	7,82	105,9	8,11	108,7	8,38	119,2	8,43
2. Receitas Não-Administradas	25,2	2,13	32,6	2,50	28,4	2,19	28,7	2,03
Concessões	4,4	0,37	6,4	0,49	1,6	0,13	1,1	0,08
Dividendos	3,2	0,27	2,9	0,22	3,7	0,28	4,2	0,30
Cota-Parte de Compensações Financeiras	4,7	0,40	5,4	0,41	6,4	0,50	6,5	0,46
Receitas Próprias	7,3	0,62	8,8	0,68	8,3	0,64	9,6	0,68
Demais Receitas	5,5	0,47	7,2	0,55	8,4	0,65	7,2	0,51
II. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	43,2	3,65	47,1	3,61	49,8	3,84	49,7	3,52
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	166,4	14,04	191,6	14,68	190,2	14,66	199,9	14,14
IV. DESPESAS, EXCETO PREVIDÊNCIA SOCIAL	131,1	11,07	148,7	11,40	143,4	11,05	148,6	10,51
1. Pessoal e Encargos Sociais	64,9	5,48	68,5	5,25	71,7	5,53	76,4	5,41
2. Outras Despesas Obrigatórias	34,1	2,88	42,2	3,23	42,2	3,25	40,2	2,84
3. Despesas Discricionárias	32,2	2,71	38,0	2,91	29,5	2,27	32,0	2,26
Legislativo/Judiciário/MPU	2,0	0,17	2,6	0,20	2,7	0,21	2,7	0,19
Poder Executivo	30,2	2,55	35,4	2,71	26,8	2,06	29,3	2,07
V. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-12,8	-1,08	-13,6	-1,05	-17,0	-1,31	-19,6	-1,38
1. Receitas do INSS	63,0	5,32	69,6	5,34	70,9	5,46	78,3	5,54
2. Benefícios da Previdência	75,8	6,40	83,3	6,38	87,9	6,77	97,9	6,92
VI DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,4	-0,04			0,8	0,07		
VII. RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL E SEG. SOCIAL (III-IV+V+VI)	22,0	1,86	29,2	2,24	30,7	2,36	31,8	2,25
VIII. JUROS NOMINAIS	47,3	3,99	72,9	5,59	54,6	4,21	67,5	4,77
IX. NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VII - VIII)	-25,3	-2,13	-43,7	-3,35	-23,9	-1,84	-35,7	-2,53
X. PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	7,6	0,64	7,5	0,57	7,5	0,57	7,8	0,55
XI. PRIMÁRIO UNIÃO (VII + X)	29,6	2,49	36,7	2,81	38,2	2,94	39,6	2,80

(*) Considera: Valor Mínimo com Saúde (EC nº 29), Subsídios e Subvenções, Abono Salarial e Seguro Desemprego, Sentenças Judiciais, LC nº 87, Fundef complementação, LOAS, doações, despesas primárias do FDA e FDNE e indenizações Proagro.

(**) Não considera, tanto na receita como na despesa, a complementação da atualização do FGTS, visto que o resultado primário desta conta é nulo.

Crédito: Caixa: (+) Superávit (-) Déficit

Os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas, especialmente dos itens de receita, são os apresentados no quadro abaixo e refletem as perspectivas econômicas vigentes em agosto, em linha com as previsões feitas por agentes econômicos e financeiros, coligidas e publicadas, por exemplo, pelo BACEN.

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS REALIZADAS / PROJETADAS

	2000	2001	2002	2003
Crescimento real do PIB (% a.a.)	4,36%	1,51%	1,50%	3,00%
Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 mese	9,80%	10,40%	8,80%	6,00%
Inflação IGP - DI (% a.a. - Índice m	13,76%	10,37%	9,48%	7,39%
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez.)	1,96	2,32	2,90	2,90
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	1,83	2,35	2,70	2,90
Taxa de juros nominal (% a.a. - 12	17,43%	17,32%	18,34%	16,26%

Desde meados de 1998, com o lançamento do Programa de Estabilidade Fiscal, o setor público tem empreendido um profundo ajuste em suas contas, tendo passado de um déficit primário de 1,18% do PIB nos doze meses terminados em setembro de 1998, para um superávit de 3,41% nos doze meses findos em junho de 2002. As metas fiscais estabelecidas ao longo dos últimos quatro anos, superiores a 3% do PIB, foram integralmente alcançadas, por meio do firme manejo dos instrumentos de política fiscal disponíveis, de mudanças estruturais, como no âmbito da Previdência Social, e da melhoria contínua do processo orçamentário, que, entre outros avanços, passou a contar com uma política de metas fiscais e com mecanismos efetivos para a sua obtenção. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, alterou o marco institucional da política fiscal, mediante a consagração de um conjunto de regras, princípios e normas fundamentais voltadas para a transparência e a disciplina fiscal nos três níveis de governo, cujos resultados efetivos já podem ser claramente percebidos.

A maior parte do ajuste no governo central foi obtido por meio da redução das despesas de custeio e investimento e por medidas tributárias que permitiram aumentar a arrecadação federal. Uma característica importante do ajuste é que, ao contrário da experiência de alguns países que reordenaram suas contas públicas, não foi acompanhado de forte compressão nos gastos sociais, mas sim de sua expansão. Verifica-se que as despesas totais do governo central aumentaram em 1,5 ponto percentual do PIB de 1998 para 2002. A maior parte desse aumento deveu-se à ampliação ou à criação de novos programas nas áreas sociais.

Tabela 1: Despesa Primária do Governo Central 1998-2002
(em percentagem do PIB)

	1998	1999	2000	2001	2002	Varição 1998-2002
Total	16,5	16,5	17,1	18,0	18,0	1,50
Pessoal	5,3	5,2	5,4	5,5	5,6	0,30
Previdência	5,8	6	6,1	6,5	6,8	1,00
Subsídios e Subvenções	0,2	0,2	0,3	0,2	0,4	0,20
Seguro Desemprego	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,00
Lei Kandir	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,10
LOAS	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,20
Fundo Combate à Pobreza	-	-	-	0,2	0,4	
Outras obrigatórias	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,20
Min. Saúde	1,4	1,6	1,6	1,7	1,6	0,20
Atividades	1,6	1,5	1,4	1,6	1,2	-0,40
Projetos	0,9	0,6	0,9	1,1	0,5	-0,40

Os gastos da Previdência Social, em particular, aumentaram 1,0 ponto percentual do PIB, explicado pelo crescimento de 20,6% do valor real do salário mínimo, se comparado à variação do INPC no mesmo período, e pela expansão do contingente de beneficiários.

Além do aumento do gasto da previdência social, introduziu-se um novo conjunto de programas sociais, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. O financiamento desses novos programas, entre outros, tem sido executado no âmbito do Fundo de Combate à Pobreza, que representa hoje um compromisso orçamentário perto de 0,4% do PIB. O gasto social também aumentou em função da ampliação do valor do benefício e do número de beneficiários de programas assistenciais para idosos e deficientes, como aqueles no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, cuja despesa passou de 0,2% do PIB para 0,3% do PIB. Além disso, ao longo de todo o período de ajuste, o gasto com a saúde praticamente acompanhou o crescimento nominal do PIB.

Por outro lado, os gastos com o funcionalismo cresceram, inclusive como percentagem do PIB (4,5% de crescimento relativo, subindo para 5,6% do PIB), refletindo a crescente pressão da despesa com os funcionários inativos, a reestruturação de carreiras com aumentos individualizados de remuneração, e a correção de efeitos da inflação sobre os salários, a partir

de 2001.

As *Demais Despesas*, isto é, os gastos discricionários com atividades e com projetos associados ao investimento público têm se reduzido, em face da expansão dos gastos sociais e da pressão de outras despesas obrigatórias. Os gastos discricionários com atividades (excluindo a Saúde) vêm decrescendo de forma sistemática, demonstrando o esforço na melhoria da eficiência do gasto. Por outro lado, apesar das restrições fiscais, foi possível implementar parte substancial do PPA 2000-2003 por meio de um conjunto de programas estratégicos.

A Proposta Orçamentária para 2003 reflete tanto as perspectivas macroeconômicas atuais, quanto as tendências fiscais dos anos recentes. Esse cenário prevê um crescimento real do PIB de 3,0%, em 2003, resultando em um PIB nominal de R\$ 1.416,0 bilhão e um crescimento das receitas ordinárias relativamente proporcional.

Do lado da despesa, a presente proposta orçamentária contempla uma expansão, decorrente, entre outros fatores, do aumento de benefícios sociais, da preservação do gasto com saúde, da ampliação de programas de transferência de renda para a população mais pobre e do apoio à educação fundamental, assim como do impacto do aumento do salário mínimo sobre a previdência social e da cobertura do desequilíbrio nas contas da previdência do setor público.

O Poder Executivo está enviando uma medida provisória propondo a prorrogação das alíquotas atuais da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, que constituirá uma receita condicionada de magnitude próxima a 0,5% do total das receitas primárias.

A Proposta de Orçamento ora encaminhada ao Congresso possibilita a manutenção dos gastos públicos de caráter social, em especial daqueles que possuem maior impacto sobre o bem-estar da população. Continua-se ampliando a seletividade e a focalização do gasto público, privilegiando ações nas áreas de saúde, educação e assistência social, e direcionando recursos para os grupos sociais mais vulneráveis. Dessa forma, compatibiliza-se a necessidade de gerar superávits primários com as demandas sociais prementes, cujo atendimento, em escala crescente nos últimos exercícios, permitiu melhorar a qualidade de vida de expressivo contingente da população, conforme atestado pelos dados do Censo 2000.

Os últimos oito anos foram marcados por um forte avanço nas condições sociais da população brasileira. Além da redução observada nos indicadores de pobreza e de indigência, nos anos que se seguiram ao Plano Real, é notável a evolução verificada na maioria dos indicadores sociais.

O esforço do Governo Federal , articulado com o de Estados e Municípios, produziu resultados significativos em todas as áreas sociais, exemplificados na queda acentuada da taxa de mortalidade infantil e na universalização do ensino fundamental.

A contínua melhoria da qualidade do gasto público permanece, assim, como estratégia fundamental para o avanço social do País e a estabilidade econômica.

II. PROGRAMAS DE GOVERNO

Os recursos da Proposta Orçamentária para 2003 foram alocados de forma a cumprir as diretrizes determinadas no Plano Plurianual 2000-2003 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que priorizam os programas e ações relacionados ao Desenvolvimento Social e aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

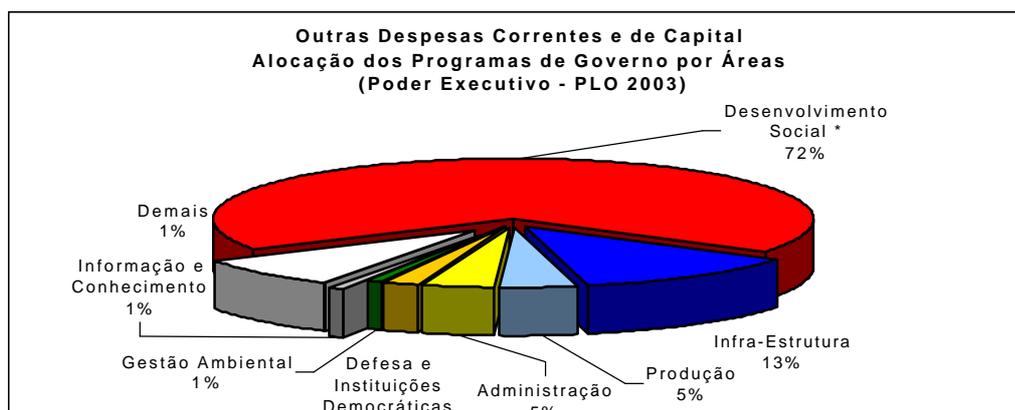
Os recursos previstos para os Programas de Governo são da ordem de R\$ 214,7 bilhões. Esse valor será aplicado nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais Federais, excluindo-se as destinações reservadas à Dívida Pública Federal Interna e Externa, às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e às Transferências

ALOCAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO POR ÁREAS

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		R\$ milhões
Discriminação	PLO2002	PLO2003
Desenvolvimento Social*	129.545,4	142.971,8
Infra-Estrutura	24.460,1	26.693,1
Área de Produção **	8.328,6	8.715,0
Administração	9.779,7	8.394,6
Defesa e Segurança	4.704,2	4.231,7
Gestão Ambiental	1.945,1	1.636,2
Informação e Conhecimento	1.883,9	1.832,2
Demais	9.791,3	17.599,4
Subtotal	190.438,3	212.074,0
Legislativo, Judiciário e MPU	2.525,0	2.630,6
Total*	192.963,3	214.704,6

* Inclui Benefícios Previdenciários no valor de R\$ 83,8 bilhões em 2002 e R\$ 97,5 bilhões em 2003

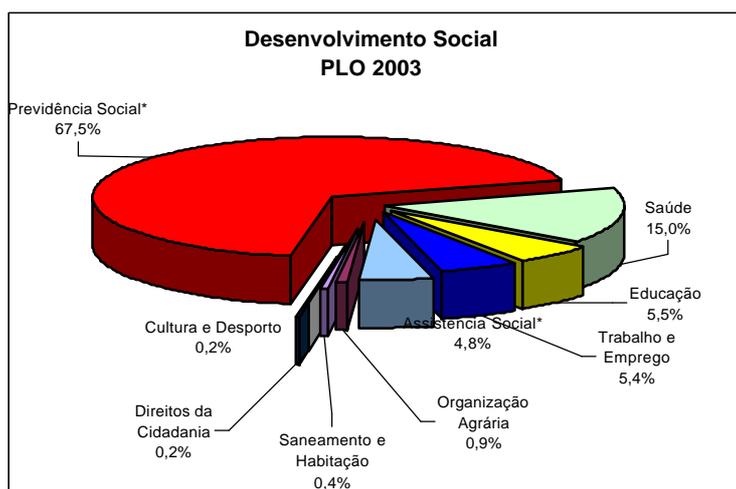
** Exclui as aquisições destinadas à formação de estoques públicos - AGF, no âmbito da CONAB



ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESENVOLVIMENTO SOCIAL		R\$ milhões
Discriminação	PLO 2003	
Previdência Social*	96.567,4	
Saúde	21.491,8	
Educação	7.892,8	
Trabalho e Emprego	7.672,0	
Assistência Social*	6.866,7	
Organização Agrária	1.282,4	
Saneamento e Habitação	608,8	
Direitos da Cidadania	273,1	
Cultura e Desporto	316,7	
Total	142.971,8	

* Inclui Benefícios Previdenciários no valor de R\$ 83,8 bilhões, em 2002, e R\$ 97,5 bilhões, em 2003.



A área social é contemplada com a parcela majoritária dos gastos para o Orçamento de 2003. R\$ 142,8 bilhões, o que representa 66,6% dos recursos orçamentários destinados a despesas de custeio, investimento e inversões financeiras primárias, são reservados para o atendimento de programas sociais, cujos principais objetivos são reduzir a pobreza e a desigualdade, melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento humano em bases auto-sustentáveis.

Além de gastar proporcionalmente mais na área social, o Governo Federal tem procurado otimizar sua aplicação. A descentralização – viabilizada pelo envolvimento das demais esferas de poder e da sociedade – confere maior transparência às políticas públicas e à

participação da população diretamente interessada, promovendo maior eficiência, eficácia e efetividade na ação governamental.

A alocação do gasto privilegia a redução das disparidades regionais, concentrando os recursos em Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, de forma a obter o máximo de impacto redistributivo.

As modificações na pirâmide etária do Brasil, durante a última década, implicam crescente pressão sobre a destinação do gasto público, exigindo adequação das políticas sociais no sentido de corresponder às mudanças do perfil da demanda, bem como ao seu crescimento. Assim, a expansão da seguridade social e a estabilização econômica, com responsabilidade fiscal, têm sido os principais determinantes na redução da pobreza. Sem os benefícios previdenciários, por exemplo, o contingente de pobres no Brasil saltaria de 34% para 45,3%, o que significaria mais 18 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Entre os idosos, não fosse a previdência, a pobreza triplicaria.

Outros resultados podem ser avaliados: o Brasil alcançou o índice de 97% de suas crianças em idade escolar matriculadas e freqüentando o Ensino Fundamental; a taxa de mortalidade infantil caiu de 48 óbitos (a cada mil nascidos vivos) em 1990, para 29,6 óbitos em 2000; houve ganho de 2,6 anos na expectativa de vida no período 1991/2000, e a taxa de alfabetização atingiu 86,3% do total da população, em 2000. A pobreza urbana reduziu-se de 35% (média 1990/1994) para 27% (média 1995/2000). A pobreza rural caiu de 67% (média 1990/1994) para 57% (média 1995/2000), conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2001.

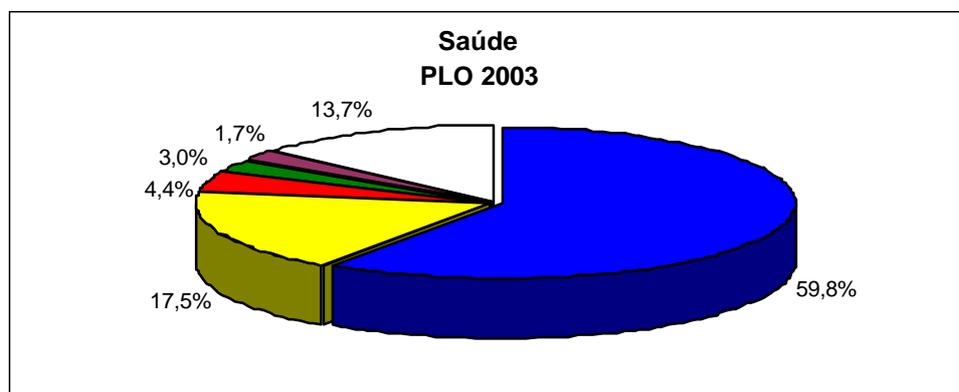
A concentração de renda continua a ser o principal problema, todavia, o País conseguiu melhorar seu IDH. No último relatório das Nações Unidas, aparece em 73º lugar na classificação das nações, galgando 8 posições na classificação geral, durante a década de 90.

Os ganhos sociais têm-se ampliado, dentre outros motivos, em decorrência do sucesso do esforço de expansão dos Ensinos Fundamental e Médio; do crescimento da cobertura dos serviços de Saúde e políticas assistenciais, por meio de programas de renda-mínima, e, também, da universalização da previdência, com a ampliação do atendimento aos idosos e deficientes. O aumento nos gastos sociais aliado à atuação do Governo centrada em programas e ações localizadas tem produzido melhoria constante nos indicadores sociais.

O Brasil caminha para a construção de uma grande rede de proteção social, com programas focados nos principais problemas da população, implementando as políticas de transferências diretas de renda e assistência àqueles em situação de risco social. Ademais, o Governo tem procurado fazer a alocação dos gastos de forma transparente, buscando efetividade, participação e controle social.

SAÚDE

SAÚDE	R\$ milhões
Principais Programas	
	PLO 2003
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	12.847,8
Saúde da Família	3.751,7
Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores	941,8
Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS	636,0
Qualidade e Eficiência do SUS	371,0
Demais	2.943,5
Total	21.491,8



A Constituição Federal de 1988 promoveu grande avanço na área social, com transformações estruturais importantes: a Saúde foi definida como direito de todos e dever do Estado, segundo os princípios da igualdade e integralidade no atendimento.

O Governo Federal tem orientado suas ações para uma política de humanização do atendimento, promoção da saúde e prevenção de doenças, pautada na descentralização e na reorientação do modelo assistencial.

A descentralização estabelece pacto entre as esferas governamentais, possibilitando a transferência de recursos financeiros para que Estados, Municípios e Distrito Federal, dentro de

suas competências específicas, assumam o papel de co-responsáveis e co-gestores, sob a supervisão direta da sociedade.

O novo modelo assistencial adota como principal estratégia a reorganização das ações e serviços de saúde, substituindo gradativamente o tradicional atendimento, baseado na cura da doença e na hospitalização de pacientes, por uma atenção integral, de modo a privilegiar as ações de caráter preventivo.

Os recursos destinados ao setor, com dotação prevista de R\$ 21.491,8 milhões, visam à ampliação e melhoria do atendimento à população e foram estabelecidos de acordo com os preceitos constitucionais, que determinam a aplicação mínima em ações e serviços de saúde e a utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em caráter suplementar, em programas de interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

O Setor Saúde tem passado por diversas transformações, dentre as quais destaca-se a reorganização da prática assistencial com foco na prevenção de doenças. A partir dessa nova concepção, a saúde passou a ser relacionada com a qualidade de vida da população, uma determinante para a vida saudável, individual e coletivamente.

Para a implantação desse novo modelo, o papel dos Municípios é de fundamental importância. Por estarem mais próximos dos cidadãos, os governos locais são mais sensíveis às necessidades e às preferências de sua comunidade, sendo, portanto, capazes de promover maior eficiência alocativa dos recursos e de facilitar o acesso das classes mais pobres às ações e serviços de saúde.

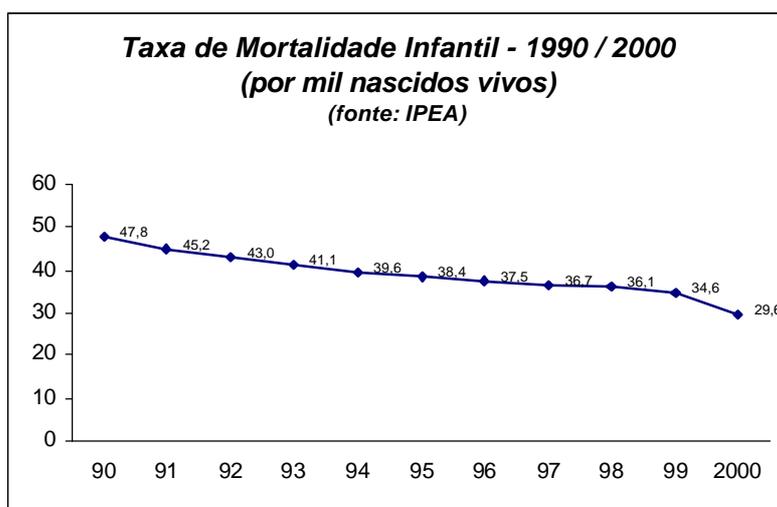
Uma vez atribuída aos Municípios a responsabilidade pela gestão e pela oferta de um conjunto mínimo de ações, o Governo Federal instituiu o mecanismo de repasse de recursos financeiros diretamente àqueles entes, denominado incentivos financeiros. Conseguiu-se, dessa forma, consolidar o modelo preventivo, fortalecer a gestão descentralizada das políticas de saúde e melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços prestados e a efetividade na alocação dos recursos.

O Brasil possui hoje uma das maiores redes de saúde pública do mundo, representada pelo Sistema Único de Saúde – SUS. O esforço conjunto do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios ampliou significativamente o acesso de toda a população a ações e serviços de saúde e o desenvolvimento de programas de prevenção e de assistência integral.

Os ganhos nas condições e na qualidade de vida foram significativos nos últimos anos e

uma das conseqüências foi a queda significativa da mortalidade infantil de crianças com até um ano de idade.

A cobertura vacinal saltou de 95,5 milhões de doses de imunobiológicos aplicadas, em 1997, para 179 milhões em 2000. A vacinação de idosos, iniciada em 1999, com o atendimento de 7,5 milhões de pessoas, atingiu cerca de 10,7 milhões em 2001. Relativamente à saúde da mulher, verificou-se um crescimento de 89% em consultas de pré-natal, 22% nos exames de Papanicolau e de 13% na consultas prestadas no SUS, no período compreendido entre 1997 e 2001.



Acesso Universal e Igualitário

A universalidade é o princípio que assegura o acesso aos serviços de saúde ofertados pelo Estado a todos os indivíduos, ao passo que a igualdade refere-se à garantia de tratamento sem distinção de qualquer natureza. A política pública de saúde, dessa forma, busca a correção de desequilíbrios sociais e regionais e a uniformidade de atendimento, segundo as necessidades da população.

No sentido de facilitar o acesso da população aos serviços hospitalares, o programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar aplicará recursos da ordem de R\$ 12.847,8 milhões na promoção de um atendimento com base nos princípios de acesso universal e igualitário aos serviços do SUS.

A rede hospitalar do SUS conta com mais de oito mil hospitais cadastrados, incluindo os hospitais estaduais, federais, filantrópicos, municipais, privados e universitários. Possui mais de onze mil leitos de UTI, onde ocorrem cerca de 350 milhões de atendimentos/ano, distribuídos

em 56,6 mil unidades em todo o território nacional, compreendendo procedimentos de atenção básica, especializada e de alta complexidade.

A manutenção e a constante atualização da rede hospitalar é fundamental para atender aos desafios impostos pela diversidade de serviços a serem ofertados. Nesse sentido, o programa se articula com os demais programas de saúde pública, na medida em que precisa acompanhar as mudanças no perfil da demanda.

Destacam-se os serviços prestados pelos Hospitais da Rede Sarah - referência nacional e internacional na área de medicina do aparelho locomotor - cujas unidades prestam assistência médica qualificada e gratuita e atuam na formação e qualificação de profissionais da área de saúde no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Há, ainda, a previsão de construção e implantação de novas unidades hospitalares, expandindo o modelo gerencial e os serviços da Rede para outras regiões, com diferentes programas de reabilitação, definidos conforme os indicadores epidemiológicos em que a unidade está inserida.

Também com vistas a garantir e ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais, o Governo Federal reservou o montante de R\$ 941,8 milhões para o programa Assistência Farmacêutica, dos quais R\$ 186,5 milhões estão destinadas para o *Atendimento à População com Medicamentos e Insumos Estratégicos*, e outros R\$ 516,0 milhões para a garantia do fornecimento de medicamentos de alto custo, em geral de uso crônico, para tratamento de doenças como osteoporose, problemas de crescimento, doença de Gaucher, além de imunossupressores para pacientes transplantados.

E ainda o *Incentivo Financeiro para Assistência Farmacêutica Básica – Farmácia Básica*, repassado por critério previamente definido na relação de R\$ 1,00/habitante/ano, terá recursos de R\$ 176,8 milhões e possibilitará aos Municípios a aquisição direta de medicamentos básicos, de forma a priorizar especificidades e necessidades regionais.

A regulamentação dos medicamentos genéricos foi outro passo importante, pois ampliou o acesso da população a remédios e fármacos, dada a redução significativa observada nos preços. Atualmente existem mais de 600 medicamentos genéricos registrados, dos quais 75% já estão sendo comercializados.

O programa Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica, com recursos previstos da ordem de R\$ 163,8 milhões, objetiva promover uma política nacional de controle do câncer, com o desenvolvimento de novas técnicas de tratamento oncológico e ações

contínuas de educação, informação e prevenção para a melhoria da qualidade de vida da população.

No intuito de propiciar assistência integral, encontram-se em processo de implantação e adequação 40 Centros de Alta Complexidade em Oncologia – CACON, de origem pública ou filantrópica, que dispõem de todos os recursos tecnológicos e humanos necessários ao completo atendimento da população.

Esses Centros de Alta Complexidade oferecem uma assistência multidisciplinar com o mínimo necessário aos serviços de diagnóstico, cirurgia oncológica, oncologia clínica, radioterapia, pronto atendimento para as emergências oncológicas, hemoterapia, psicologia, serviço social, nutrição, terapia ocupacional, farmácia, reabilitação e cuidados paliativos.

Saúde da Família

O Programa Saúde da Família - PSF, com recursos previstos na ordem de R\$ 3.751,7 milhões, prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde de forma integral e contínua. Dentre suas ações destaca-se a ação *Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para a Saúde da Família* destinada a estimular a implantação de equipes de saúde de família e de agentes comunitários de saúde. Em 2003, está prevista a criação de 24 mil equipes, identificando os principais problemas de saúde e situações de risco aos quais a população está exposta.

Destaca-se a incorporação à equipe de profissionais de saúde bucal, possibilitando assistência odontológica a mais de 50 milhões de pessoas, e R\$ 50,0 milhões para atender a cerca de 216 Municípios carentes de serviços médico-sanitários e que ainda não possuem equipes de saúde da família, dotando-os de profissionais de saúde de nível superior.

Ainda no âmbito do PSF, ressalta-se o *Atendimento Assistencial Básico referente à Parte do Piso de Atenção Básica, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica*, mais conhecido como PAB Fixo, presente em mais de 90% dos Municípios, o qual destina-se à transferência de recursos para custeio de procedimentos e ações de atenção básica à saúde conforme a necessidade local, promovendo maior eficiência nos sistemas de saúde.

A Prevenção como Prioridade

O desenvolvimento de ações de imunização, além de contribuir positivamente para a prevenção de doenças, é um instrumento eficaz na redução dos índices de mortalidade infantil. O programa Prevenção e Controle de Doenças Imunopreveníveis, com destinação de R\$ 299,9 milhões, contempla gastos com ampliação e diversificação da produção nacional de imunobiológicos, investimentos em infra-estrutura, capacitação profissional, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia, com 332 milhões de doses adquiridas, acondicionadas e distribuídas e 136 milhões de doses aplicadas.

Uma das principais ações no controle e erradicação de doenças é a ampliação das imunizações em caráter nacional. Atualmente, o calendário básico de vacinação contempla todas as vacinas que são recomendadas por organismos internacionais, como sarampo, BCG e poliomielite, e ainda vem introduzindo novas vacinas, como anti-hepatite B, tétano, pneumonia e vacinação do idoso contra a gripe.

O controle de endemias é mais um passo importante na promoção da saúde e no processo de descentralização das ações no âmbito do SUS. Com o intuito de reduzir e até eliminar as doenças endêmicas no País, são desenvolvidas ações integradas com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Destaca-se o programa Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores, com previsão de R\$ 941,8 milhões, que procura garantir o controle de doenças endêmicas, tais como dengue e febre amarela.

O Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à parte Variável do PAB - para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis, com recursos no valor de R\$ 615,0 milhões, distribuídos mediante critérios territoriais, epidemiológicos e populacionais - consolida a estruturação dos Municípios como agentes responsáveis na prevenção e controle epidemiológico de doenças.

Bolsa-Alimentação

O acesso a uma alimentação saudável e a redução das carências nutricionais são essenciais à manutenção da vida. Particularmente, no que tange à prevenção, verifica-se que a desnutrição e a alimentação inadequada estão associadas a óbitos infantis, ao prolongamento do

tempo de internações hospitalares e ao aparecimento de seqüelas observadas no desenvolvimento mental de crianças.

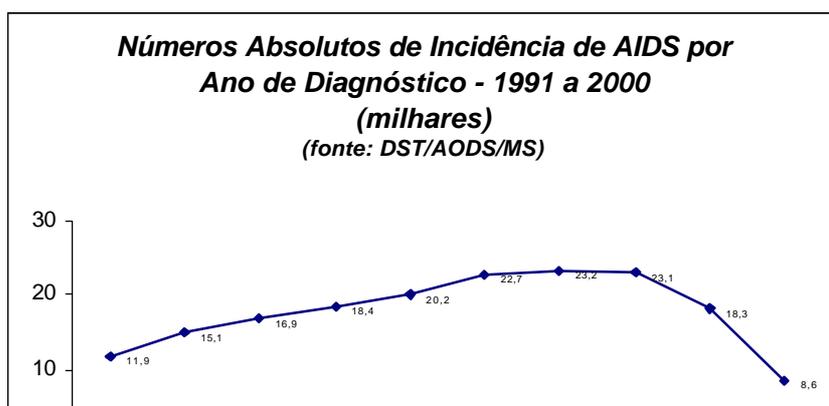
A *Assistência Financeira à Família Visando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição – Bolsa-Alimentação* foi implementada para propiciar às famílias de baixa renda em risco nutricional uma complementação financeira objetivando o reforço da alimentação, considerado importante mecanismo indutor da inclusão social e capaz de romper com o ciclo de reprodução da miséria.

A dotação prevista de R\$ 360,0 milhões, destinada à melhoria da alimentação e das condições de saúde, atenderá aproximadamente 2,0 milhões de beneficiários, crianças com idade de seis meses a seis anos e onze meses e gestantes e nutrizes por meio do repasse da importância mensal de R\$ 15,00 per capita, limitada a até três beneficiários.

O pagamento da Bolsa-Alimentação altera e substitui o repasse do incentivo financeiro relacionado às carências nutricionais, uma vez que é feito diretamente ao responsável pela família cadastrada, sem burocracia e de forma rápida. Ademais, sua implementação, além de conferir maior liberdade na escolha dos alimentos a serem consumidos, fomenta a atividade econômica do Município e permite a inclusão social.

Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de DST e da AIDS

O sucesso obtido pelo Governo Federal com a intensificação de ações de combate, prevenção e controle da AIDS é de reconhecimento internacional. O número de pacientes que recebem gratuitamente medicamentos anti-retrovirais cresceu de 23 mil para 105 mil no período 1997-2001, permitindo a redução da mortalidade provocada pela doença em 50% no período de 1995 a 1999, além da queda no número de internações hospitalares. A trajetória ascendente da doença foi estabilizada, verificando-se um declínio de 25% na notificação de novos casos entre 1996 e 2000, de 14 por 100 mil habitantes para 11,2.



Com o objetivo de reduzir a incidência da infecção pelo HIV e de outras DST e ampliar o acesso e a qualidade do diagnóstico, do tratamento e da assistência aos portadores dessas doenças, o Governo Federal conta com recursos da ordem de R\$ 636,0 milhões, sendo a maior parte, no valor de R\$ 516,0 milhões, destinada à aquisição e produção de medicamentos, os quais serão utilizados para atender aproximadamente 600 mil pessoas infectadas.

A estratégia utilizada para reduzir a incidência dessas enfermidades no Brasil envolve ações nas áreas de prevenção, assistência e desenvolvimento da qualidade do atendimento. No trabalho de prevenção, destacam-se a aquisição e distribuição de preservativos a população, a realização de exames DST/AIDS nos laboratórios da rede pública, a realização de campanhas educativas junto aos mais diversos segmentos da população, a promoção de práticas seguras e a disponibilização de informações sobre a epidemia pelo Disque-Saúde.

Sob o aspecto assistencial, além da garantia de acesso universal aos medicamentos anti-retrovirais, são desenvolvidos serviços alternativos de atenção hospitalar, sob a forma de Hospital-Dia, atendimento domiciliar e atendimento especial aos portadores de HIV/AIDS. Esses serviços proporcionam um atendimento mais humanizado aos pacientes, colaborando decisivamente na recuperação.

A Garantia da Qualidade

A melhoria da qualidade tem sido uma busca constante no Setor Saúde, seja nos serviços e nas ações diretamente oferecidos à população, nos processos de regulamentação e fiscalização, na estruturação e equipamento das unidades hospitalares, no treinamento e capacitação dos profissionais da área ou no desenvolvimento científico e tecnológico.

No intuito de promover a melhoria da qualidade e maior equidade nas ações e serviços de saúde oferecidos à população, o programa Qualidade e Eficiência do SUS contará com R\$ 371,0 milhões distribuídos em uma série de ações com vistas a dotar hospitais e

ambulatórios da rede do SUS com equipamentos e laboratórios tecnologicamente atualizados.

Destaca-se o *Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS*, cujos recursos são aplicados, essencialmente, na readequação física e tecnológica da rede assistencial do SUS, na rede hematológica e hemoterápica, na implantação e ampliação de laboratórios de Saúde Pública, na implantação efetiva da Rede Nacional de Informações em Saúde, junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e na consolidação do Cartão Nacional de Saúde, em caráter nacional, propiciando benefícios a milhões de usuários.

A *Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar* vem complementar o REFORSUS, atuando em áreas específicas que apresentam a necessidade de equipamentos médico-hospitalares de alta tecnologia, referente às áreas como cardiologia, oncologia, urologia, radiologia e ultra-sonografia.

Na área de capacitação profissional, observa-se o grande êxito do programa *Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem – PROFAE*. Iniciado em 2000, com duração de quatro anos, conta com recursos oriundos do Tesouro Nacional, em parceria com o BID, e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Atua na educação profissional de auxiliares e técnicos de enfermagem, no acompanhamento do mercado de trabalho e no fortalecimento institucional. Serão alocados R\$ 93,8 milhões na capacitação de 12 mil docentes em formação pedagógica, na modernização de 25 escolas técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS, em 16 Estados e no DF, e no suporte à implantação de outras 11.

O programa *Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde*, contemplado com R\$ 139,8 milhões, beneficiará segmentos importantes e estratégicos do setor saúde com a oferta de medicamentos genéricos e imunobiológicos e com a redução dos custos de insumos e tratamentos, especialmente os destinados aos portadores de AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis.

Outro setor estritamente ligado à questão da qualidade em ações e serviços de saúde é a consolidação da política e da gestão da hemoterapia no País. O Governo Federal, em parceria com a sociedade, vem trabalhando na promoção da qualidade e auto-suficiência em sangue e hemoderivados, na garantia de transfusões de sangue seguras e de padrão internacional e no estabelecimento de procedimentos de coleta, processamento, estocagem e aplicação do sangue e seus derivados. O programa *Qualidade do Sangue* dispõe de R\$ 258,7 milhões, destinados, dentre outras ações, à implantação e modernização de mais de 250 unidades hematológicas e

hemoterápicas e ao atendimento de 8 mil pacientes com fatores de coagulação.

O programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, com dotação prevista de R\$ 112,1 milhões, tem por objetivo prevenir, controlar e alertar sobre surtos, epidemias e agravos inesperados, por meio da permanente vigilância epidemiológica e ambiental. Destaca-se a *Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS*, que conta com a parceria do BIRD, e tem o objetivo de compor um sistema de vigilância em saúde abrangente e garantir o fortalecimento das ações de prevenção e controle de doenças, contando com recursos previstos de R\$ 70 milhões.

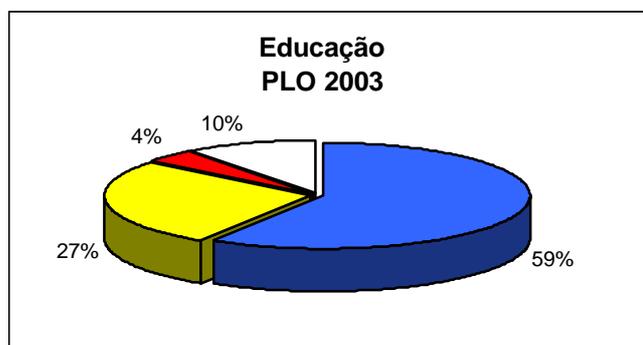
No âmbito da vigilância sanitária, destaca-se o *Incentivo Financeiro para Vigilância Sanitária*, com a previsão de recursos da ordem de R\$ 81,3 milhões, destinado ao incremento de ações básicas de fiscalização e controle sanitário em produtos, serviços e ambientes sujeitos à vigilância sanitária, além das atividades de educação a ela relacionadas.

Além disso, serão destinados recursos da ordem de R\$ 127,2 milhões à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual é responsável pela promoção da garantia e proteção à saúde da população, por meio de ações de controle sanitário dos ambientes, insumos, tecnologias e produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária. Ressalta-se, também, a grande expansão do mercado dos medicamentos genéricos e o controle de qualidade exercido pela Agência, na qual o registro do medicamento somente é efetivado após a comprovação da equivalência terapêutica a um medicamento de referência.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, com dotação global de R\$ 58,4 milhões, atua na regulação, na fiscalização e no monitoramento das operadoras de planos privados de saúde e nas suas relações com prestadores e consumidores. Suas ações têm por objetivo defender o interesse público na assistência à Saúde, aumentando a competitividade e a eficiência do mercado de planos privados de saúde e promovendo uma maior transparência na relação entre os usuários.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO		R\$ milhões
Nível de Ensino	PLO 2003	
Ensino Fundamental	4.645,6	
Ensino Superior	2.134,7	
Ensino Médio e Profissional	291,9	
Demais	820,6	
Total	7.892,8	



As políticas educacionais têm focado a premissa de que todos têm direito ao acesso à educação e de que o Estado tem a obrigação de assegurar este direito. Dessa forma, o sistema educacional brasileiro, com exceção do ensino superior, é predominantemente público e de natureza descentralizada.

Em 2003, a Proposta Orçamentária da União para a Educação prevê recursos da ordem de R\$ 7.892,8 milhões, excetuadas as transferências para Estados e Distrito Federal da cota-parte do salário-educação.

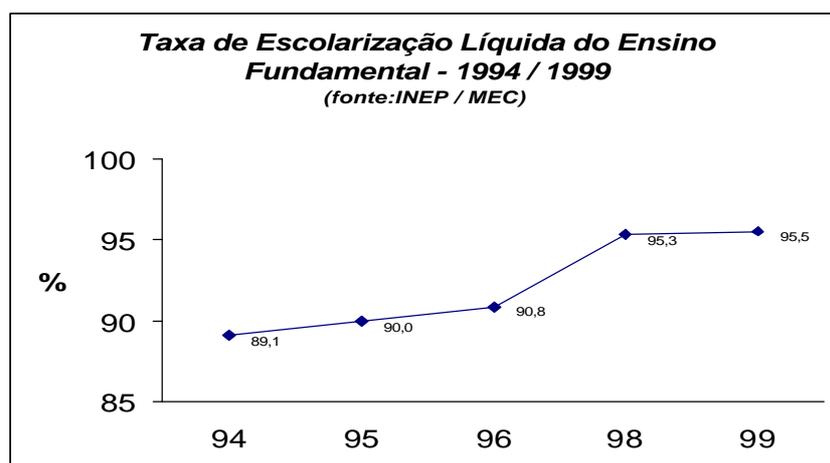
Educação Infantil

A distribuição de material didático para o Ensino Infantil tem sido um esforço do Governo no sentido de estimular as crianças na idade escolar com literatura própria e adequada a essa faixa etária. A elevação da melhoria da qualificação do pessoal envolvido neste nível de ensino também tem sido buscada.

A Proposta Orçamentária, no âmbito da educação, para o Programa Atenção à Criança, em 2003, prevê R\$ 17,4 milhões de reais, sendo R\$ 12,0 milhões para a *Formação Continuada de Professores da Educação Infantil* e R\$ 5,4 milhões para *Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Infantil*.

Ensino Fundamental

Os esforços no sentido de ampliar a oferta de vagas para garantir a universalização do acesso ao ensino para crianças e jovens de 7 a 14 anos produziram seus efeitos. O contingente de crianças de 7 anos matriculadas no Ensino Fundamental está bem próximo da totalidade da população de indivíduos nessa idade. Em relação a 1994, houve melhoria na qualidade do ensino, com o aumento de 25% dos professores que lecionam no ensino fundamental e que possuem curso superior completo.



A distribuição de livros didáticos para as escolas do Ensino Fundamental é um importante esforço do Governo no sentido de aperfeiçoar o sistema educacional. No ano de 2003 está prevista a distribuição de 111 milhões de exemplares desses livros, com recursos previstos de R\$ 550,0 milhões, repondo totalmente a grade de livros destinados aos alunos de 1ª à 4ª série e complementando a referente aos alunos de 5ª à 8ª série. Isso significa a alocação de 68% a mais em recursos da União para 2003, comparando-se com 2002.

A mais antiga ação social do Governo – *Alimentação Escolar* – também vinculada ao Ensino Fundamental, é hoje considerada uma das principais ações mundiais na área de alimentação escolar. Serão R\$ 880,0 milhões em 2003 transferidos para os Municípios a fim de atender essa importante providência de nutrição das crianças em idade escolar.

Outra prioridade do Governo Federal para universalizar o acesso e melhorar a qualidade do ensino é aperfeiçoar a infra-estrutura física e administrativa das escolas. É o que faz o *Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA*, que conta com recursos provenientes de empréstimo externo e contrapartida do Orçamento da União. O FUNDESCOLA executa, por meio de parcerias com Estados e Municípios, ações de adequação de prédios escolares, reforço da qualidade dos equipamentos utilizados pelas escolas, capacitação de profissionais e consultoria aos gestores.

O *Dinheiro Direto na Escola* representa um esforço adicional da União no sentido de dar maior atenção à infra-estrutura da rede escolar. Ele é implementado com a disponibilização de recursos transferidos diretamente a cada escola, destinados à aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. Estão previstos R\$ 327,0 milhões na Proposta Orçamentária da União para o *Dinheiro Direto na Escola* em 2003.

Outras duas importantes ações que se destacam no contexto do ensino fundamental são a *Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental (Saúde do Escolar)* para os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental público e a *Distribuição de Acervo Bibliográfico para Escolas do Ensino Fundamental*. Na *Saúde Escolar* serão mais de 5 milhões de alunos assistidos em 2003, envolvendo recursos de R\$ 16,1 milhões.

É importante que as escolas sejam dotadas de obras literárias que possibilitem a professores e alunos ampliarem seus conhecimentos por meio da leitura em bibliotecas. Para isso, a formação e recomposição do *Acervo Bibliográfico das Escolas do Ensino Fundamental* terá recursos de aproximadamente R\$ 18,0 milhões para distribuição de 478 mil módulos.

Escola de Qualidade para Todos

A criação da estrutura física para receber alunos, de modo a assegurar que haja vagas para todos, não é suficiente, pois deve-se cuidar, também, da qualidade do serviço prestado.

Para estimular a melhoria do aprendizado dos estudantes do Ensino Fundamental, o Governo já proveu mais de 57 mil escolas públicas com equipamentos de recepção de sinal, vídeo-gravadores para gravação dos programas e aparelhos de TV para a reprodução da

programação da TV Escola. A Proposta do Orçamento da União para 2003 prevê recursos de R\$ 11,8 milhões em *Equipamentos para a TV Escola*, e espera-se atender mais de 15,8 mil escolas.

No esforço de ampliação da qualidade do ensino ofertado, a ação *Implementação do Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental*, também conhecida como *Proinfo*, é uma alternativa de reforço ao processo ensino-aprendizagem por intermédio do uso pedagógico da telemática. A ação é implementada com a compra e instalação de microcomputadores nas escolas públicas com o objetivo de inserir o computador no processo ensino-aprendizagem. O Orçamento da União terá R\$ 34,5 milhões disponíveis para investimento no Proinfo.

O *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB*, ação do programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, é um sistema de avaliação criado pelo INEP/MEC em 1990 para coletar dados e produzir informações sobre o desempenho do aluno e os fatores a ele associados e das condições em que ocorre o processo ensino e aprendizagem. Para tanto, são elaboradas provas que permitem uma ampla cobertura dos conteúdos e das habilidades, com seus diferentes graus de complexidade, em todas as séries avaliadas. Em 2003, a União está alocando recursos da ordem de R\$ 8,5 milhões para atender a essa ação.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF

Uma novidade que ensejou profundas transformações no Ensino Fundamental foi a criação do FUNDEF em 1998. Com a instituição do Fundo, o Sistema Educacional passou a contar com aproximadamente 1,5% do PIB brasileiro para financiar esse nível do ensino. São recursos de impostos vinculados à educação, por força da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, transferidos regular e automaticamente aos Governos Estaduais e Municipais, com base no número de alunos matriculados. Para 2003, a União prevê gastos da ordem de R\$ 657,5 milhões para assegurar o custo mínimo anual por aluno, sendo R\$ 434,31 da 1ª a 4ª séries e R\$ 456,44 da 5ª a 8ª séries.

Bolsa-Escola

Investir na Educação Fundamental é prioridade do Governo Federal, especialmente naquelas providências que visam à solução das dificuldades dos estudantes provenientes de famílias carentes. Os investimentos do Governo na *Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Socioeducativas – Bolsa-Escola*, serão de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão de reais.

O *Bolsa-Escola* surgiu de uma política nacional de combate à pobreza vinculada à educação. O Governo oferece R\$ 15,00 por mês para cada filho e/ou dependente com idade entre 6 e 15 anos matriculados e freqüentando a escola no Ensino Fundamental. A meta desta programação para 2003 é o atendimento de aproximadamente 10,1 milhões de alunos.

Ensino Médio

É responsabilidade primeira dos Estados e do Distrito Federal a oferta e o financiamento do Ensino Médio, cabendo à União uma atuação redistributiva e supletiva. Para tanto, o Governo Federal tem atuado no sentido da ampliação da oferta e da reforma deste nível de ensino, buscando diminuir as disparidades regionais e promover a inclusão social de significativa parcela do contingente estudantil que demanda seus cursos, principalmente no horário noturno. Ressalte-se que a participação das escolas públicas no Ensino Médio brasileiro é preponderante, com 81,2% do total de alunos, segundo o Censo 2000.

A atuação social do Governo tem conferido grande importância ao Ensino Médio, considerado valioso instrumento de promoção da cidadania, o que contribuiu para o incremento de 72% nas matrículas e de 102% na conclusão desse nível de ensino, entre 1994 e 2001. Atento à sua missão redistributiva, o Governo Federal implementou a ação *Acesso a Universidades de Grupos Socialmente Desfavorecidos*, destinada a proporcionar meios para que estudantes carentes, especialmente afrodescendentes e indígenas, possam ter oportunidades de acesso à Educação Superior com cursos de reforço no Ensino Médio e preparatórios para acesso à Universidade.

Para 2003, estão consignados R\$ 77,9 milhões na Proposta Orçamentária da União para o programa *Desenvolvimento do Ensino Médio*. Destacam-se, nessa dotação, com um valor agregado de R\$ 65,2 milhões, quatro ações orçamentárias integrantes da operação de crédito externa destinada à Melhoria e Expansão do Ensino Médio - PROMED, de base plurianual e parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

São as ações: *Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Médio, Estudos e Pesquisas para Implantação das Políticas para o Ensino Médio, Expansão e Melhoria da Rede Escolar e Implementação da Reforma do Ensino Médio*, todas voltadas para a qualidade do ensino e ampliação de seu grau de cobertura, objetivando maior equidade social.

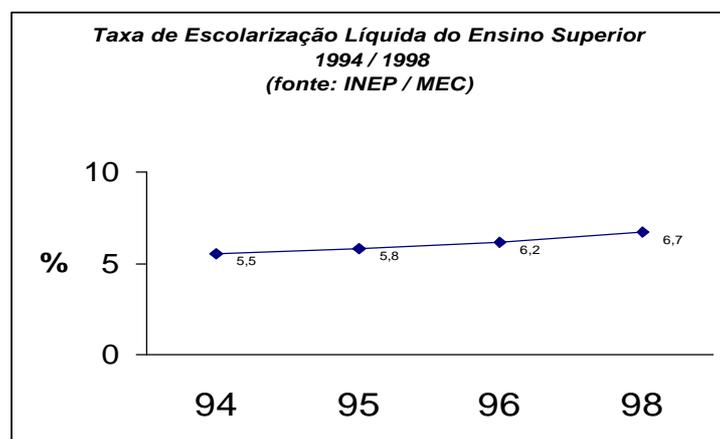
Soma-se a esse esforço, no programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, a ação *Exame Nacional do Ensino Médio – Enem*, com dotação de R\$ 63,5 milhões e meta de 1,5 milhão de alunos avaliados, a qual tem resultado em benefícios para melhoria do sistema educacional, bem como para os estudantes que passam a receber certificação complementar para acesso aos cursos profissionalizantes ou Ensino Superior.

Ensino Superior

O ensino de graduação e pós-graduação também evoluiu. O número de alunos na graduação aumentou 43,1% de 1994 a 1999. Na pós-graduação, as matrículas cresceram 23,5% no mestrado e 58,4% no doutorado. A qualificação dos docentes da graduação melhorou nos últimos anos. Nas universidades públicas, entre 1994 e 1999, o número de professores com doutorado aumentou 63,8%, e com mestrado 51,6%. Nas universidades particulares, o aumento foi de 114% e 117,1%, respectivamente.

Desenvolvimento do Ensino de Graduação

O Brasil ainda conta com baixa inserção dos jovens com idade acima de 17 anos em universidades. Em parte, isso acontece porque uma parcela expressiva de jovens ingressam cedo no mercado de trabalho.



Para oferecer alternativas a esses potenciais candidatos ao Ensino Superior, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES vem sendo um importante instrumento para atender à carência desses jovens. A ação *Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior não Gratuito* terá recursos de aproximadamente R\$ 673,8 milhões colocados à disposição dos interessados em 2003. São 352 mil estudantes a serem atendidos com essa linha de crédito.

O programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação receberá recursos de R\$ 1,5 bilhão para atender às atividades de manutenção e aos projetos de expansão. Em 2003, estão sendo destinando recursos no valor de R\$ 10,0 milhões para consolidar a Universidade Federal de Tocantins e alocados R\$ 6,3 milhões para o projeto de criação da Universidade Federal de Campina Grande.

Outro aspecto importante da política de educação para o Ensino Superior é a qualidade do ensino. O *Exame Nacional de Cursos de Graduação – PROVÃO* foi criado para atender a essa necessidade. O *Provão* avalia estudantes do Ensino Superior em fim de curso e proporciona, indiretamente, uma avaliação das respectivas instituições superiores. O processo deve provocar tanto nos estudantes avaliados quanto nas instituições a preocupação com a qualidade dos cursos. Para a ação *Exame Nacional de Cursos de Graduação – Provão*, do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, a União estará alocando R\$ 26,1 milhões em 2003.

Hospitais de Ensino

Os hospitais universitários, além de formar profissionais de saúde, prestam serviços à comunidade, especialmente à população de renda baixa. A efetiva prestação de serviços de assistência à população possibilita o constante aprimoramento do atendimento, com a formulação de protocolos técnicos para as diversas patologias, o que pode resultar em padrões de eficiência colocados à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2003, serão utilizados R\$ 157,3 milhões no Programa Hospitais de Ensino. São 45 hospitais, pertencentes a 29 Instituições Federais de Ensino Superior, localizados em 20 Estados e no Distrito Federal.

Ensino de Pós-Graduação

O Ensino de Pós-Graduação é de grande relevância para o sistema educacional. Os profissionais pós-graduados atuam nas universidades ou ingressam no mercado de trabalho não acadêmico, expandindo a fronteira tecnológica do País. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES é a principal instituição de apoio à pós-graduação no País. A CAPES implementa suas ações por meio do apoio financeiro aos cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

Segundo o Relatório de Atividades do Ministério da Educação de Subsídios para o Balanço Geral da União Exercício 2001, as instituições universitárias já oferecem cerca de 1.545 programas de pós-graduação, responsáveis pela oferta de 2.350 cursos de mestrado e doutorado. Esse sistema atende atualmente um contingente próximo a 100 mil alunos, o equivalente a 4% da população de estudantes no ensino de graduação. Os recursos previstos no Orçamento da União para 2003 somam R\$ 617,2 milhões para atender ao programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação.

Educação Profissional

Essa modalidade de ensino vem passando por grandes transformações para se adequar às exigências tecnológicas de um mercado de trabalho competitivo e em permanente evolução. O Governo, como entidade responsável pela normatização e defesa da qualidade do ensino oferecido, procura corresponder às demandas do setor.

Existem 132 Instituições Federais de Educação Profissional, no Brasil, entre Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, às quais o Orçamento da União deve prover condições de funcionamento. A atual política educacional estabelece que tais instituições sejam centros de referência para as escolas estaduais e para o segmento comunitário, em cuja expansão a União vem contribuindo largamente.

Para avaliar e controlar a qualidade do ensino oferecido por essa rede escolar, foi instituída pelo Governo Federal a ação *Certificação de Competências do Trabalhador*, com meta prevista de 33 mil profissionais certificados em 2003. A ação se destina ao credenciamento de instituições de ensino profissionalizante e à coordenação do processo de Certificação de Competências voltadas ao mercado de trabalho para os profissionais aprovados nos exames.

Na Proposta Orçamentária, estão reservados R\$ 214,1 milhões para o programa Desenvolvimento da Educação Profissional. Dentre suas ações, com dotação de R\$ 114,1 milhões, destaca-se a de *Funcionamento da Educação Profissional*, dirigida à manutenção e custeio da rede federal de escolas desta modalidade de ensino.

A operação de crédito externa destinada à Expansão da Educação Profissional - Proep é o principal instrumento da política operacional para o setor. O estabelecimento de parcerias, no financiamento e na execução, foi fundamental para sua efetivação, fundada na utilização de recursos parcialmente financiados pelo BID, segundo um cronograma estendido até 2006, e direcionados para o desenvolvimento do ensino profissionalizante das esferas federal, estaduais e das entidades do segmento comunitário.

Entre as principais modificações introduzidas pelo Proep, estão a formação profissional em três níveis (básico, técnico e tecnológico), a separação formal entre os ensinos médio e técnico, que poderão ser oferecidos de forma concomitante ou sequencial, e a organização dos currículos em módulos, favorecendo a flexibilidade na capacitação profissional para um mercado que requer atualização permanente.

As ações orçamentárias sob o comando do Proep totalizam R\$ 65,0 milhões para 2003, entre as quais se destacam a Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional, os Estudos e Pesquisas Técnico-pedagógicas e de Modelos de Gestão, a Implementação da Reforma da Educação Profissional e a Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional, esta com previsão de 88 centros escolares implantados em 2003.

Educação de Jovens e Adultos

Esse Programa, com uma dotação de R\$ 457,1 milhões consignada no Orçamento, é destinado à educação das pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental ou não puderam concluí-lo na idade própria.

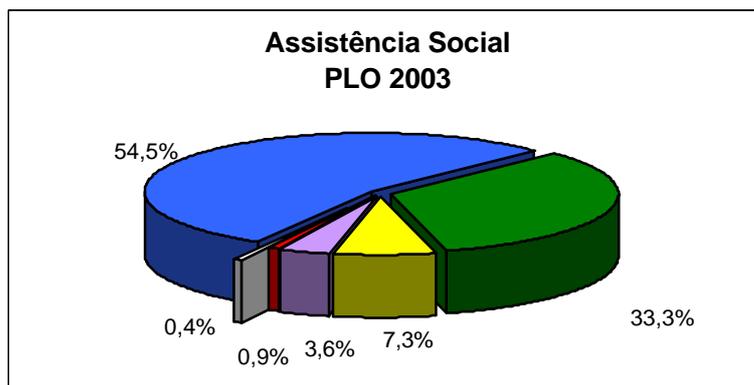
Entre suas ações, destaca-se a *Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço – Programa Supletivo)*, com previsão de atendimento a 1,2 milhão de alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais do Ensino Fundamental. O *Recomeço – Programa Supletivo* prevê a transferência de recursos federais para Estados e Municípios destinados a ampliar vagas em cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos nas esferas estaduais e municipais e contará com dotação de R\$ 325,5

milhões.

Com a finalidade de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos em idade apropriada, foi criado recentemente o *Exame Nacional para Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA*, o qual foi incluído como uma ação orçamentária para 2003, com meta de 30 mil alunos avaliados no programa Estatísticas e Avaliações Educacionais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência		3.742,6
Valorização e Saúde do Idoso		2.284,5
Erradicação do Trabalho Infantil		503,1
Atenção à Criança		247,5
Brasil Jovem		58,8
Demais		30,1
Total		6.866,7



O Governo Federal trabalhou no sentido de criar uma nova relação entre Estado e Sociedade. A assistência social, anteriormente vista como um favor, passou a ser entendida como um direito do cidadão, procurando-se ampliar e manter o fluxo financeiro destinado a ações assistenciais. O idoso, o portador de deficiência e as crianças e jovens em situação de risco social passaram a contar com o amparo do Estado.

Nos últimos oito anos foram realizados grandes esforços no sentido de implementar os dispositivos previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de 1993. O Benefício de Prestação Continuada, para o idoso e para a pessoa portadora de deficiência, apesar de estar previsto desde 1993, passou a ser pago a partir de 1996 por este governo, devendo atingir ao final de 2002 uma população de 1.450 mil pessoas.

A exclusão social vem sendo combatida por meio de medidas focadas no indivíduo e na família, utilizando-se de transferências diretas de renda, bem como de políticas que visam à melhoria dos indicadores de desenvolvimento social, com o objetivo de reduzir as disparidades entre regiões geográficas.

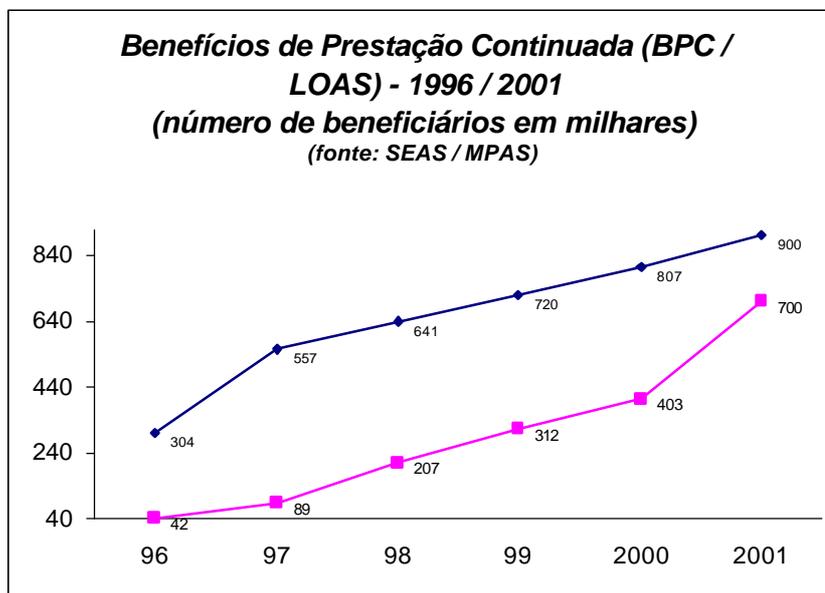
Dessa forma, o Governo tem centrado sua atuação na camada de extrema pobreza da população, independentemente de prévia contribuição previdenciária. O objetivo é impedir a

desagregação do núcleo familiar, garantir a permanência de jovens e crianças na escola e lançar bases para a integração social produtiva da população vulnerável.

Proteção ao Idoso

O crescimento da população de idosos, seguindo a tendência mundial, está ocorrendo em um nível sem precedentes, em números absolutos e relativos. No Brasil, a proporção de idosos vem crescendo mais rapidamente que a proporção de crianças, tendo em vista que existiam cerca de 16 idosos para cada 100 crianças no início da década de 80 e em 2000 essa relação passou para quase 30 idosos por 100 crianças.

Dentro dessa realidade, e visando a proteger o idoso que se encontra em situação de pobreza, se insere o *Benefício de Prestação Continuada*, que garante um salário-mínimo mensal a idosos com 67 anos ou mais, cuja renda familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo e que não sejam beneficiados por outro programa assistencial. Em 2003, estão previstos R\$ 1.456,3 milhão que contemplarão 570 mil idosos que comprovem não possuir meios de prover sua manutenção, nem tê-la provida por sua família.



Para o atendimento ao idoso, além do benefício de prestação continuada, o Governo Federal ainda contribuirá com R\$ 32,7 milhões, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de 335 mil pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, de forma a possibilitar sua integração social e o fortalecimento dos laços familiares.

Esse atendimento se dá por meio de diversas formas de acolhimento, como casas lares,

repúblicas, centros de convivência, atendimentos domiciliar e asilar, entre outros, buscando integrar o idoso na família e na comunidade e proporcionar-lhe um envelhecimento digno.

Proteção à Criança e Inserção Social do Jovem

Para o programa *Atenção à Criança*, que visa a atender crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza e risco social, estão previstos R\$ 247,5 milhões nas modalidades de creches, brinquedotecas e creches volantes, além de outras alternativas comunitárias. Desse modo, procura-se assegurar o desenvolvimento integral de 1.624 mil crianças, assim como a integração gradativa das mesmas ao sistema educacional.

Voltado para jovens de 15 a 24 anos, o programa *Brasil Jovem* destinará R\$ 58,8 milhões para dinamizar a promoção desse público-alvo, por meio de atividades educativas e da criação de *Centros da Juventude*. O Governo Federal também incentiva a figura do *Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*, que tem sido a ponta de lança do processo de inserção desse contingente na sociedade, pois atua como multiplicador de práticas educativas, culturais e esportivas dentro de sua comunidade. Em 2003, o Governo Federal promoverá a capacitação desses jovens por meio da concessão de 51.900 bolsas.

Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Esse Programa visa a atender crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos submetidos a trabalhos considerados perigosos, insalubres e degradantes, promovendo seu retorno à escola. Serão concedidas 813 mil *Bolsas Criança-Cidadã*, como complementação de renda, de forma a possibilitar o acesso, a permanência e o sucesso desses indivíduos na escola. Além disso, esse mesmo público será beneficiado com a *Jornada Escolar Ampliada* com atividades culturais, desportivas e de lazer, que o manterá ocupado para que não retorne à atividade laboral após o período escolar normal.

Estão previstos recursos da ordem de R\$ 503,1 milhões, destinados à concessão das bolsas e ações integradas das áreas de educação, trabalho, saúde, justiça, cultura e esportes, incluindo a fiscalização junto aos locais de trabalho e a conscientização da população das conseqüências do trabalho precoce.

O combate ao trabalho infantil tem ocupado espaço de destaque na agenda do Governo,

inclusive com meta assumida junto à Organização Internacional do Trabalho – OIT de atender 866 mil crianças até o final de 2002. O PETI obteve retumbante sucesso, haja vista que, tendo sido implantado em 1996, deverá atingir a meta acordada com a OIT até o final de 2002.

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com dotação de R\$ 9,0 milhões em 2003, tem por finalidade prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de menores, na faixa etária abaixo de 14 anos. Suas principais ações direcionam-se para o atendimento e orientação de crianças vitimadas e de seus familiares, para a promoção de campanhas de prevenção e sensibilização da sociedade, e para a manutenção de uma rede nacional de informações sobre o tema.

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência

Na busca por assegurar direitos e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência, o Governo Federal disporá de R\$ 76,2 milhões, com uma meta de atendimento de 161 mil pessoas. A atuação governamental se dá nas áreas de prevenção de deficiências, estimulação precoce, habilitação e reabilitação para o trabalho e vida independente, além de atuar junto à sociedade civil organizada na conscientização e no combate à discriminação.

Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada – LOAS

Recursos federais também garantirão o atendimento às pessoas portadoras de deficiência e de baixa renda, por intermédio do *Benefício de Prestação Continuada – LOAS*, nos mesmos moldes do benefício concedido às pessoas idosas. Com esses benefícios estão previstos gastos de R\$ 2.362,7 milhões para 2003, e serão diretamente atendidas 958 mil pessoas.

Comunidade Ativa

O programa prioritário Comunidade Ativa, inserido no âmbito da Rede de Proteção Social, tem por objetivo viabilizar potencialidades de Municípios de fraca atividade econômica, de modo a assegurar a auto-sustentabilidade das camadas populacionais de baixa renda. Suas iniciativas são traduzidas por meio das ações de *Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-Alvo*, de *Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores* e de *Formação de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS*.

A implementação do programa é efetivada por meio de parcerias dos Governos Federais, Estaduais e Municipais, da sociedade civil, entre elas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, e organismos internacionais.

Sua estratégia requer a mudança de comportamento da população dos Municípios-alvo para a promoção do desenvolvimento social e resgate da cidadania, de modo a convergir seus esforços para o melhor aproveitamento sinérgico das capacidades organizativas e produtivas, incorporando propostas inovadoras e mais próximas da realidade local.

Nesse sentido, promovem-se o voluntariado, a capacitação técnica de líderes comunitários e o cooperativismo, com maior grau de comprometimento das Prefeituras, convergindo as ações e os recursos para superar os limites de desenvolvimento local. Para dar maior amplitude à atuação do Programa Comunidade Ativa, incluiu-se nova ação orçamentária para viabilizar a formação de consórcios de DLIS, com o objetivo de promover a articulação dos Municípios com os demais de seu entorno, integrando o processo de desenvolvimento econômico e social da microrregião.

Por intermédio de estudos, pesquisas e levantamentos específicos sobre as potencialidades dos Municípios, suas carências, suas vantagens comparativas e os entraves ao seu pleno desenvolvimento, criaram-se Agendas Locais de DLIS, apontando as demandas locais, suas propostas de solução e as ofertas de ações correspondentes. Cerca de 37% do total de demandas referiam-se aos temas Artesanato, Agricultura e Organização Agrária.

As ações das Agendas Locais têm obtido um índice de execução superior a 70%, no que tange àquelas patrocinadas por entidades da Administração Pública Federal. Foram constituídas 26 parcerias e firmados acordos com mais de 30 colaboradores eventuais.

Para 2003, a Proposta Orçamentária do Comunidade Ativa é de R\$ 12,5 milhões,

pretendendo-se que sejam capacitados 12 mil gestores locais, apoiadas 4 iniciativas de projetos inovadores, e formados 36 consórcios intermunicipais de DLIS, beneficiando 517 Municípios.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ milhões
Principais Programas	PLO 2003
Previdência Social Básica	96.221,6
Arrecadação de Receitas Previdenciárias	242,3
Qualidade do Atendimento na Prev. Social	49,2
Demais	54,2
Total	96.567,4

O objetivo da Previdência Social é o aumento da cobertura previdenciária da população, acompanhado da melhoria da qualidade dos serviços prestados. O aumento dessa cobertura se traduz em grande programa de geração de renda mínima, auxiliando especialmente a população em situação de extrema pobreza, inclusive os trabalhadores rurais.

Houve aumento de 31,4% no total de benefícios pagos no período compreendido entre 1994 e 2001, e, além disso, nos últimos oito anos, o valor médio dos benefícios cresceu 25,6% acima da inflação (medida pelo INPC), resultado da política de reajustes do Governo.

Dessa forma, o sistema previdenciário tem se caracterizado nos últimos anos pela adoção de uma política de distribuição de renda, mediante a concessão de aumentos reais ao salário-mínimo. Os pagamentos feitos pela Previdência constituem-se em um dos pilares da estabilidade social no Brasil, resgatando 18 milhões de pessoas que, do contrário, estariam situadas abaixo da linha de pobreza. Na área rural, a Previdência contribui para dinamizar a economia local, gerando emprego e fixando o trabalhador no campo.

No âmbito do Governo Federal, os esforços têm-se concentrado na ampliação da base arrecadatória, aliada à qualidade e ao rigor na concessão e manutenção dos benefícios, bem como na melhoria do atendimento ao público. Os trabalhos estão voltados para tornar a Previdência Social mais atrativa para a população brasileira.

A Previdência Social mais Próxima do Cidadão

A qualidade do atendimento da Previdência Social está entre as principais metas perseguidas pelo Governo, em consonância com novos paradigmas baseados no respeito ao cliente e na valorização da cidadania. Para isso dispõe de um programa voltado diretamente para esse fim: **Qualidade do Atendimento na Previdência Social**, para o qual estão sendo destinados recursos da ordem de R\$ 49,2 milhões em 2003.

As ações desenvolvidas por meio desse programa estão dotando a rede de atendimento da Previdência Social de uma configuração moderna, caracterizada pela agilidade e qualidade dos serviços. As novas unidades de atendimento são totalmente informatizadas, oferecendo os diversos serviços num local único, o que proporciona comodidade e conforto ao usuário. Até o mês de março de 2002, já haviam sido reformuladas cerca de um terço das 1.148 unidades existentes.

Além disso, estão disponíveis à população serviços interativos de atendimento, via Internet e telefone, e o atendimento móvel, por meio de automóveis e embarcações. A Previdência também oferece o serviço de Ouvidoria, em que o usuário registra de maneira rápida e direta suas reclamações e sugestões.

Aumento da Cobertura: Um Grande Desafio da Previdência Social

Ao longo dos últimos anos, o Governo vem tomando diversas medidas visando a atrair um maior número de pessoas ao sistema previdenciário. Essa preocupação se torna mais premente na medida em que se verificam importantes mudanças no perfil etário da população e na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

No Brasil, cerca de 60% da população empregada no setor privado se encontra sem cobertura por parte da Previdência Social. O Governo, visando a incorporar esse contingente ao sistema previdenciário, vem atuando em diversas frentes. Além de promover a melhoria do atendimento e das condições tecnológicas, está indo ao encontro da população para divulgar e disseminar a Previdência Social pelo País, seja diretamente ou por meio de parcerias com entidades organizadas, despertando a noção da sua importância para a vida das pessoas.

Outro aspecto que está tornando a previdência mais atrativa é a modernização do processo de reconhecimento dos direitos previdenciários. O Cadastro Nacional de Informações Sociais – PREVCIDADÃO, no qual estão registrados os dados laborais de todos os

trabalhadores formais do Brasil, permitiu a implementação da chamada inversão do ônus da prova, a partir da qual se tornou desnecessária ao requerente a apresentação de documentos comprobatórios para a obtenção do direito ao benefício. Isso trouxe maior agilidade e confiabilidade ao processo de concessão de benefícios previdenciários, além de dificultar fraudes.

Merece ser destacada, também, a importância dos benefícios previdenciários como fator de distribuição de renda no Brasil. Segundo dados do IBGE, de 1999, o índice de cobertura da população com mais de 60 anos é de mais de 60%. Além disso, as estatísticas demonstram que vem aumentando a proporção de idosos cujos proventos constituem a principal fonte de renda familiar, o que significa que também está aumentando o número de dependentes indiretos da Previdência Social.

Por intermédio do programa Previdência Social Básica vem-se trabalhando para garantir que os benefícios previdenciários sejam recebidos por todos aqueles que têm direito. Estão previstos para o próximo ano gastos da ordem de R\$ 96.221,6 milhões, beneficiando cerca de 20 milhões de pessoas. Além disso, o Programa é responsável pela operacionalização do processo de pagamento, que envolve diversos serviços, tais como o reconhecimento de direitos previdenciários e a manutenção das unidades de atendimento.

Benefícios Previdenciários

		R\$ milhões
Principais Ações	Beneficiários*	PLO 2003
Benefícios Previdenciários	19.901.530	97.359,2
Aposentadorias	11.634.580	61.270,6
Aposentadorias Especiais	442.243	4.892,6
Salário-Família	103.351	28,5
Abono	4.099	14,3
Pensões	5.604.867	22.162,9
Auxílios	1.301.227	5.392,0
Salário-Maternidade	169.500	1.629,5
Renda Mensal Vitalícia	641.663	1.968,8
Sentenças Judiciais de Pequeno Valor		723,0
Precatórios		438,7
Total		98.520,9

(*) Estimativa do número médio de beneficiários em 2003.

Arrecadação

Em busca do aumento da arrecadação, o esforço do Governo tem sido implementado

por meio de ações eficazes de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários. O programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias, em que são desenvolvidas as ações relativas ao recolhimento das contribuições previdenciárias, tem a dotação prevista de R\$ 242,3 milhões para 2003. Estão previstos gastos de R\$ 23,3 milhões para a fiscalização e de R\$ 8,8 milhões para a cobrança de créditos previdenciários.

O resultado da ação governamental, visando ao aperfeiçoamento do sistema arrecadador, tem sido bastante positivo: em 2001, a arrecadação atingiu o seu recorde histórico de 5,26% do PIB, e a tendência é de crescimento.

O PREVCIDADÃO está trazendo significativos ganhos de qualidade à ação fiscal, na condição de uma segura e ágil fonte de informações. A criação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP representa um novo e poderoso instrumento de fiscalização, ao propiciar o cruzamento de informações sobre fatos geradores de contribuições previdenciárias.

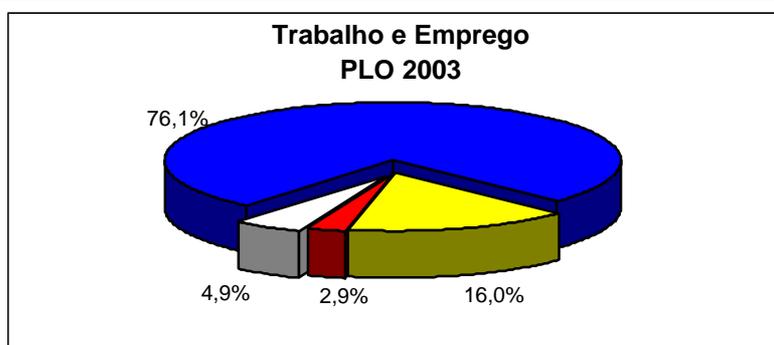
Previdência Complementar

A previdência complementar vem ganhando importância no Brasil no âmbito da reforma da Seguridade Social, consolidando-se nos últimos anos como alternativa à Previdência Social. Além disso, é um instrumento que, indiretamente, incentiva a poupança privada interna, estimulando o investimento, a produção e o crescimento econômico. Com mais de 360 fundos de pensão, este segmento vem apresentando uma forte expansão.

O Governo atua neste segmento por meio do programa **Previdência Complementar**, para o qual foram alocados R\$ 1,5 milhão, cujas principais preocupações são a estruturação do quadro regulatório e a garantia da qualidade e confiabilidade dos serviços prestados pelas entidades fechadas de previdência privada. Medidas visando ao aperfeiçoamento do sistema de controle, dotando-o de maior transparência, estão sendo implementadas. Recentes alterações na legislação estão ampliando o acesso ao sistema, ao possibilitar o ingresso de profissionais liberais e de funcionários públicos das três esferas de Governo.

TRABALHO E EMPREGO

TRABALHO E EMPREGO		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Novo Emprego e Seguro Desemprego		5.841,2
Assistência ao Trabalhador		1.226,9
Qualificação Profissional do Trabalhador		225,7
Demais		378,3
Total		7.672,0



As transformações que atingiram a economia brasileira na última década causaram forte impacto no mercado de trabalho. A crescente demanda por formação e qualificação profissional, aliada a um mercado cada vez mais competitivo, tem demandado investimento e esforço crescentes por parte do Governo e dos trabalhadores. A evolução e capacitação do trabalhador, frente às novas condições existentes no mercado, se tornaram elementos necessários à melhoria da qualidade e competitividade de nossos produtos e empresas, bem como à manutenção do emprego.

Em consonância com essa realidade e com os princípios constitucionais de garantia dos direitos sociais e de estímulo à ordem econômica, o Governo Federal desenvolve ações que visam assegurar a proteção social dos trabalhadores, a promoção da empregabilidade e o cumprimento dos direitos trabalhistas.

A atuação do Ministério do Trabalho - por intermédio de diversos programas, como o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, combinada com as ações desenvolvidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES,

orientadas para a geração de crédito para a micro, pequena e média empresa, tem procurado atenuar os efeitos do desemprego estrutural que afeta a economia mundial e também a brasileira.

Proteção Social do Trabalhador

Seguro-Desemprego e Intermediação do Emprego

Com dotação prevista de R\$ 5.841,2 milhões, o programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego busca oferecer proteção social aos trabalhadores demitidos sem justa causa, bem como facilitar o acesso a novos postos de trabalho captados junto às empresas. Por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, as ações de intermediação de mão-de-obra são executadas de forma descentralizada, pelas Unidades da Federação e centrais sindicais, visando à inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho.

As ações de pagamento do *Seguro-Desemprego*, com recursos previstos de R\$ 5.708,2 milhões para o próximo exercício, beneficiarão cerca de 4,6 milhões de trabalhadores, buscando oferecer ao trabalhador demitido involuntariamente uma assistência financeira temporária, de forma a atenuar o custo social do desemprego. Além do recebimento do benefício, o trabalhador também é encaminhado para ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional, reduzindo assim o tempo de espera por um novo emprego.

Abono Salarial

Com recursos previstos de R\$ 1.197,8 milhão, o pagamento do benefício *Abono Salarial* contemplará cerca de 5,6 milhões de trabalhadores em 2003, constituindo-se em um importante instrumento de redistribuição de renda para os assalariados, na medida em que proporciona renda suplementar a um contingente significativo de trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos mensais.

Complemento da Atualização Monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Dando continuidade ao cumprimento do acordo para o pagamento do complemento da

atualização monetária do saldo das contas vinculadas ao FGTS, referente às perdas verificadas nos períodos de dezembro de 1988 a fevereiro de 1989 e abril de 1990, foram alocados na Proposta Orçamentária para 2003 recursos da ordem de R\$ 1.670,9 milhão.

Empregabilidade

A qualificação do trabalhador se configura em fator fundamental para o sucesso das empresas brasileiras, bem como para a obtenção e manutenção de emprego pelos trabalhadores, à medida que gera ganhos de produtividade, diminui custos e aumenta a competitividade do produto brasileiro, nos mercados interno e externo.

O programa Qualificação Profissional do Trabalhador propicia uma oferta de qualificação profissional permanente, possibilitando um aumento na capacidade de obtenção e manutenção do emprego. Ao contribuir para a geração e elevação da renda, traz reflexos positivos no combate à pobreza e à desigualdade social, bem como na elevação da qualidade e competitividade do setor produtivo.

Foram destinados R\$ 225,7 milhões na Proposta Orçamentária, que serão aplicados prioritariamente na qualificação de trabalhadores desocupados, principalmente dos beneficiários do seguro-desemprego e dos candidatos ao primeiro emprego, trabalhadores sob risco de desocupação, pequenos e microprodutores, autônomos e cooperados, dentre outros. Serão qualificadas 1,4 milhão de pessoas, por intermédio dos “Planos Estaduais de Qualificação” e de parcerias nacionais e regionais com entidades que atuam na área de educação profissional, mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes.

Relações de Trabalho

Com recursos previstos da ordem de R\$ 218,7 milhões, o programa Trabalho Legal busca garantir o cumprimento da legislação trabalhista e estimular a negociação e a cooperação entre empregados e empregadores, propiciando o entendimento entre os atores da relação de trabalho. Para tanto, há especial ênfase na fiscalização das normas trabalhistas, com prioridade para o combate à informalidade, e da arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o que tem resultado em uma tendência de crescimento da arrecadação.

Ainda no campo da garantia dos direitos do trabalhador, o programa Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante, com recursos previstos da ordem de R\$ 1,5 milhão,

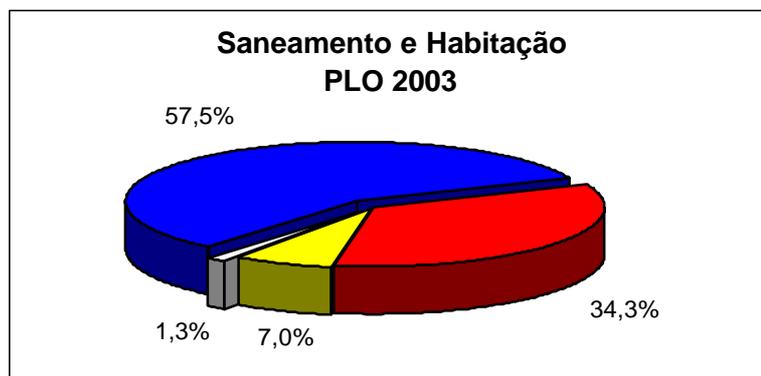
visa erradicar o trabalho escravo e quaisquer outras formas de trabalho degradante, por meio da fiscalização e autuação dos infratores. Para isso, a ação do Governo Federal nesta área tem se caracterizado pela atuação conjunta e coordenada de diversos órgãos, com a finalidade de conjugar esforços.

Objetivando reduzir a incidência de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, o Governo Federal continuará atuando por meio do programa Trabalho Seguro e Saudável, no qual serão alocados R\$ 33,9 milhões buscando, principalmente, a convergência de esforços dentro da Administração Pública e dos setores organizados da sociedade civil.

Estão previstas, entre outras, ações que visam capacitar profissionais em segurança e saúde do trabalhador e inspecionar os ambientes e condições de trabalho, tendo como foco prioritário de atuação aqueles setores onde se verificam as mais altas taxas de incidência de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, haja vista os amplos danos sociais provocados, pois, além de comprometerem a integridade física do trabalhador, atingem sua família e implicam custos aos sistemas de saúde e previdência social.

SANEAMENTO, HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

SANEAMENTO E HABITAÇÃO		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Carta de Crédito		350,0
Saneamento Básico e Saneamento é Vida		208,9
Morar Melhor e Nosso Bairro		42,3
Demais		7,6
Total		608,8



Atualmente, de uma população total de 170 milhões de brasileiros, mais de 80% vivem nas cidades. Nas grandes concentrações urbanas avolumam-se os principais problemas gerados pelo processo de urbanização, como déficit habitacional crescente, trânsito e transportes caóticos, altos níveis de poluição atmosférica, hídrica e do solo, e uso desenfreado e abusivo de recursos naturais não renováveis. As soluções requerem ações articuladas nos níveis de Governo Federal, Estadual e Municipal.

No âmbito de sua competência, a União vem desenvolvendo programas como Saneamento Básico e Morar Melhor, os quais recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Saneamento é Vida e Nosso Bairro, cujas ações são executadas também com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Carta de Crédito, financiado com os recursos do FGTS e da Caixa Econômica Federal, e o programa Minha Casa, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.SANEAMENTO, dentre outros.

Saneamento

O Saneamento Básico é uma questão prioritária para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Os principais obstáculos para universalização do atendimento relacionam-se com os custos elevados dos serviços de coleta e tratamento de esgotos e as baixas taxas de retorno dos investimentos.

Nos últimos anos, houve uma melhoria sensível no atendimento à população, sobretudo nas áreas urbanas. No entanto, os números do setor não refletem integralmente os esforços despendidos, na medida em que sobressaem as suas carências. As maiores deficiências concentram-se nas camadas de baixa renda, nas periferias urbanas, nos Municípios pouco povoados e nas regiões mais atrasadas (segmentos atendidos no âmbito do programa Comunidade Ativa).

A meta setorial é universalizar o acesso aos serviços básicos de Saneamento até 2010, combatendo a maioria dos males que afligem os imensos contingentes de populações de baixa renda. Para tal, estima-se que deveriam ser investidos, no âmbito das três esferas de Governo, anualmente, cerca de 0,44% do PIB ou aproximadamente R\$ 5,0 bilhões.

A médio prazo, são objetivos para o setor: universalizar o abastecimento de água; elevar a cobertura nacional urbana da coleta de esgotos de 54% para 57%; elevar o nível de tratamento de esgotos de 15,8% para 30%. Para tanto, serão priorizadas as cidades com mais de 200 mil habitantes, elevando a cobertura de suas redes para 70% e o índice de tratamento de esgoto para 40%.

A implantação de redes de abastecimento de água e de esgoto é desenvolvida no âmbito dos programas federais prioritários de Saneamento Básico e Saneamento é Vida, para os quais foram reservados R\$ 208,9 milhões para 2003.

O primeiro Programa, Saneamento Básico, que contará com recursos da ordem de R\$ 184,2 milhões, com vistas à melhoria da qualidade de vida, promove a realização de convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios para apoiar técnica e/ou financeiramente o desenvolvimento de ações de saneamento básico com critérios epidemiológicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde, à prevenção e ao controle de doenças e agravos, visando à redução da mortalidade infantil.

Desenvolve-se junto a Municípios com menos de 30.000 habitantes ações referentes à

organização, estruturação e manutenção dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem e melhorias sanitárias domiciliares, beneficiando mais de 270 mil famílias.

O Saneamento é Vida, que contará com recursos de R\$ 24,7 milhões, tem como um de seus objetivos o reordenamento do setor saneamento, com o propósito de promover a melhoria da eficiência e eficácia na prestação de serviços de saneamento. Dentre suas estratégias, destacam-se a ampliação da cobertura dos serviços, a indução à eficiência dos operadores públicos e o estímulo à participação de empreendedores e operadores privados.

Por meio dos projetos de Saneamento Básico Integrado (PAT/PROSANEAR), Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água, Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos e Implantação e Ampliação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PASS / BID), estimula-se o financiamento de investimentos de prestadores de serviços em saneamento com o apoio dos recursos de contratos de empréstimos com instituições financeiras internacionais e do FGTS.

Habitação

Apoiada nos princípios da Política de Desenvolvimento Urbano Nacional, a Política Nacional de Habitação tem por objetivos principais promover o acesso à moradia adequada, a melhoria das habitações existentes e a regularização dos assentamentos.

Considerando as peculiaridades das condições de vida de expressiva parcela da população, que é de baixa renda e reside em assentamentos subnormais nas aglomerações urbanas, a solução pretendida decorrerá de esforço articulado das três esferas de Governo, especialmente na adoção de ações integradas, com investimentos em infra-estrutura urbana e saneamento básico. Nesse esforço, tem sido de fundamental importância o envolvimento das comunidades (associações de bairro) na construção de moradias em regime de mutirão.

O programa Nosso Bairro, no exercício de 2003, destinará recursos da União/BID/FGTS no valor de R\$ 20,3 milhões para as ações de “*Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (Habitar-Brasil/BID)*” e “*Apoio à Modernização Institucional dos Municípios, para atuação na melhoria das condições do setor habitacional no segmento das famílias de baixa renda (Habitar-Brasil/BID – Desenvolvimento Institucional dos Municípios – DI)*”, de modo a conferir maior sinergia nas

ações de parceria com a União, promovendo projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, carentes de serviços públicos essenciais, ocupados por famílias predominantemente com renda de até três salários-mínimos, transformando-os em bairros normais.

A execução dessas ações beneficiará cerca de 1.725 mil famílias, que serão atendidas no nível da demanda essencial, estimulando a obediência a padrões de qualidade compatíveis com a manutenção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e o atendimento adequado dos direitos dos cidadãos.

Direcionado à melhoria das condições de moradia da população mais carente, o programa *Morar Melhor*, para o qual foram reservados R\$ 22,0 milhões, beneficia cerca de 12.500 famílias, urbanizando 4.000 lotes. Para sua implementação, são desenvolvidas ações de *Construção de Casas, Produção de Lotes Urbanizados e Melhoria das Condições de Habitabilidade de Aglomerações Subnormais*.

Foram alocados R\$ 350,0 milhões para concessão de *Subsídio à Habitação de Interesse Social*, no âmbito do programa *Carta de Crédito*.

O setor de habitação conta com recursos extra-orçamentários no âmbito dos programas *Carta de Crédito* e *Minha Casa*, investimentos fundamentais para o desenvolvimento da política habitacional brasileira, dirigida especialmente para a classe média.

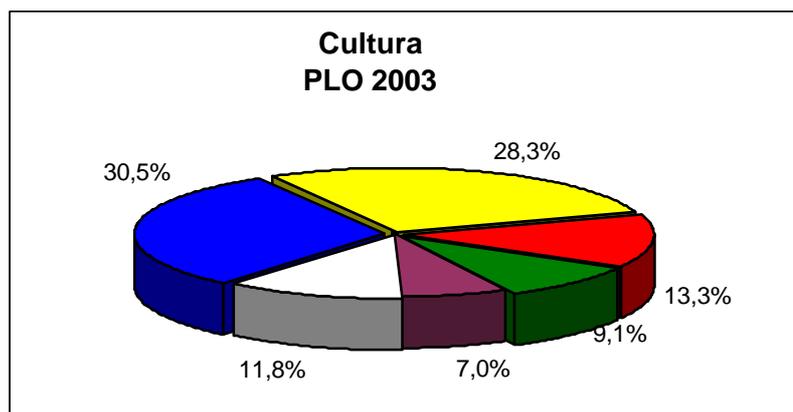
O programa *Carta de Crédito* estimula a aplicação de um modelo concorrencial e abrangente para o mercado habitacional, além de contribuir para a expansão e ampliação da escala da estrutura produtiva do setor, dinamizando a indústria da construção civil e o mercado de trabalho. A operacionalização é descentralizada e atende aos diversos segmentos de renda da sociedade. Para o ano de 2003, devem ser disponibilizados R\$ 3,8 bilhões com a concessão de 219 mil Cartas de Crédito e financiamentos, sendo 77 mil cartas para a classe média e 142 mil para a faixa da população de baixa renda.

O programa *Minha Casa* objetiva alterar o paradigma da casa própria, oferecendo às famílias com rendimento mensal de até 6 salários-mínimos arrendamento residencial com opção futura de compra. O programa é dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais estaduais. Financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, a meta do programa é atender a, aproximadamente, 200 mil famílias totalizando investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões (de 1999 até dez/2003). Até dez/2001 foram

contratados empreendimentos que totalizaram mais de 58 mil unidades residenciais, distribuídas em 480 empreendimentos, representando um investimento da ordem de R\$ 1,158 bilhão. Considerando ainda os seis primeiros meses de 2002, o programa atinge mais de 68 mil unidades produzidas, em 552 empreendimentos, totalizando investimento de R\$ 1,38 bilhão.

CULTURA

CULTURA		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Brasil Patrimônio Cultural e MONUMENTA		57,0
Cinema, Som e Vídeo		53,0
Produção e Difusão Cultural		24,9
Música e Artes Cênicas		17,0
Livro Aberto		13,1
Demais		22,0
Total		186,9



De acordo com a Constituição, é dever do Estado garantir a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais e, com a colaboração da comunidade, preservar o patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, o Governo Federal se destaca como agente financiador e defensor do patrimônio cultural, artístico, histórico e urbanístico do País, sendo responsável pela implementação de uma política que englobe as três dimensões básicas do fenômeno cultural – a criação, a difusão e a conservação.

Preservação Cultural

Serão destinados R\$ 35,9 milhões para o programa Brasil Patrimônio Cultural, que

tem por objetivo conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro. Buscar-se-á reverter o quadro de degradação dos bens de caráter histórico-cultural, mediante a implementação de medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração. Espera-se alcançar 144 bens imóveis preservados e restaurados, estimulando novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

Com foco no funcionamento de 40 museus de propriedade da União, o programa Museu Memória e Futuro, cuja dotação orçamentária será de R\$ 13,2 milhões, desenvolve ações de modo a capacitá-los a exercer suas funções de proteção, conservação e difusão de bens culturais, bem como a prestar outros serviços de interesse da comunidade. Além de criar condições para a sustentabilidade dessas instituições, também é sua função fomentar a visitação dos museus nacionais e casas históricas, visando atingir, no exercício de 2003, o patamar de três milhões de visitantes.

Resultado de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o programa Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico objetiva revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos de modo continuado. São realizadas ações voltadas para a conservação de Monumentos Nacionais, destacando-se obras de iluminação, paisagismo, mobiliário urbano, sinalização histórica, programação visual e obras no sistema de água, dispondo, para tanto, de recursos da ordem de R\$ 21,1 milhões. Tendo como parâmetro uma lista de prioridades de intervenção de áreas urbanas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinte e sete cidades terão seus conjuntos históricos revitalizados, dentre os quais, quatro já se encontram em andamento.

Produção e Difusão Cultural

O programa Livro Aberto, no qual estão sendo alocados R\$ 13,1 milhões, tem como objetivo estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso a livros, revistas, jornais e computadores, mediante a construção e modernização de 158 bibliotecas públicas. Visando a melhoria dos serviços prestados à comunidade, além da ampliação da rede pública de bibliotecas, realiza-se a capacitação dos recursos humanos por elas responsáveis.

A necessidade de se promover uma alavancagem mais substantiva da indústria

cinematográfica e dar maior abrangência às ações sob a responsabilidade do programa Cinema, Som e Vídeo levou à criação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, como órgão de fomento, regulação e fiscalização, destinada a captar e aplicar recursos necessários à produção, distribuição, comercialização e exibição de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras. Para viabilizar o apoio a 155 projetos na área do audiovisual, o Governo Federal aplicará recursos da ordem de R\$ 53,0 milhões.

A principal característica do programa Produção e Difusão Cultural é o notável estímulo às manifestações artísticas e ao acesso a bens e serviços culturais. Para tanto, o Governo Federal disponibilizará o valor global de R\$ 24,9 milhões, com vistas a apoiar 22 projetos e prover os Municípios brasileiros de 23 espaços culturais, na busca do reconhecimento das diferenças regionais e do resgate das tradições locais.

Com dotação de R\$ 17,0 milhões, o programa Música e Artes Cênicas desenvolve ações de incentivo à produção e difusão cultural da música e das artes cênicas, dentre as quais destacam-se: *Apoio a Bandas de Música e Fomento a Projetos Culturais nas Áreas de Música e Artes Cênicas*. Com relação à primeira ação, sua finalidade é a valorização e a difusão da música instrumental, tendo como alvo o apoio a 200 bandas, promovendo a utilização da música como elemento de socialização e cidadania. Já a segunda, por sua vez, destina-se a apoiar financeiramente 137 projetos culturais, de modo a difundir e promover o aumento da produção musical e artística.

Cultura Afro-Brasileira

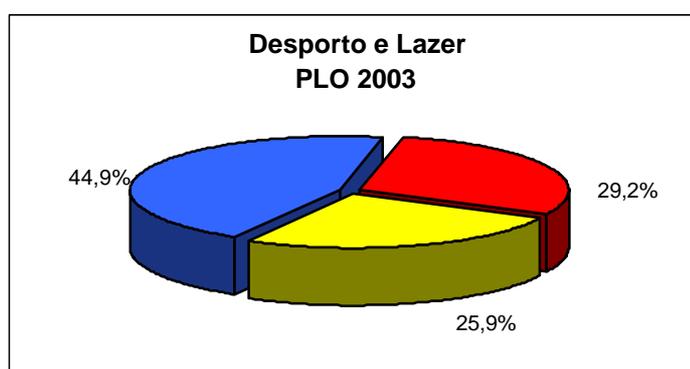
Em decorrência dos fatores históricos que resultaram na vinda da população negra para o Brasil e considerando sua importante contribuição à cultura nacional, foi estabelecido o programa Cultura Afro-Brasileira, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. A alocação de recursos no montante de R\$ 5,1 milhões possibilitará a continuidade de medidas que potencializam a participação econômica e política do negro brasileiro, a partir de sua cultura, no cotidiano nacional.

Nesse contexto, a ação *Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos* visa reconhecer, demarcar e titular as áreas detentoras de reminiscências históricas de antigos quilombos, tornando os descendentes da população

original seus legítimos donos. Assim sendo, pretende-se beneficiar 29 comunidades com a titulação de suas terras, bem como implementar políticas específicas de desenvolvimento, no intuito de evitar o êxodo dessa população.

DESPORTO E LAZER

DESPORTO E LAZER		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Esporte na Escola		58,3
Brasil Potência Esportiva		37,9
Esporte Solidário		33,6
Total		129,9



Além de constar como um dos deveres constitucionais da União, o incentivo às práticas desportivas formais e não formais auxilia o processo de desenvolvimento do indivíduo e serve, também, como fator de integração da comunidade.

Nesse sentido, as ações do Governo Federal para o próximo exercício procuram priorizar o desporto como instrumento de inserção social, sem perder de vista o esporte de rendimento, dando um tratamento diferenciado para o esporte profissional e o não profissional.

O Desporto como Instrumento de Inserção Social

Como uma das políticas sociais adotadas pelo Governo, o investimento na evolução do esporte reflete o esforço na busca de soluções para assegurar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Focado na democratização do acesso à prática e à cultura do esporte como meio educacional para o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, contribuindo para a formação de cidadãos, o programa Esporte na Escola, com recursos previstos de R\$ 58,3 milhões para o próximo exercício, procura incentivar a prática desportiva

de alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio, estimulando a criatividade e o espírito de companheirismo. Pretende-se, no ano de 2003, dotar 278 escolas de infra-estrutura esportiva, beneficiando 417 mil alunos do ensino oficial do País.

O programa **Esporte Solidário**, para o qual serão alocados R\$ 33,6 milhões, coloca-se como importante ferramenta para diminuir a situação de exclusão social, por meio do acesso e permanência em atividades esportivas e de lazer. Procura, ainda, ampliar a prática dos esportes de criação nacional e com identidade cultural, apresentando-se como elemento imprescindível de integração e resgate da cidadania, afastando das drogas e da criminalidade mais de 110 mil crianças, jovens e adolescentes e proporcionando a prática esportiva a idosos carentes e pessoas portadoras de necessidades especiais.

A ação *Produção de Material Esportivo por Detentos – Pintando a Liberdade* possibilita a distribuição de material esportivo gratuito, no âmbito do programa **Esporte Solidário** e **Esporte na Escola**, dentre outros existentes no Governo Federal. O desenvolvimento da ação, além de diminuir o custo de vários programas sociais, promove a capacitação profissional de aproximadamente 12 mil detentos, colaborando com a redução da população carcerária, visto que três dias trabalhados reduzem a pena aplicada em um dia.

Já a ação *Produção de Material Esportivo por Menores Infratores – Cidadania ao Menor* proporcionará a ressocialização juntamente com a profissionalização de mais de mil adolescentes infratores, reduzindo a ociosidade dos internos lotados nos centros de proteção ao menor infrator, pela utilização de sua mão-de-obra na confecção de material esportivo a ser doado para escolas e centros comunitários. Esses dois projetos têm capacidade de distribuição de 1,9 milhão de itens esportivos, suficientes para atender a 13 milhões de crianças, jovens e adolescentes carentes.

Esporte de Rendimento

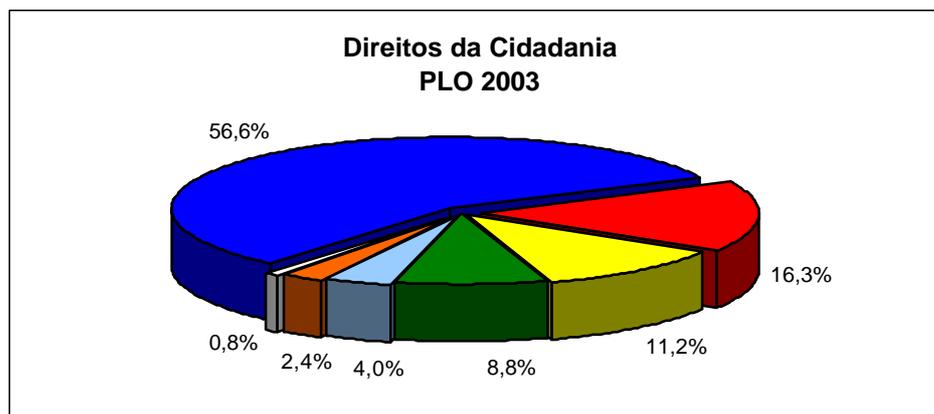
Segmento representado pelo programa **Brasil Potência Esportiva**, que busca melhorar o desempenho do atleta de rendimento olímpico e para-olímpico brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País como incentivador do esporte.

A proposta de dotação para o próximo exercício, no montante de R\$ 37,9 milhões, embute a consecução de melhoria no desempenho dos atletas, mediante a modernização e

implantação de 14 instalações desportivas, o aumento do intercâmbio internacional, por meio da participação dos atletas brasileiros em competições internacionais, e a melhoria do resultado das avaliações dos atletas, com conseqüente aumento do nível das competições nacionais.

DIREITOS DA CIDADANIA

DIREITOS DA CIDADANIA		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas		154,5
Território e Cultura Indígenas		44,4
Direitos Humanos, Direito de Todos		30,5
Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei		24,0
Combate à Violência Contra a Mulher		10,9
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		6,7
Demais		2,1
Total		273,1



Criança e Adolescente

Em conjunto com a sociedade civil e os Governos Estaduais e Municipais, o Governo Federal tem atuado na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente por meio de ações específicas, desenvolvidas no âmbito dos programas de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que somam R\$ 30,7 milhões.

Visando a promover a ressocialização positiva do menor infrator, o programa Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei tem investido recursos na construção e reforma de unidades de atendimento e, ainda, na implementação de ações de assistência social e psicológica direcionadas a esse segmento.

Outro importante programa desta área é o de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, cuja prioridade é o combate à violação dos direitos relacionados à infância e à juventude. A criação de delegacias e defensorias públicas especializadas, a realização de campanhas socioeducativas e a capacitação de recursos humanos são algumas das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos deste programa.

Questão Indígena

A postura do Governo Federal no trato com a causa indígena tem se baseado no atendimento progressivo de suas demandas históricas, especialmente no que concerne à demarcação e regularização fundiária de suas terras e à assistência permanente das populações envolvidas, priorizando o respeito à preservação ambiental e à diversidade cultural desses povos, cujas ações foram agrupadas em dois Programas, totalizando R\$ 198,9 milhões.

O primeiro, Território e Cultura Indígenas, tem por objetivo a proteção da integridade territorial e do patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas, por meio da fiscalização e monitoramento das áreas demarcadas, da regularização de terras e do pagamento de indenizações por benfeitorias edificadas de boa-fé por colonos que habitavam as regiões atualmente destinadas a essas populações.

O segundo programa, Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, direciona-se prioritariamente para a assistência comunitária, atendimento médico e educacional e, ainda, para o fomento das atividades produtivas desenvolvidas em suas terras, objetivando a auto-sustentabilidade das tribos favorecidas por suas ações.

Direitos Humanos

O programa Direitos Humanos, Direito de Todos, para o qual o Governo reservou R\$ 30,5 milhões, objetiva o desenvolvimento de políticas públicas que visem a conscientizar a população brasileira acerca de seus direitos individuais, coletivos e difusos, por meio de instrumentos que garantam o exercício pleno da cidadania e que promovam a construção de uma sociedade capaz de respeitar sua diversidade, combatendo, assim, todas as formas de discriminação.

Suas ações têm como público-alvo qualquer pessoa da sociedade brasileira que tenha sofrido discriminação ou que necessite de meios para exercer seus direitos. Tais ações objetivam a implantação da Rede Nacional de Informações e de Combate à Tortura, o gerenciamento do Serviço Civil Voluntário e o fornecimento de documentação civil básica.

No que tange ao combate da prática de tortura, já encontra-se totalmente implantado o SOS Tortura, serviço gratuito de recepção de denúncias, cuja estrutura conta com uma central nacional e vinte centrais de monitoramento, distribuídas nas cinco regiões do País, voltadas para o controle e fiscalização das ocorrências registradas.

O Serviço Civil Voluntário tem como proposta básica a inserção de jovens dispensados do serviço militar obrigatório em atividades sociais relevantes, visando a prepará-los para o mercado de trabalho. Atualmente, são mantidos 19 centros de voluntários que abrigam 24.500 jovens.

Quanto às ações de fornecimento de documentação e de orientação jurídica, vale destacar a existência de 88 Balcões de Direito espalhados pelo País, especialmente mantidos com a finalidade de fornecer Certidões de Nascimento e de Óbito, Carteiras de Identidade e Carteiras Profissionais, Certificados de Reservista, entre outros documentos.

Além disso, diante do diagnóstico de que o número de casos de violência física contra a mulher é maior do que o registrado nas delegacias especializadas, o Governo Federal - por intermédio do programa Combate à Violência Contra a Mulher, que terá recursos de R\$ 10,9 milhões - elegeu como prioridade a disseminação de informações sobre prevenção e combate à violência doméstica e sexual, por meio de campanhas de grande alcance direcionadas à população feminina. Destacam-se, também, os resultados obtidos por meio desse Programa na ampliação do número de Conselhos Municipais e Estaduais que tratam dos direitos da mulher, visando a fortalecer regionalmente os mecanismos institucionais de atuação nessa área específica.

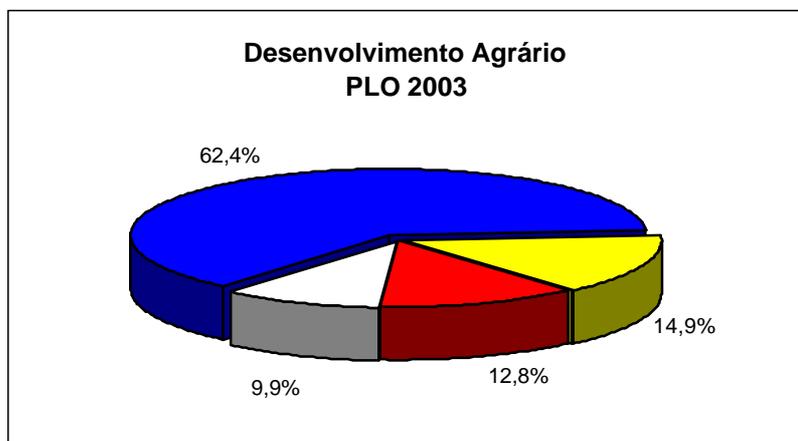
Objetiva-se, ainda, apoiar a construção de abrigos destinados à proteção da integridade física e psicológica de mulheres em situação de risco, e capacitar mão-de-obra para atuação em delegacias e em outras áreas envolvidas com atendimento às mulheres vítimas de violência.

Vale ressaltar que a recente criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher contribuirá para uma melhor coordenação das demandas provenientes do segmento feminino da sociedade, fazendo com que seus problemas e anseios sejam tratados de forma

particularizada e prioritária.

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais		800,7
Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos		191,4
Emancipação de Assentamentos Rurais		163,6
Demais		126,6
Total		1.282,4



A Reforma Agrária se mantém como foco de atuação da Política Fundiária do Governo Federal, com vistas à desconcentração da propriedade da terra, à melhoria da qualidade de vida no campo, e conseqüentemente, ao aumento da capacidade produtiva dos pequenos agricultores. Dessa forma, é perceptível a orientação dos programas e ações que vêm sendo implantados para o desenvolvimento do meio rural brasileiro em âmbito social e econômico.

O Governo Federal, por meio dos programas Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais e Consolidação dos Assentamentos assentou, nos últimos sete anos, mais de 565 mil famílias de trabalhadores rurais, atuando no combate ao latifúndio improdutivo e no efetivo estabelecimento das famílias no campo. Para 2003, estão previstos recursos da ordem de R\$ 992,1 milhões para aquisição e desapropriação de terras, além de outras ações necessárias ao assentamento de cerca de 70 mil novas famílias, tanto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, quanto pelo Banco da Terra.

Em pesquisa recente, o Governo obteve o perfil dos demandantes por assentamentos,

enquadrados no processo de Reforma Agrária mediante desapropriação, promovido pelo INCRA. Mais de 800 mil famílias se cadastraram, das quais cerca de 400 mil se encaixam como potenciais beneficiários da Reforma Agrária. Essa pesquisa também indicou que a demanda por assentamentos está se direcionando para as regiões Sul e Sudeste e se reduzindo nas regiões Norte e Nordeste. Para 2003, estão previstos recursos da ordem de R\$ 608,3 milhões para o INCRA, incluídos nos programas de Assentamento de Trabalhadores e Consolidação de Assentamentos Rurais com vistas ao atendimento de cerca de 37 mil famílias.

Quanto à forma de assentamento de trabalhadores mediante mecanismo de mercado, o Banco da Terra contará, em 2003, com recursos da ordem de R\$ 332,7 milhões e beneficiará cerca de 33 mil famílias. Esse mecanismo contará também com recursos de R\$ 50,0 milhões a fundo perdido, a fim de proporcionar infra-estrutura em propriedades adquiridas mediante financiamento, cujo público alvo se enquadra como beneficiário da operação de crédito externa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Outro importante programa relativo à Reforma Agrária, o Emancipação de Assentamentos Rurais, atende às famílias assentadas até o ano de 1998 que ainda estão necessitando de apoio. Nos últimos anos, esse programa já beneficiou mais de 100 mil famílias e para o ano de 2003 terá uma alocação de R\$ 163,6 milhões, destinados à *Concessões de Crédito, Infra-estrutura, Assistência Técnica e Capacitação, Topografia e ao Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos*, dando continuidade ao desenvolvimento e à inserção econômica e social desses assentamentos.

Ainda, em relação à Organização Agrária, outras conquistas devem ser destacadas, como a diminuição da violência, das mortes e das invasões de terra no campo brasileiro. Essas conquistas devem-se à criação da Ouvidoria Agrária, ao combate à grilagem de terras e à modernização do Sistema Público de Registro de Terras, o que trouxe maior transparência aos registros cartoriais e imobiliários, garantindo aos proprietários a legitimidade quanto ao domínio do imóvel. Todas essas ações, entre outras, terão continuidade em 2003, contribuindo, assim, para a melhor qualidade de vida das populações rurais.

FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O combate à exclusão social é prioridade do Governo brasileiro. A diminuição da desigualdade pressupõe romper com o ciclo pelo qual a pobreza é gerada e perpetuada, impedindo que o indivíduo tenha acesso aos meios que lhe permitirão a melhoria de sua qualidade de vida e o pleno aproveitamento de seu potencial de desenvolvimento humano.

O *Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP* foi concebido como forma de financiamento para atacar os principais problemas que mantêm os indivíduos abaixo da linha de pobreza: o analfabetismo, a desnutrição, a falta de habitação digna e de condições mínimas de saúde e o acesso a níveis mínimos de renda. Desta forma, o *FCEP* se configura em efetiva e viável estratégia de melhoria das condições de vida da população mais pobre e vulnerável, reduzindo a miséria.

O *FCEP* abarca uma série de programas, a maioria sob administração da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, que visam a atender populações em faixas etárias específicas, notadamente crianças, jovens e idosos, bem como aqueles portadores de deficiência, ou incapazes de prover sua própria subsistência. Sua existência foi estipulada até 2010.

	R\$ milhões
Transferências Diretas de Renda	
Toda Criança na Escola (Bolsa-Escola)	1.835,0
Toda Criança na Escola (Alimentação Escolar)	535,2
Erradicação do Trabalho Infantil (Jornada Escolar Ampliada e Bolsa Criança-Cidadã)	438,1
Alimentação Saudável (Bolsa-Alimentação)	360,0
Pronaf (Seguro-Renda Rural)	82,3
Brasil Jovem (Agente Jovem de Desenvolvimento)	47,6
Total	3.298,2
Saúde	
Saúde da Família (Incentivo Financeiro a Municípios)	168,0
Total	168,0

	R\$ milhões
Saneamento e Energia	
Energia das Pequenas Comunidades	120,0
PROÁGUA - Infra-Estrutura (Sistema de Abastecimento de Água em Escolas Públicas)	60,0
Despoluição de Bacias Hidrográficas (Remoção de Cargas Poluidoras)	21,0
Saneamento é Vida (Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água)	5,0
Nosso Bairro (Melhoria das Condições Habitacionais de Infra-Estrutura e de Saneamento Básico)	4,6
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	3,3
Total	213,9
Desenvolvimento Agrário	
Pronaf (Assistência Financeira e Capacitação de Agricultores Familiares)	105,1
Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais (Obtenção de Terras)	82,6
Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária)	10,0
Total	197,7
Cidadania, Comunidades Indígenas e Carentes	
Erradicação do Trabalho Infantil (Geração de Ocupações Produtivas para Famílias Carentes)	49,2
Território e Cultura Indígenas (Regularização Fundiária)	35,6
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas (Fomento às Atividades Produtivas, Assistência Social, Escolas)	24,4
Direitos Humanos, Direito de Todos (Núcleos de Atendimento a Famílias em Grandes Cidades e Balcões de Direito)	12,7
PRONAGER - Organização Produtiva de Comunidades Pobres	8,4
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência)	7,7
Comunidade Ativa (Capacitação de Gestores Locais e Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores)	7,5
Assistência Jurídica Integral e Gratuita (Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão)	5,7
Segurança do Cidadão (Capacitação de Liderança Comunitária para o Combate à Violência Urbana)	4,5
Total	155,7
Assistência Social	
Atendimento à Criança (Creche ou outras Alternativas)	230,2
Comunidade Ativa (Formação de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Integrado e Sustentável)	4,0
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (Atendimento em Situação de Pobreza)	76,2
Valorização e Saúde do Idoso (Atendimento em Situação de Pobreza)	35,7
Brasil Jovem (Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo e Implantação de Centros da Juventude)	9,8
Total	355,9

Para 2003, o Fundo contará com R\$ 4.565,1 milhões para o financiamento de diversas

ações e programas, dentre eles, o *Bolsa-Escola*, o *Bolsa-Alimentação*, o *Benefício de Prestação Continuada – BPC* e o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. O *FCEP* tem obtido êxito em permitir o acesso de pessoas em condição de pobreza ou risco social à renda mínima, pré-requisito para que possam alcançar outros recursos materiais e imateriais necessários à melhoria de sua qualidade de vida, com isto, o contingente abaixo da linha de pobreza tem se reduzido significativamente.

TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DE RENDA

O Governo Federal tem obtido sucesso na redução das desigualdades sociais e no combate à pobreza por meio de Transferências Diretas de Renda. Estas medidas, coordenadas, se inserem em estratégia que visa a garantir renda mínima para populações carentes, especialmente crianças e jovens, ou em situação que represente risco social.

Os programas que incluem essas transferências são estruturados de forma descentralizada, o que permite que o dinheiro chegue diretamente às mãos dos beneficiários. A redução do número de intermediários e a utilização de cartões magnéticos contribuem para que práticas fraudulentas sejam coibidas, em defesa do interesse público.

Além de atuar na proteção da população carente, essas ações geram um efeito multiplicador altamente positivo, pois a maior parte da renda transferida circula pela própria comunidade local, incentivando o desenvolvimento, especialmente de pequenos Municípios. Na maioria dos casos, as transferências efetuadas superam o montante do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

O *Bolsa-Alimentação* destina-se à promoção de condições de saúde e nutrição adequadas para gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos, com o objetivo de eliminar as conseqüências da desnutrição no desenvolvimento das crianças. O *Bolsa-Alimentação* é administrado pelo Ministério da Saúde e para 2003 contará com recursos da ordem de R\$ 360,0 milhões.

O *Bolsa-Escola* busca reduzir a repetência e a evasão escolar no Ensino Fundamental de crianças e adolescentes entre seis e quinze anos. O programa favorece a redução da pobreza, no curto prazo, sendo que no longo prazo estimula a permanência da criança na escola, favorecendo um maior grau de escolarização. As famílias recebem a bolsa condicionada à permanência de suas crianças na escola. Em 2001, mais de 8,2 milhões de crianças foram

beneficiadas com o programa, tendo como meta beneficiar 10,1 milhões de crianças e 98% dos Municípios brasileiros já formalizaram sua adesão. O *Bolsa-Escola* é administrado pelo Ministério da Educação e para 2003 terá recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

O programa *Erradicação do Trabalho Infantil – PETI* concede a *Bolsa Criança-Cidadã*, que busca eliminar o trabalho infantil ao incentivar famílias a enviarem suas crianças à escola e mantê-las em jornada escolar ampliada. Complementar ao PETI existe o programa *Brasil Jovem*, no âmbito do qual são transferidos recursos para adolescentes, de 15 a 17 anos, carentes e em situação de risco. O PETI e o programa *Brasil Jovem* são administrados pela Secretaria de Estado da Assistências Social – SEAS e para 2003 terão recursos de R\$ 438,2 milhões.

A preocupação com o idoso e com a pessoa portadora de deficiência se materializa no *Benefício de Prestação Continuada - BPC*, o qual fornece renda permanente a idosos com mais de 67 anos e portadores de deficiência, como previsto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Para 2003, serão destinados R\$ 3,8 bilhões para o *BPC*.

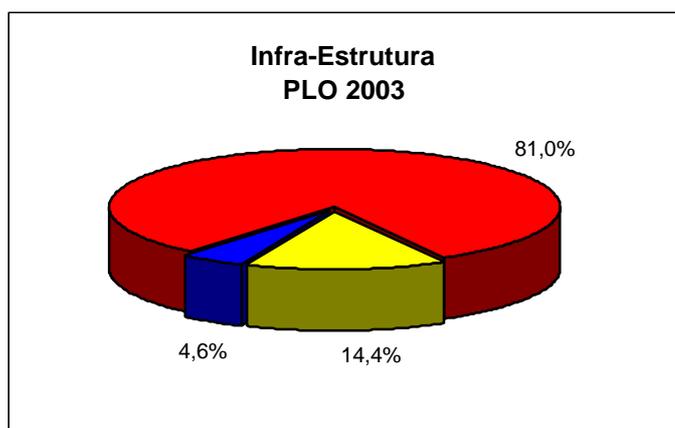
Estes programas e ações configuram o núcleo de uma ampla frente para a geração de renda-mínima, com foco em faixas etárias específicas, famílias e comunidades. O objetivo primordial é a inclusão social, atacando os mecanismos pelos quais a pobreza é gerada e se reproduz, afetando os indivíduos ao longo de sua vida.

Por fim, ressalte-se a destinação de R\$ 750,0 milhões, no âmbito da ação *Concessão de Auxílio-Gás*, para atender a quase 8 milhões de famílias de baixa renda, que receberão um benefício mensal de R\$ 7,50 para a aquisição de gás de cozinha.

Transferências de Renda a Pessoas		R\$ milhões
Ações	Atendimento	PLO 2003
Seguro-Desemprego e Bolsa de Qualificação	Trabalhador = 4,7 milhões	5.712,9
Benefício de Prestação Continuada da LOAS	Pessoas = 1,5 milhão	3.819,0
Participação em Programas de Renda Mínima	Criança = 10,2 milhões	1.835,0
Abono Salarial do PIS/PASEP	Trabalhador = 5,6 milhões	1.197,8
Concessão de Auxílio-Gás	Pessoas = 7,9 milhões	750,0
Bolsa Alimentação	Gestante/Nutriz/Criança = 2 milhões	360,0
Seguro-Renda	Agricultor beneficiado = 476 mil	82,3
Jornada Escolar Ampliada	Criança/Adolescente = 813 mil	187,0
Bolsa Criança-Cidadã	Criança/Adolescente = 813 mil	251,2
Total		14.195,2

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

INFRA-ESTRUTURA		R\$ milhões
Discriminação		PLO 2003
Energia		21.608,9
Transporte		3.854,4
Comunicações		1.229,7
Total		26.693,1



Tendo por objetivos principais o desenvolvimento sustentável e a redução do “*Custo Brasil*”, a área de infra-estrutura foi contemplada na Proposta Orçamentária para o exercício de 2003 com R\$ 26.693,1 milhões, que representam 12,6% do total de gastos destinados aos programas setoriais de Governo, estando R\$ 5.593,0 milhões alocados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 21.100,1 milhões no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

TRANSPORTES

A estrutura do Ministério dos Transportes, revitalizada a partir das instalações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, concomitantemente à extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e à liquidação da Empresa Brasileira de Transportes – GEIPOT, é fruto do redesenho do papel do Governo Federal no setor de transporte, cuja atuação visa a descentralizar ações e

responsabilidades, desonerando o Estado da função de provedor e operador de serviços, no sentido de proporcionar ganhos nos resultados finais usufruídos pela população.

Nesse contexto, os investimentos almejam viabilizar uma gestão e operação eminentemente privadas nos segmentos passíveis de tal iniciativa, como portos, ferrovias, sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, hidrovias e em algumas rodovias troncais, por intermédio de concessões, com a atuação da União como poder concedente, regulador e fiscalizador dessas atividades.

Esses investimentos estão estruturados em torno dos modais de transportes e dos eixos de desenvolvimento, que abrangem todo o território brasileiro, com destinação de R\$ 3.854,4 milhões. Desse montante, R\$ 927,8 milhões estão alocados nos Corredores Multimodais de Transportes que abrangem todo o território nacional e interligam rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, possibilitando a redução dos custos do transporte de cargas e de passageiros, visando a atender às demandas identificadas de acordo com as peculiaridades de cada região.

A aplicação dos investimentos para 2003, distribuídos entre os principais programas, são especificados na tabela a seguir:

TRANSPORTES	R\$ milhões
Principais Programas	PLO 2003
Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário	722,1
Manutenção da Malha Rodoviária	700,0
Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo	464,1
Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	419,3
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	229,3
Corredor Araguaia-Tocantins	181,2
Corredor Leste	181,2
Corredor Nordeste	177,9
Corredor Mercosul	176,6
Manutenção de Rodovias em Gestão Terceirizada	159,0
Corredor Oeste-Norte	108,5
Corredor Fronteira Norte	73,0
Corredor Transmetropolitano	54,1
Demais	207,9
TOTAL	3.854,4

Setor Rodoviário

A malha rodoviária federal, com 56.100 km de estradas pavimentadas e 14.843 km de

estradas não pavimentadas, possui importância fundamental na dinâmica da economia brasileira, estando diretamente relacionada à atratividade de investimentos privados em prol do desenvolvimento regional.

Dentro do atual modelo, os investimentos rodoviários, os quais totalizam nesta Proposta Orçamentária R\$ 1.765,4 milhões, objetivam proporcionar condições favoráveis à exploração pela iniciativa privada dos segmentos potenciais, pavimentar trechos em locais carentes de infraestrutura, permitindo sua integração e cooperando no desenvolvimento inter-regional, além de manter as rodovias em boas condições de trafegabilidade, concorrendo para a redução do “Custo Brasil” com a diminuição do índice de acidentes e o tempo de viagem.

Para tanto, desenvolvem-se ações de construção, pavimentação, adequação e duplicação de trechos rodoviários no âmbito dos nove Corredores Multimodais, assim como conservação e restauração nos programas Manutenção da Malha Rodoviária e Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada.

Regiões Sul e Sudeste

Setor Rodoviário - Regiões Sul e Sudeste	R\$ milhões	
	Principais Ações	PLO 2003 Meta
Corredor Leste		
Duplicação da BR-381/MG	35,0	27 km
Corredor Transmetropolitano		
Duplicação da BR-381/SP	4,0	10 km
Corredor Mercosul		
BR-101/376/SC - Divisa SC/PR - Florianópolis	11,0	10 km
BR-116/PR - Divisa SP/PR - km 42,7	7,0	7 km
BR-101/SC - Palhoça - Divisa SC/RS	30,0	13 km
BR-101/RS - Divisa SC/RS - Osório	12,0	12 km
BR-282/SC - Florianópolis - Divisa com a Argentina	8,0	16 km
BR-101/RS - Osório - São José do Norte - Rio Grande	9,0	18 km

Os Corredores Leste, Mercosul e Transmetropolitano abrangem as regiões Sul e Sudeste, eixo com alto grau de desenvolvimento industrial e agrícola, que demanda infraestrutura compatível com o grande tráfego de mercadorias, de forma que a redução de custos contribua para a sua inserção competitiva no mercado internacional, particularmente no que tange ao Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL.

A formação de um corredor rodoviário contínuo, interligando os grandes centros por intermédio de pistas duplicadas, tem sido o alvo de várias obras de duplicação e adequação de

trechos rodoviários nas regiões Sul e Sudeste.

A duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381/MG), com extensão de 473,2 km, em estágio final de conclusão, é uma das obras que contribuirão para a otimização da capacidade produtiva da região.

A importância da duplicação dessa Rodovia deve-se à sua condição de rota de passagem de 43% da economia de Minas Gerais e 20% de toda produção do parque industrial de Minas Gerais e São Paulo, além de 50% dos veículos que ali transitam serem caminhões. A BR-381/MG/SP está incluída entre os trechos a serem concedidos à exploração pela iniciativa privada, após a conclusão de suas obras.

Em relação às obras de adequação das BR-116/PR e BR 101/SC/RS, destaca-se a duplicação do segmento da BR-101 entre os Municípios de Palhoça (SC) e Osório (RS), com montante previsto de R\$ 42,0 milhões. O empreendimento representa o último trecho que restava iniciar no sentido de viabilizar a duplicação da ligação rodoviária desde Belo Horizonte até o Rio Grande do Sul, cuja expectativa de conclusão é de 5 anos, com custo total previsto de US\$ 1,1 bilhão. Os demais trechos (BR-116/SP e BR 101/376/SC) encontram-se com previsão de conclusão no exercício de 2003.

Outra obra relevante é a construção do Anel Rodoviário de São Paulo – Rodoanel, cuja finalidade é o desvio do tráfego de longa distância, principalmente de caminhões, da Região Metropolitana de São Paulo.

O Trecho Oeste do Rodoanel, com extensão de 32 km, responsável pela interligação das Rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera e Bandeirantes, deve estar concluído até o final de 2002, dando início à construção do Trecho Sul, que interligará as Rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta. A inauguração do Trecho Oeste reduzirá em 30% o fluxo de transporte de cargas pelas avenidas marginais de São Paulo, benefício a ser ampliado com a construção do Trecho Sul, cujo término está previsto para 2006.

Estão sendo destinados R\$ 17,0 milhões para a adequação da BR-050 no Estado de Minas Gerais, especificamente no segmento rodoviário situado entre as cidades de Uberlândia e Uberaba, com extensão aproximada de 100 km, que irá se somar ao percurso já duplicado desde Uberaba até a cidade de São Paulo, otimizando importante rota de escoamento da produção agrícola, ao desafogar o trânsito médio de 17.000 veículos/dia.

Regiões Nordeste e Centro-Oeste

Setor Rodoviário - Regiões Nordeste e Centro-Oeste		R\$ milhões	
Principais Ações	PLO 2003	Meta	
Corredor Araguaia-Tocantins			
BR-060/GO - Divisa DF/GO - Entr. BR-153	20,0	20 km	
Corredor Leste			
BR-153/GO - Aparecida de Goiânia - Itumbiara	30,0	46 km	
Corredor Nordeste			
BR-116/CE - Fortaleza - Pacajus	5,0	3 km	
BR-230/PB - João Pessoa - Campina Grande	20,0	38 km	
BR-232/PE - Recife - São Caetano	26,0	8 km	
BR-101/RN/PB/PE/AL/SE - Natal - Divisa SE/BA	18,0	15 km	
Corredor Oeste-Norte			
BR-364/MT - Diamantino - Comodoro	20,0	66 km	
Corredor Sudoeste			
BR-070/MT - Cáceres - Fronteira com a Bolívia	0,5	1 km	
Ponte sobre rio Paraná - Paulicéia - Brasilândia	10,0	700 m	

Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, abrangidas pelos Corredores Nordeste, Araguaia-Tocantins, Sudoeste e parte dos Corredores Leste, São Francisco e Oeste-Norte, o impacto das ações é multiforme, agindo como indutor do desenvolvimento, criando rotas alternativas no escoamento da produção, no caso da construção e pavimentação de rodovias, e suprimindo a capacidade daquelas saturadas, por intermédio da adequação e duplicação de suas vias.

O fluxo médio de veículos/dia verificado nas BR 230/PB, BR101/RN/PB/PE/AL/SE/BA, BR 116/CE, BR 153/GO e BR 60/DF/GO, que se situam em regiões de pólos turísticos e rotas de escoamento da produção de grãos para todo território nacional, revela uma saturação dos seus tráfegos. As obras de ampliação de capacidade, com recursos da ordem de R\$ 108,0 milhões, objetivam suprir essa necessidade.

A grande densidade de tráfego, cerca de 15 mil veículos/dia, determinou também a necessidade de duplicação e restauração do segmento da BR-232 que vai de Recife a São Caetano, em Pernambuco, região bastante industrializada e com grande afluxo de turistas. As obras, cujo término do trecho Recife a Caruaru é em março de 2003, contam nesta proposta com recursos da ordem de R\$ 26,0 milhões.

À exceção da BR-101 na Região Nordeste, essas obras encontram-se em avançado estágio de execução, com previsão de término para o exercício de 2003.

Adicionalmente, a diversidade do alcance das obras rodoviárias pode ser verificada nas pavimentações das BR 267/MS e BR 364/MT, nos Corredores Sudoeste e Oeste-Norte, respectivamente, que possibilitam interiorizar o desenvolvimento comercial e facilitam o acesso aos portos fluviais e demais vias de escoamento, visto que a integração entre os modais é condição fundamental para que os produtos da região ganhem competitividade.

Região Norte

Setor Rodoviário - Região Norte	R\$ milhões	
	Principais Ações	PLO 2003 Meta
Corredor Fronteira-Norte		
BR-156/AP - Ferreira Gomes - Oiapoque	20,0	30 km
BR-317/AC - Brasília - Assis Brasil	0,2	1 km
BR-364/AC - Sena Madureira - Rio Liberdade	18,0	50 km
BR-401/RR - Boa Vista - Bonfim	16,0	32 km
Corredor Oeste Norte		
BR-163/PA - Divisa MT/PA - Santarém	20,0	33 km
BR-230/PA - Divisa PA/TO - Marabá - Itaituba	55,0	110 km

A construção e pavimentação de rodovias localizadas nos Corredores Oeste-Norte e Fronteira Norte têm um importante papel na promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Dentre as situações observadas, decorrentes da ausência de uma infra-estrutura de transportes adequada, constatam-se freqüentemente períodos de intrafegabilidade, especificamente na época das chuvas, impondo isolamentos à população local. Esta situação provoca perda substancial na safra de grãos, estimada em 25%, e dificuldade na obtenção de insumos básicos oriundos de outras regiões.

Diversas obras de pavimentação estão em curso, com investimentos de R\$ 170,2 milhões para atender a essa demanda, destacando a BR-230/PA/AM (Transamazônica), BR-163/PA, BR-156/AP, BR-364/AC e BR-317/AC/AM, facilitando, também, a integração com os países vizinhos, tais como Venezuela, Peru e Guiana Francesa.

Manutenção das Rodovias Federais

Sem apresentar o recorte espacial típico dos corredores, os programas Manutenção da Malha Rodoviária Federal e Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão

Terceirizada visam a propiciar uma melhoria nas condições de sua trafegabilidade, contribuindo para a diminuição do número de acidentes e dos custos de transportes.

A ação *Restauração de Rodovias*, integrante do programa *Manutenção da Malha Rodoviária Federal*, com recursos previstos da ordem de R\$ 379,2 milhões, almeja complementar o propósito estabelecido de restaurar e recuperar no período 2001/2003 um total de 18 mil km de estradas, de forma a minimizar impactos negativos decorrentes de deficientes condições no estado de conservação dessas estradas. A expectativa é pela redução do percentual da malha em situação regular ou péssima, que hoje é da ordem de 49%, para 6%.

Adicionalmente, as ações *Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias, Eliminação de Pontos Críticos e Manutenção da Sinalização Rodoviária*, com dotações de R\$ 259,2 milhões, corroboram com o intento de recuperar e manter a malha rodoviária em boas condições de tráfego e a redução dos índices de acidentes.

A manutenção terceirizada, com dotação prevista de R\$ 159,0 milhões, busca alcançar a execução integrada de serviços de restauração e manutenção terceirizadas de segmentos rodoviários previamente determinados. A atuação na melhoria das condições das vias por intermédio de contrato com uma mesma empresa, pelo período de 5 anos, é a alternativa que evitará a descontinuidade nos serviços de manutenção, uma das causas que impedem que se atinjam as condições de conservação ideais das estradas federais.

Atualmente, encontram-se em andamento os trabalhos de recuperação e manutenção de trechos terceirizados dos cinco primeiros lotes já selecionados, com extensão total de 2.039 km. A esse sistema de contratação, está previsto até 2003, com recursos oriundos de operação de crédito externa, o acréscimo de mais 1.734 km.

Setor Ferroviário

Os investimentos no setor ferroviário envolvem duas vertentes: os sistemas de transporte ferroviário coletivo de passageiros e a Ferrovia Norte-Sul, com recursos previstos no montante de R\$ 453,8 milhões.

Sistemas Metropolitanos de Passageiros

Os investimentos da União na ampliação, recuperação e modernização dos trens urbanos e metropolitanos de passageiros de diversas capitais brasileiras, geridos pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e pela Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, buscam atingir as condições operacionais ideais para, posteriormente, transferi-los aos respectivos Estados e Municípios. A premissa é que a gestão local, compatibilizada com o planejamento urbano da região, propicie a integração vantajosa com outros modos de transporte.

Setor Ferroviário	R\$ milhões
Principais Ações	PLO 2003
Corredor Araguaia-Tocantins	
Construção da Ferrovia Norte-Sul	25,0
Transp. Ferrov. Urbano de Passageiros	
Implantação do Sistema de Fortaleza	75,0
- trecho Caucaia - Vila das Flores	75,0
Implantação do Sistema de Recife	46,7
- trecho Cajueiro Seco - Linha Sul	31,7
- trecho Tip - Timbi	15,0
Implantação do Sistema de Salvador	50,0
- trecho Lapa - Pirajá	50,0
Recuperação do Sistema de Salvador	8,0
- trecho Calçada - Paripe	8,0
Implantação do Sistema de Porto Alegre	23,0
- trecho Sapucaia - São Leopoldo	8,0
- trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo	15,0
Implantação do Metrô de Belo Horizonte	31,0
- trecho São Gabriel - Via Norte	31,0

No cumprimento dessa diretriz estão previstos R\$ 233,7 milhões para a implantação, modernização e recuperação dos Sistemas de Trens de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. Já se concretizaram as transferências aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e o Ceará, recentemente, assumiu o sistema de Fortaleza, estando em negociação avançada a descentralização dos Trens de Belo Horizonte e Recife.

Sistemas de Transporte de Cargas

No setor ferroviário de cargas, dentro do Corredor Araguaia-Tocantins, é importante destacar a construção da Ferrovia Norte-Sul como uma alternativa econômica para os fluxos de

carga de longa distância. Até o presente momento, já foram construídos 226 km da ferrovia no Estado do Maranhão e foi concluída a ponte ferroviária sobre o Rio Tocantins. Com os recursos alocados na Proposta Orçamentária de 2003, no valor de R\$ 25,0 milhões, pretende-se dar andamento às obras em trechos nos Estados de Goiás e Tocantins.

A gestão da Ferrovia Norte-Sul deverá ser assumida pela iniciativa privada, a quem caberá a responsabilidade pela construção dos trechos restantes com direito a sua operação quando concluída na totalidade.

A Ferrovia Norte-Sul deverá agir como forte indutor do desenvolvimento da região abrangida pelo seu traçado, fornecendo opções de escoamento tanto pelo Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, quanto pelos terminais do Centro-Sul do País, com sua conexão à malha ferroviária existente já concedida a operadores privados.

Setor Aquaviário

Fazem parte do setor Aquaviário os investimentos em portos, hidrovias e fomento à marinha mercante e à indústria de construção naval, visando a ampliar a participação do modal aquaviário na matriz de transportes e permitir a inserção competitiva do País no mercado internacional, estando previstas dotações da ordem de R\$ 941,7 milhões para o exercício de 2003.

Setor Aquaviário	R\$ milhões
Principais Ações	PLO 2003
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	27,9
Corredor Araguaia-Tocantins	
Construção das Eclusas de Tucuruí	50,0
Construção da Eclusa de Lajeado	10,0
Corredor Nordeste	
Complexo Portuário de Pecém	8,0
Porto de Suape	8,0
Corredor Mercosul	
Prolongamento dos Molhes - Porto de Rio Grande	25,0
Demais Corredores	5,5
Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário	
Financiamento de Embarc para Marinha Mercante	560,3
Financiamento Complementar de Incentivo	126,0

No Setor Portuário, ao qual estão destinados R\$ 50,0 milhões, destacam-se a construção

do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará, a complementação e melhoramento do Porto de Suape, em Pernambuco, e a ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que são as três maiores obras em andamento.

No que concerne às hidrovias, que representam um imenso potencial subexplorado, diversas obras estão em curso, e buscam potencializar vias que constituem o modal mais econômico, com possibilidade de redução do custo dos fretes. Para isso, estão previstos R\$ 62,8 milhões, os quais irão custear a implantação das Hidrovias do Capim e do Araguaia-Tocantins, bem como a construção das Eclusas de Tucuruí e de Lajeado, ambas no Rio Tocantins.

A construção das eclusas, juntamente com a implantação da hidrovia do Araguaia-Tocantins, possibilitará a navegação em extenso trecho do Rio Tocantins e viabilizará a alternativa multimodal com a Ferrovia Norte-Sul, permitindo o escoamento da produção dos Estados da Bahia, Tocantins, Maranhão e Goiás.

No âmbito do Orçamento de Investimento, estão propostos recursos da ordem de R\$ 87,6 milhões para os dispêndios das Companhias das Docas (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte e Maranhão).

O programa Serviço de Transporte Aquaviário busca proporcionar o desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção Naval. A atuação desse Programa, tipificada pela ação *Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante*, com recursos de R\$ 686,3 milhões para 2003, objetiva aumentar a participação brasileira na prestação de serviços, viabilizando a operação de navios construídos no Brasil na navegação de longo curso, elevar a participação da navegação de cabotagem na matriz transporte e impulsionar a navegação interior.

O setor merece uma atenção especial, visto que o comércio exterior brasileiro gera fretes da ordem de US\$ 6,0 bilhões, os quais, na grande maioria, ficam a cargo de navios estrangeiros, gerando prejuízo considerável para a Balança de Serviços. Atualmente, cerca de 3% das mercadorias brasileiras negociadas com o exterior são transportadas por navios brasileiros, sendo que uma atuação efetiva de soerguimento da marinha mercante e da indústria de construção naval é vital para reversão desse quadro.

Setor Aeroportuário

Os programas de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária e de Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo, que contam com R\$ 693,5 milhões, atendem aos objetivos de aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infraestrutura aeroportuária, de proteção ao vôo e de segurança do tráfego no espaço aéreo brasileiro, para apoiar as empresas no escoamento da produção, aumentar as opções de acesso ao País, melhorar o turismo e desenvolver a defesa nacional.

Dentre suas ações, merece registro a destinação de R\$ 454,2 milhões para a implantação, manutenção e modernização do *Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro*, importante instrumento de proteção e segurança da navegação aérea e da defesa nacional.

Cabe ainda destacar as seguintes ações a serem implementadas nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, envolvendo recursos no valor de R\$ 552,4 milhões em 2003:

- Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos: Construção do Terminal de Passageiros - 3, Pista de Pouso e Decolagem e Pátio de Aeronaves (R\$ 250,0 milhões);
- Aeroporto de Vitória: Construção do novo Terminal de Passageiros, Torre de Controle, Pista de Pouso e Decolagem e Pista de Táxi (R\$ 52,0 milhões);
- Aeroporto Campo dos Palmares – Maceió: Construção de novo Terminal de Passageiros, ampliação da Pista de Pouso e Decolagem, Estacionamento de Veículos e Vias de Acesso (R\$ 43,0 milhões);
- Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas: Ampliação do Aeroporto, Implantação de Edifício Administrativo e Anexos do Terminal de Carga Aérea (R\$ 39,0 milhões);
- Aeroporto Internacional de Brasília: Ampliação do Terminal de Passageiros e Construção de Pista de Pouso e Decolagem (R\$ 37,0 milhões);
- Aeroporto Santos Dumont – Rio de Janeiro: Ampliação e modernização do Terminal de Passageiros (R\$ 26,8 milhões);
- Aeroporto de Florianópolis: Construção do novo Terminal de Passageiros (R\$ 25,0 milhões);
- Aeroporto de São Paulo – Congonhas: Ampliação e modernização do Terminal

de Passageiros (R\$ 17,0 milhões);

- Aeroporto Internacional dos Guararapes – Recife: Construção de novo Terminal de Passageiros, Edifício Garagem, ampliação do Pátio, Vias de Acesso (R\$ 15,3 milhões);
- Aeroporto de Goiânia: Construção de novo Terminal de Passageiros e Pátio de Manobras (R\$ 15 milhões);
- Aeroporto de João Pessoa: Modernização e ampliação (R\$ 11,4 milhões);
- Aeroporto Internacional Eduardo Gomes – Manaus: Construção do Terminal de Carga Aérea 3 (R\$ 10,9 milhões); e
- Aeroporto de Belo Horizonte – Pampulha: Modernização e ampliação do Terminal de Passageiros (R\$ 10,0 milhões).

ENERGIA

Os programas de investimento em energia para 2003 estão orientados pelos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Plano Plurianual 2000-2003 e pelo Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica, estabelecido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE.

Desdobrada, a seguir, por setores, a área energética foi contemplada nos Orçamentos da União para o exercício de 2003 com recursos que atingem R\$ 21.608,9 milhões. Desse total, R\$ 20.125,0 milhões estão consignados no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e R\$ 1.483,9 milhões, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Setor Elétrico

Com relação ao Orçamento de Investimento das empresas do Grupo Eletrobrás, a proposta para 2003, de R\$ 3,9 bilhões, destina-se a dar continuidade ao programa de obras em execução pelas empresas e está compatível com o cenário previsto para 2003 de completa normalidade da oferta de energia, assegurada por medidas adotadas até o final de 2002.

Oferta de Energia

Para o ano de 2003, o Plano de Ação traçado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE prevê a elevação da capacidade de geração de energia elétrica em 7.362 MW, dos quais 2.421 MW serão de geração hidrelétrica, 3.928 MW de geração termelétrica e 1.013 MW de outras fontes, bem como a ampliação da capacidade de importação em cerca de 400 MW. Para o período 2001 a 2004 estima-se uma elevação da capacidade total de geração de energia elétrica de 28.040 MW.

No tocante à geração termelétrica, o Governo Federal, por intermédio da Petrobrás, está viabilizando a implantação de usinas termelétricas a gás, mediante parcerias com o setor privado, e ampliação da capacidade de transporte do gasoduto Bolívia-Brasil.

Ainda no contexto do Plano de Ação, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica prevê investimentos da ordem de R\$ 43,4 bilhões para o período de 2001 a 2004. Deste total, R\$ 9,4 bilhões serão provenientes de investimentos das empresas estatais e R\$ 34,0 bilhões do setor privado.

Dentre os projetos de geração de energia elétrica para 2003, destacam-se os seguintes:

- Ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª etapa (de 4.245 MW para 8.370 MW), com R\$ 508,0 milhões (Eletronorte);
- Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz (RJ) (Fase 1 – com acréscimo de 350 MW), com R\$ 284,6 milhões (Furnas);
- Manutenção do complexo de geração de energia termonuclear de Angra (RJ) (total de 1.966 MW), com R\$ 118,0 milhões (Eletronuclear);
- Ampliação da capacidade da UTE Camaçari para 350 MW (recuperação das unidades existentes e instalação de novas unidades geradoras), com R\$ 151,3 milhões (Chesf);
- Manutenção do sistema de geração de energia elétrica (10.407 MW de capacidade instalada), com R\$ 91,1 milhões (Chesf);
- Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (MG) capacidade instalada de 600 MW, com R\$ 72,1 milhões (Furnas); e
- Substituição de grupo de geradores de vapor da Usina de Angra I (RJ), com R\$

46,9 milhões (Eletronuclear).

Além disso, estão sendo destinados R\$ 123,0 milhões para a implantação da Usina Termonuclear de Angra III. A retomada das obras dessa Usina está sendo objeto de avaliação por Grupo de Trabalho Interministerial especialmente constituído para esse fim, devendo ser encaminhada, brevemente, para a consideração do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, sua manifestação quanto à conveniência e oportunidade de conclusão do referido empreendimento.

Transmissão de Energia

Em complementação às obras de geração de energia elétrica, o Plano de Ação da GCE prevê investimentos para a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica, tornando-a acessível aos principais centros consumidores. Está prevista para 2003 a construção de 4.350 km de linhas de transmissão e, para o período de 2001 a 2004, estima-se a construção de 9.250 km de linha de transmissão e a implantação de 8 subestações com 6.297 MVA.

A seguir, os projetos mais relevantes, constantes do Orçamento de Investimento para 2003 das empresas estatais:

- Implantação de sistema de transmissão no Nordeste (2.833 km de linha de transmissão em 230 kV e de 58 subestações com 6.889 MVA), com R\$ 206,9 milhões (Chesf);
- Implantação do sistema de transmissão Bateias (PR) – Ibiúna (SP) (328 km de linha de transmissão em 500 kV e subestações associadas), com R\$ 146,1 milhões (Furnas);
- Expansão do sistema de transmissão no Estado do Pará associado à UHE Tucuruí (acrécimo de 1.582 MVA nas subestações associadas), com R\$ 133,9 milhões (Eletronorte);
- Reforço no sistema de transmissão na área dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com R\$ 124,9 milhões (Furnas);
- Adequação do sistema de transmissão de energia elétrica, com R\$ 100,2 milhões (Furnas);
- Expansão de sistema de transmissão no Mato Grosso (acrécimo de

aproximadamente 365 km de linha de transmissão, implantação da SE Jauru 400MVA e reforço nas subestações associadas equivalente a 563 MVA), com R\$ 93,6 milhões (Eletronorte);

- Reforço no sistema de transmissão na área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, com R\$ 71,9 milhões (Furnas);
- Expansão do sistema de transmissão Rondônia/Acre (acréscimo de aproximadamente 1.300 km de linha de transmissão e reforços de 1.963 MVA nas subestações associadas), com R\$ 67,3 milhões (Eletronorte);
- Expansão do sistema de transmissão associado a UHE Tucuruí no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 km de linha de transmissão de 600 MVA), com R\$ 63,6 milhões (Eletronorte); e
- Interligação dos sistemas elétricos brasileiro e uruguaio através da conversora de Rivera (aquisição de 12 km de linha de transmissão e construção de entrada da subestação), com R\$ 61,9 milhões (Eletrobrás).

O programa Energia das Pequenas Comunidades é decorrente do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da população em localidades isoladas e remotas, por intermédio do fornecimento de energia, oriundas de fontes renováveis locais em base auto-sustentável, às comunidades não supridas por rede elétrica convencional. Sua atuação é direcionada principalmente para o fornecimento de energia para escolas, postos de saúde, centros comunitários e bombeamento d'água.

A política adotada envolve a implantação de sistemas fotovoltaicos, cujos equipamentos utilizam como combustível a luz solar. A potência desses equipamentos varia de 250 a 700 Watts, suficiente para fazer funcionar desde lâmpadas fluorescentes até televisores e microcomputadores. A expectativa, com as ações desenvolvidas, é de agregação de renda à produção rural, aumentando o acesso à educação e informação, elevando o padrão de vida nessas áreas rurais e diminuindo o êxodo rural.

O público-alvo consiste em uma população estimada em 20 milhões de pessoas, distribuídas em aproximadamente 100 mil comunidades, 4 milhões de domicílios e estabelecimentos rurais, 73 mil escolas públicas e 3 mil comunidades indígenas.

Está destinado para o programa Energia das Pequenas Comunidades um montante

de R\$ 124,1 milhões para 2003, recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza e de doações, cuja meta prevista é o atendimento a aproximadamente 3.700 localidades em todo o País.

As comunidades mais próximas do sistema elétrico convencional serão atendidas por meio do programa **Luz no Campo**, cujo objetivo é implantar redes de distribuição de energia para o atendimento de populações rurais. Até o final de 2002, deverá atender a cerca de 1 milhão de propriedades rurais, beneficiando aproximadamente 5 milhões de pessoas, tendo sido reservados para o Programa R\$ 33,7 milhões no Orçamento de Investimento.

Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia

Buscando flexibilizar as fontes energéticas, o programa de Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia, com dotação de R\$ 170,3 milhões, tem como destaque o projeto de *Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio*.

Tem-se como objetivo alcançar a auto-suficiência nos principais estágios do ciclo de produção do combustível nuclear. Dessa forma, o Brasil será o sétimo país do mundo a dominar a tecnologia de enriquecimento, importante etapa que representa 36% do custo do ciclo. Isso representa uma conquista estratégica inegável que renderá substancial economia de divisas, além da redução de custo da energia gerada.

Setor de Combustíveis

No Setor de Combustíveis (petróleo, gás e derivados), além da Petrobrás e de seus parceiros, empresas privadas nacionais e estrangeiras já vêm participando das licitações que envolvem concessões para exploração e produção de petróleo e gás natural, realizadas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

O crescimento da participação do setor privado nas atividades da indústria do Petróleo e a necessidade imperiosa de se coibir a adulteração de combustíveis estão exigindo uma intensificação das ações de regulação e fiscalização, a cargo da ANP. Dentre estas, destaca-se a fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool, por meio

do programa Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível, que disporá de R\$ 54,1 milhões no próximo exercício.

Com o objetivo de garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, derivados de petróleo e gás natural em todo o território nacional, a ANP dará continuidade ao programa Abastecimento de Petróleo e Derivados, com recursos previstos de R\$ 887,0 milhões, no âmbito do orçamento fiscal. Dentre suas principais ações destacam-se *Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural*, que contarão com R\$ 85,0 milhões para levantamento e avaliação do potencial de produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras, visando à identificação de blocos para futura exploração e a *Concessão de Auxílio-Gás*, em favor de quase 8 milhões de famílias de baixa renda, no valor de R\$ 750,0 milhões.

No âmbito do Orçamento de Investimento, as empresas integrantes do Grupo Petrobrás contarão, no exercício de 2003, com dotação global de R\$ 16,4 bilhões, a ser empregada nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, no refino, na distribuição e no transporte, no País e no exterior.

A Petrobrás aplicará R\$ 7,7 bilhões no programa Oferta de Petróleo e Gás Natural, que envolve, dentre outros, projetos voltados para: desenvolvimento da produção de óleo e gás natural, em sua maior parte localizada na Bacia de Campos, no montante de R\$ 1,1 bilhão, exploração de petróleo e gás natural (R\$ 1,3 bilhão), manutenção e recuperação de sistemas de produção (R\$ 2,8 bilhões) e manutenção da infra-estrutura de exploração (R\$ 313,1 milhões).

Para a área de refino, estão reservados R\$ 2,2 bilhões, destinados, principalmente, à modernização e adequação dos sistemas de produção das refinarias (R\$ 1,7 bilhão) e à manutenção da infra-estrutura operacional do parque de refino (R\$ 193,7 milhões).

Para o transporte dutoviário, foram programados R\$ 771,8 milhões. Esse programa contempla, dentre outros, a implantação do Oleoduto Barra do Furado (RJ) – Campos Elísios (RJ) – Refinaria do Vale do Paraíba (SP) de 480 km (R\$ 225,0 milhões), ampliação da capacidade da malha de gasodutos da região Sudeste (R\$ 15,0 milhões), ampliação da capacidade de compressão do Gasoduto Lagoa Parda – Vitória de 1 para 1,45 milhão de m³/dia (R\$ 126,4 milhões), implantação de duto de GLP Urucu-Coari (AM) de 280 km (R\$ 41,0 milhões) e construção de gasoduto no Rio Grande do Norte (R\$ 10,0 milhões).

Evidenciando a permanente preocupação da empresa tanto com a preservação ambiental

quanto com a integridade dos funcionários e das populações afetadas por suas atividades, foram programados recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão (perto de 10,6 % da proposta global da controladora) especificamente para a manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional nas áreas de extração e produção de petróleo e gás natural, refino e transporte dutoviário.

Para as atividades de pesquisa na área de petróleo, ponto forte da empresa, foram propostos R\$ 297,5 milhões. Na área de geração de energia elétrica foram previstos R\$ 8 milhões para pesquisa e desenvolvimento tecnológico e R\$ 17,0 milhões para implantação de usinas eólicas no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

As demais empresas integrantes do Grupo Petrobrás dispõem de recursos no total de R\$ 6,4 bilhões, destacando-se, dentre as atividades desenvolvidas no exterior pela Petrobrás Internacional S.A. – Braspetro, a apropriação de reservas de óleo, condensado e gás natural (R\$ 1,8 bilhão), a incorporação e adequação de unidades de refino (R\$ 380,6 milhões), a ampliação da capacidade de transporte de gás (R\$ 106,7 milhões) e, ainda, a implantação de rede de distribuição de derivados de petróleo e gás (R\$ 58,3 milhões).

Para a distribuição de derivados de petróleo e gás natural no País, a Petrobrás Distribuidora S.A. - BR prevê gastos da ordem de R\$ 508,5 milhões, destinados, principalmente, à ampliação, modernização e manutenção de sua rede de atendimento.

Adicionalmente, destaca-se a introdução de forma mais expressiva do gás natural na matriz energética como vetor de diversificação das fontes de energia primária. Para tanto, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG aplicará, em 2003, recursos da ordem de R\$ 543,5 milhões para ampliação da capacidade de transporte do gasoduto.

A Petrobrás Transportes S.A. – Transpetro, que atua no transporte marítimo e dutoviário, contará com recursos totais de R\$ 126,2 milhões, dos quais R\$ 15,2 milhões para melhorias na estrutura de dutos e terminais e R\$ 85,6 milhões destinados à ampliação da capacidade da frota de navios, enquanto sua subsidiária Fronape International Corporation - FIC disporá de R\$ 84,8 milhões para aquisição de navios.

Esses investimentos permitirão ao Grupo Petrobrás manter sua posição de liderança na indústria, graças à produção média de 1,6 milhão de barris/dia de petróleo no País e à disponibilização de maior volume de gás natural ao mercado interno na busca da auto-suficiência energética brasileira.

COMUNICAÇÕES

A ampliação da oferta e da qualidade dos serviços de comunicações prestados ao usuário constituem objetivos básicos do Governo Federal, em razão não apenas dos efeitos positivos sobre a competitividade da economia brasileira, mas também, do reconhecimento como um direito da população ao acesso aos meios de comunicação. No período de 1992 a 2001, o PIB brasileiro cresceu cerca de 2,8% ao ano, enquanto o PIB do setor de telecomunicações teve um crescimento médio anual de 11,8%. Dessa forma, as ações do Governo têm sido direcionadas para a consecução das metas de qualidade, da diversificação dos serviços disponíveis e do atendimento ao maior número de brasileiros possível, independente de sua localização.

A ampliação dos serviços de telefonia é refletida nos números. No sistema de telefonia móvel celular os acessos saltaram de 800 mil em 1994 para 28,7 milhões em 2001. Isso significa que, no final de 2001, 17 em cada 100 habitantes dispunham de acesso ao serviços de telefonia móvel celular. Na telefonia fixa, o número de acessos individuais instalados que em 1994 era de 13,3 milhões cresceu para 47,8 milhões em 2001 – 28,2 acessos por 100 habitantes.

O número de telefones públicos (orelhões) cresceu de 300 mil em 1994 para 1,4 milhões em 2001 ou 8,1 para cada grupo de 100 habitantes.

Com vistas à melhoria dos serviços postais e ao aprimoramento do atendimento à clientela, o Orçamento de Investimento está destinando R\$ 802,3 milhões para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Esses recursos deverão ser aplicados na modernização da infra-estrutura de produção e transportes (R\$ 477,7 milhões), na infra-estrutura de apoio (R\$ 107,9 milhões), na ampliação dos serviços financeiros postais (R\$ 106,8 milhões) e na manutenção da infra-estrutura de produção e transporte, de atendimento e outros (R\$ 109,9 milhões).

Oferta e Qualidade dos Serviços de Comunicação

Criada em 1997, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL assumiu o papel de regulador do novo modelo de telecomunicações introduzido no Brasil com a privatização do Sistema Telebrás. Sua missão é de garantir a competição entre as operadoras, a qualidade e a

universalização dos serviços oferecidos.

As operadoras, ao obterem o direito de ofertar os serviços de telecomunicações, assumem obrigações contratuais quanto a padrões de qualidade e metas de atendimento do serviço. O programa Qualidade dos Serviços de Telecomunicações, com dotação prevista de R\$ 88,4 milhões para 2003, objetiva fornecer a Anatel condições de controlar o cumprimento das obrigações, principalmente, mediante ação de *Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações*.

Também direcionados à prestação e à qualidade dos serviços de telecomunicações, os programas Telefonia Fixa e Serviços Privados de Telecomunicações e de Comunicação de Massa desenvolvem as ações de *Outorgas e o Controle das Outorgas Concedidas para o Serviço Fixo Comutado, Serviços Privados de Telecomunicações e Serviços de Comunicação Eletrônica de Massas*, com dotação de R\$ 34,5 milhões.

As finalidades dessas ações consistem na apuração do cumprimento dos contratos de concessão, prevenção de danos à ordem econômica e aos direitos do consumidor, bem como o desenvolvimento de estudos sobre a conveniência de novos serviços de comunicações e sobre a manutenção dos atuais e sua outorga.

Inovação Tecnológica das Telecomunicações

O Programa de Inovação Tecnológica em Telecomunicações é parte do reconhecimento governamental quanto à importância de se desenvolver internamente o setor de produtos de telecomunicações. O acentuado dinamismo e o impacto que o desenvolvimento de novos produtos têm sobre a qualidade dos serviços de telecomunicações somam-se à necessidade de reduzir a dependência nacional de tecnologias importadas, e, conseqüentemente, o déficit comercial do setor.

A balança comercial do setor, que apresentava grande déficit, vem melhorando a sua performance. Em 1996, as exportações, no valor de US\$ 65,4 milhões, representavam 4,4% das importações. Em 2001, esta relação foi de 71,2%, com um total de US\$ 1,3 bilhão exportado.

A fonte de recursos do programa é oriunda do Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações – FUNTEL.. Nesta Proposta estão previstos R\$ 130,7 milhões nas ações *Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações*,

Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações e Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD e Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações.

ÁREA DE PRODUÇÃO

AGRICULTURA

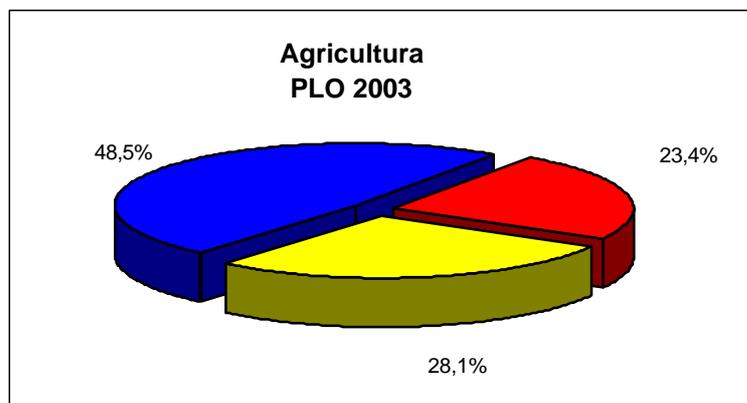
O setor agropecuário nacional tem se mostrado cada vez mais relevante no contexto econômico e social. Essa posição deve-se, em parte, ao fato do setor ter sido privilegiado por um conjunto de mecanismos de apoio e incentivos governamentais. O Governo tem reformulado e fortalecido os instrumentos de política agrícola no sentido de estimular os investimentos, a produção e a comercialização dos produtos agrícolas.

Para 2003, o montante de recursos para financiamentos e equalizações de juros ao setor agrícola alcançará R\$ 1.768,1 milhões, incluindo R\$ 1.070,5 milhões destinados ao segmento da agricultura familiar, com benefícios diferenciados, objetivando apoiar o desenvolvimento rural e a manutenção desse grupo de produtores em atividade com sustentabilidade para o seu negócio.

Para assegurar a Produção e Abastecimento Alimentar, a principal atuação

AGRICULTURA		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Produção e Abastecimento Alimentar **		2.606,2
Agricultura Familiar: PRONAF		1.258,0
Demais		1.507,5
Total		5.371,7

** Exclui as aquisições destinadas à formação de estoques públicos - AGF, no âmbito da CONAB



governamental ocorre mediante a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. São intensificados, entre outros, instrumentos como as Aquisições do Governo Federal – AGF, os Contratos de Opções e o Prêmio de Escoamento da Produção – PEP. Tais ações terão disponibilidade de R\$ 1.818,8 milhões para comercializar cerca de 4,6 milhões de toneladas. Ressalta-se que já a partir de 2002 o setor cafeeiro também passou a ser atendido pelo mecanismo de Contrato de Opções, que visa o equilíbrio do preço do produto e a manutenção da renda do produtor.

Ressaltam-se, no contexto de apoio à agropecuária, e ainda, de forma a complementar a Política de Desenvolvimento Agrário, os esforços com vista a proporcionar infra-estrutura em Municípios com vocação para a agricultura familiar, bem como a capacitação desses agricultores. Para 2003, serão disponibilizados recursos da ordem de R\$ 269,8 milhões no programa Agricultura Familiar – PRONAF para aplicação direta, sendo R\$ 82,3 milhões na forma de seguro aos produtores que forem atingidos por estiagem na Região Nordeste, norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A incipiente, porém, gradual, liberalização dos mercados agrícolas levaram os países centrais à utilização de rígidas legislações na área de segurança alimentar com a implantação de inúmeras barreiras sanitárias e fitossanitárias. No desempenho de seu papel como coordenador do Sistema Nacional de Defesa da Agropecuária, o Governo vem envidando esforços na forma de articulação dos Estados para a modernização dos seus instrumentos de controle do trânsito de animais, vegetais e seus produtos. Além disso, tem buscado melhoria em seus serviços operacionais no tocante à sanidade de produtos importados e exportados. Para 2003 estão previstos recursos da ordem de R\$ 37,9 milhões para o programa Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária.

No mercado interno, as crescentes preocupações do consumidor com a qualidade dos alimentos têm estimulado o agronegócio brasileiro a satisfazer estas novas necessidades. Para tanto, o Governo vem desenvolvendo ações e, em 2003, para o programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, serão destinados R\$ 51,9 milhões à implantação de sistemas de certificação de origem, à análise de perigos e pontos críticos dos processos de industrialização de produtos agropecuários e ao desenvolvimento de novas tecnologias, além da intensificação da inspeção e fiscalização da qualidade de bebidas e alimentos.

No que tange à fruticultura nacional, o País, devido às suas condições de solo e clima e a

sua variedade de frutas e sabores, tem expressivo potencial competitivo, sendo esse um segmento do agronegócio que vem atraindo grandes investimentos. Em 2001, a fruticultura exportou R\$ 221,0 milhões, um incremento de 26,7% em valor e 36,2% em volume quando comparado ao ano anterior. O programa Desenvolvimento da Fruticultura – Profruta vem contribuindo nestes resultados, com a geração de novas tecnologias, a capacitação de produtores, a implantação de sistemas de produção integrada de frutas, entre outras ações, e contará, para o exercício de 2003, com recursos da ordem de R\$ 20,2 milhões.

No saldo positivo da Balança Comercial, o chamado “complexo carne” vem ganhando destaque com seus consistentes incrementos nos volumes e valores exportados. Porém, apesar disso, os índices médios de produtividade são baixos, evidenciando-se a necessidade de investimentos no melhoramento zootécnico e no controle de doenças a fim de, com a melhoria dos sistemas produtivos, fortalecer as cadeias produtivas. Por tais razões, o Governo vem intensificando essas ações através do programa Produtividade da Bovinocultura, que, em 2003, contará com R\$ 15,4 milhões, contribuindo para a geração de produtos com melhor qualidade e produtividade, de modo a aumentar a renda do segmento e o resultado na Balança Comercial.

A produção de cereais constitui, no Brasil, um dos principais pilares do abastecimento alimentar e contribuí significativamente para os sucessivos aumentos das safras anuais de grãos. O arroz e o trigo, como ilustração, são dois dos mais importantes alimentos do dia-a-dia na mesa dos brasileiros. Diversas tecnologias têm sido geradas, principalmente no sentido de aumentar a produtividade e o controle de pragas e doenças, além de diminuir os custos de produção e dos impactos aos ecossistemas brasileiros. Para dar maior intensidade a estas ações, o Governo disponibilizará, em 2003, para o programa Produtividade de Cereais, R\$ 10,9 milhões.

No tocante ao Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira, o Governo incentivará a formação de estoques privados de álcool combustível, disponibilizando linha de financiamento específico ao setor, no valor de R\$ 500 milhões.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ milhões
Principais Programas	PLO 2003
Financiamento às Exportações	2.523,3
Metrologia e Qualidade Industrial	150,2
Propriedade Intelectual	33,6
Demais	465,9
Total	3.172,9

Comércio Exterior

A fim de alavancar a participação do País no Comércio Internacional, surge uma série de desafios: implementar estratégias para a conquista de maior parcela do mercado mundial, agregar novos produtos, diversificar mercados-destino, engajar novas empresas e ampliar a participação das diversas regiões brasileiras na atividade exportadora.

O potencial de geração de empregos relacionado ao crescimento das vendas externas brasileiras é grande. Estima-se que a cada bilhão de dólares a mais de exportação resulte na criação de 60.000 novos empregos.

Reconhecida a importância dessa área de atuação para a melhoria das oportunidades de negócios, renda e empregos para o País, o Governo implementou diversos programas setoriais. O programa **Financiamento às Exportações**, com recursos de R\$ 2.523,2 milhões, visa prestar apoio financeiro ao setor exportador brasileiro, por meio de financiamentos e de equalização de taxas de juros, de forma que o custo financeiro incidente sobre os produtos brasileiros exportados seja compatível com os praticados no mercado internacional.

O programa **Desenvolvimento do Setor Exportador**, com aplicação prevista de R\$ 10,6 milhões, objetiva contemplar desde aspectos relacionados à informação e promoção comercial até às atividades de natureza normativa e operacional, com ênfase na simplificação do processo exportador. Busca aperfeiçoar e simplificar os trâmites administrativos e operacionais do comércio exterior brasileiro e disseminar, cada vez mais, informações que permitam ao empresário traçar estratégias voltadas ao mercado internacional.

O aperfeiçoamento constante do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX e a atualização e a consolidação das normas que regem o comércio exterior brasileiro, a fim de adequá-los à dinâmica do comércio mundial, permitirão a continuidade dos esforços de simplificação do comércio exterior brasileiro, tanto em termos administrativos como

operacionais, proporcionando redução dos custos administrativos e financeiros das empresas.

Para 2003, está prevista a continuidade das iniciativas voltadas ao aprimoramento dos instrumentos operacionais do comércio exterior brasileiro, à identificação e disseminação de informações estratégicas e ao desenvolvimento de ações de estímulo e apoio coerentes com as necessidades específicas de regiões/segmentos com vocação exportadora. Uma das principais iniciativas nesse sentido é o fortalecimento do portal do exportador, que prestará todas as informações necessárias para que o empresário, de qualquer porte, possa exportar.

Além disso, ressalta-se a importância do programas **Cultura Exportadora**, que, busca enraizar e disseminar em nosso país a formação de mentalidade exportadora junto aos setores produtivos brasileiros; e **Defesa Comercial**, que, se traduz no apoio governamental necessário ao exportador brasileiro quando envolvido em processos de defesa comercial.

Incentivos à Exportação

Hoje o grande desafio do nosso País é aumentar o valor agregado da pauta exportadora. Assim, o programa **Brasil Classe Mundial**, que contará com R\$ 362,4 milhões, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que aumentem a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e no Brasil, promovendo avanços tecnológicos dos produtos nacionais para competir com os importados. Adicionalmente, possibilita o fortalecimento da Marca Brasil, já que no mundo os consumidores estão ficando mais exigentes e seus gostos cada vez mais diferenciados, havendo um constante aprimoramento de novos produtos, com matérias-primas, desenhos e tecnologias apropriadas.

Visando não perder esse foco e satisfazer tais demandas o programa **Design Brasil**, para o qual está sendo proposto R\$ 1,6 milhão, busca promover nas empresas, especialmente naquelas com potencial exportador, o design na sua cultura empresarial. Para tanto, identifica-se a necessidade do aprimoramento da qualidade e competitividade dos bens e serviços e do desenvolvimento de estruturas inovadoras e de produtos diferenciados, acarretando um incremento tecnológico com vistas às necessidades mercadológicas.

Metrologia e Propriedade Intelectual

O programa Metrologia e Qualidade Industrial, com recursos da ordem de R\$ 150,2 milhões, busca difundir a cultura de qualidade industrial e contribuir para o desenvolvimento destas normas no País. A utilização da metrologia como mecanismo de satisfação das exigências técnicas internacionais comprova a especificidade do produto em relação aos parâmetros metrológicos internacionais.

Os produtos intensivos em tecnologia consomem muitos recursos para chegar ao mercado e são desenvolvidos por equipes altamente especializadas. Para proteger esses produtos, existe o Sistema de Propriedade Intelectual. Trata-se de um conjunto de normas que defendem os direitos autorais, conferindo-lhes a propriedade industrial. Dessa forma, novos produtos podem aproveitar sua diferenciação para concorrer nos mercados interno e externo. O programa Propriedade Intelectual contará com R\$ 33,6 milhões para promover e difundir a propriedade industrial e fortalecê-la como instrumento de política industrial e tecnológica.

Incentivo às Micro, Pequenas e Médias Empresas

Diante da importância do segmento das micro, pequenas e médias empresas, que agrega um grande volume de mão-de-obra, o programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, com previsão de R\$ 41,4 milhões, buscará apoiar essas empresas, para que superem eventuais dificuldades, prosperando e ganhando mercado. Entre outras ações, oferece linhas de crédito especiais, capacitação em temas administrativos, assessoria para adoção de novas tecnologias e concessão de garantia às empresas.

Turismo

TURISMO	R\$ milhões
Principais Programas	PLO 2003
Turismo: a Indústria do Novo Milênio	96,5
Desenvolvimento da Infra-estrutura Turística no Nordeste - PRODETUR II	25,0
Municipalização do Turismo	14,6
Demais	34,2
Total	170,4

Um dos setores econômicos que mais cresce no mundo, o Turismo contribui, no Brasil,

com mais de 7% do Produto Interno Bruto. O desenvolvimento desse setor é capaz de impactar 52 segmentos da economia, sendo, hoje, o grande fomentador da atividade econômica nos Municípios com vocação turística. O Governo Federal centra esforços, nessa área, em três eixos de atuação: fortalecimento da infra-estrutura turística, municipalização do turismo e promoção do turismo interno e externo.

Fortalecimento da Infra-estrutura Turística

O programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Turística no Nordeste – PRODETUR II, com previsão de R\$ 25,0 milhões, visa reforçar o potencial turístico dessa região, dotando-a de infra-estrutura adequada para assegurar a competitividade do produto turístico regional e nacional e, ainda, integrar a mão-de-obra local no processo de desenvolvimento.

O programa é desenvolvido em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com recursos direcionados a projetos de infra-estrutura em obras múltiplas, que compreendem saneamento, transporte, reforma ou construção de aeroportos, recuperação do patrimônio histórico e ambiental, criação de empregos, entre outros, beneficiando 33 milhões de pessoas residentes nos Municípios da região.

Municipalização do Turismo

O programa Municipalização do Turismo destaca-se pela promoção do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade de forma a gerar emprego e renda duradouros. É reconhecido pela Organização Mundial do Turismo como modelo no mundo, por criar profissionais habilitados a promover mudanças nos métodos de gestão de comunidades com potencial turístico.

O Brasil tem registrados, pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, 1.582 Municípios com potencial turístico. Para o desenvolvimento destes, são adotadas quatro linhas mestras: infra-estrutura de qualidade, descentralização da gestão, modernização da legislação e definição de uma macro-estratégia de marketing. Dos Municípios com potencial turístico, mais de mil estão explorando e se beneficiando dessa atividade econômica. Com recursos de R\$ 14,6 milhões, dentre outras atuações, capacitará monitores nos vários Municípios que possuem

vocação turística.

Assim, o programa atua na ampliação e reforço das potencialidades de cada comunidade, tornando necessária a participação de todos os segmentos da população, de forma a aglutinar os recursos e potencializar as vantagens turísticas locais.

Promoção do Turismo Interno e Externo

Segmento representado pelo programa Turismo: a Indústria do Novo Milênio, que, atuando em diversas áreas do setor, busca garantir direitos e qualidade na prestação de serviços turísticos, por meio de uma melhor sinalização turística, criação de centros de informação, fiscalização, avaliação e divulgação dos resultados. Com dotação de R\$ 96,5 milhões, possui como meta, para o final de 2003, o recebimento de 6,5 milhões de turistas estrangeiros e fluxo de 57 milhões de turistas nacionais.

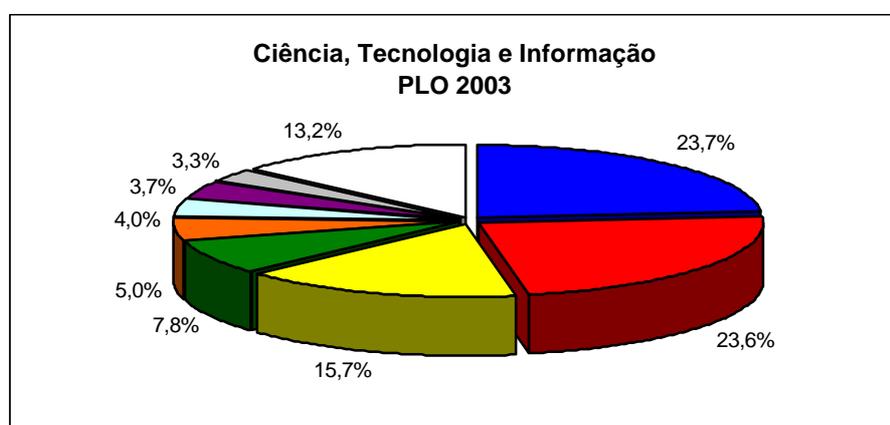
A inserção competitiva do Brasil no mercado internacional também é foco desse Programa. Objetivando aumentar o saldo da conta Turismo da Balança de Serviços, atua na criação e manutenção de um sistema de informações sobre o fluxo turístico emissivo e receptivo nacional e internacional, na divulgação de oportunidades de investimentos para captação de recursos do exterior e na promoção e participação em eventos e feiras internacionais.

A criação de empregos, redução das desigualdades regionais e aumento da inclusão social também são contempladas por esse programa mediante ações de estruturação do segmento de Ecoturismo, divulgação do turismo interno e formação de clubes da maior idade.

ÁREA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa		433,9
Inovação para Competitividade		431,5
Expansão e Consolidação do Conhecimento Cient. e Tecnológico		288,2
Nacional de Atividades Espaciais		143,7
Promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Setor Petrolífero		91,0
Sociedade da Informação - INTERNET II		73,3
Climatologia, Meteorologia e Hidrologia		68,2
Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA		60,5
Demais		241,8
Total		1.832,2



O Governo Federal, ao promover investimentos nessa área, tem por objetivo a produção de conhecimento e sua incorporação em inovações tecnológicas por considerá-lo crucial para o desenvolvimento sustentável. Os avanços obtidos nessa área têm enorme potencial para ajudar a sociedade a forjar respostas à altura dos grandes desafios na constante busca de uma melhor qualidade de vida para a população.

Os programas Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa e Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, contando com dotações de R\$ 433,9 milhões e de R\$ 288,2 milhões, respectivamente, buscam a permanente formação e atualização de cientistas para a realização de pesquisas avançadas nos mais diversos setores.

Para acompanhar a tendência internacional, o País vem estimulando a concessão de bolsas de doutorado, visando ao aprimoramento dos recursos humanos e da pesquisa de ponta.

A Inovação para Competitividade agrega-se a esses programas no intuito de

desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais. O programa terá, em 2003, recursos no valor de R\$ 431,5 milhões, oriundos dos Fundos Setoriais recém-criados, e atua em vários campos, com destaque para: Energia Elétrica, Recursos Minerais, Transportes Terrestres e Hidroviários e Inovação Tecnológica.

As principais ações do programa Inovação para Competitividade focam o estímulo à pesquisa, à formação e qualificação de pesquisadores, por meio da concessão de bolsas, e à ampliação da capacitação de empresas e trabalhadores, criando condições sólidas para o surgimento de empresas tecnológicas de base e para o fomento da produção de alto valor agregado.

O programa Sociedade da Informação – Internet II, por sua vez, busca o desenvolvimento da rede nacional de pesquisa e o fomento à pesquisa em tecnologia, para a implantação de uma infra-estrutura capaz de integrar os centros de pesquisa, além do estímulo à interação com o setor produtivo. Esses investimentos também proporcionarão o aumento da segurança eletrônica, a melhoria das bibliotecas digitais e a redução dos custos de produção de hardware e software.

Visando à inserção favorável do Brasil no paradigma de base tecnológica, o programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA busca elevar o nível de competitividade nacional, a um patamar equiparável ao dos países desenvolvidos, no desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos relevantes para a agropecuária, para a saúde humana e para a produção industrial, alavancando a criação de empresas de base tecnológica na área de biotecnologia. Com esse objetivo foram alocados para esse programa recursos da ordem de R\$ 60,5 milhões.

Nesse sentido, destaca-se a ação *Implantação da Rede de Laboratórios de Mapeamento Genético* buscando intensificar as pesquisas microbiológicas e agrícolas, para produzir novos cultivares e raças de animais e bloquear as ações adversas originárias do ambiente ou de parasitas sobre os processos de produção agropecuária e florestal, para o aumento da produtividade.

Para inserir o Brasil no grupo restrito de países que dominam a tecnologia espacial, o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE disporá, no ano de 2003, do montante de R\$ 143,7 milhões, justificados por sua importância estratégica, seu elevado

conteúdo tecnológico e seu caráter multidisciplinar. Destacam-se o projeto de Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites, o de Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro – CBERS e a Estação Espacial Internacional os quais proporcionam o fortalecimento das relações de cooperação tecnológica com outros países.

O programa de Promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Setor Petrolífero, que conta com R\$ 91,0 milhões oriundos do Fundo do Petróleo, é voltado ao fomento da pesquisa e capacitação de recursos humanos nos setores de petróleo e gás natural.

Os investimentos nessa área têm certamente grande contribuição a dar para reduzir a vulnerabilidade energética do País, por meio do aumento da produção interna desses insumos, com efeitos benéficos nas contas nacionais.

Nesse sentido, o Governo Brasileiro, por meio do programa Mudanças Climáticas, prevê ainda a concessão de subvenção econômica no valor de 25,0 milhões que possibilitará aumento significativo de veículos a álcool na frota nacional, fazendo com que o Brasil ofereça uma excelente alternativa para a redução da emissão de gases.

ÁREA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Brasil, um dos países de maior riqueza ecossistêmica, de biodiversidade e de recursos hídricos, possui 40% das florestas tropicais e 20% da água disponível do planeta e vem enfrentando uma série de problemas ambientais causados pelo desmatamento, contaminação das fontes hídricas e do ar, perda da biodiversidade, desequilíbrios atmosféricos, uso inadequado da energia, além da mudança de hábitos tradicionais de consumo, que levam a sociedade a gerar uma grande quantidade de lixo, especialmente o urbano, cujo destino correto demanda altos investimentos.

Para solucionar estes problemas, pressupõe-se a correta gestão dos recursos ambientais - pela União em parceria com os Estados, Municípios e o setor privado -, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a conservação e preservação de suas riquezas naturais.

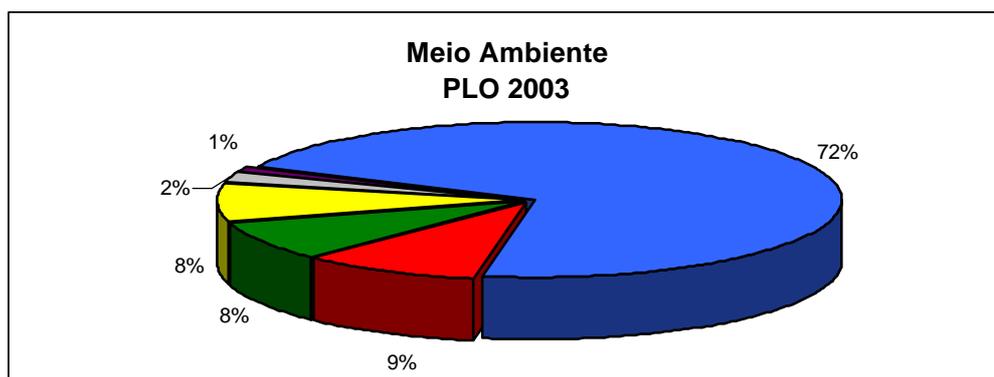
A atuação do Governo Federal no setor de Meio Ambiente é composta por diversos programas que objetivam assegurar a conservação das florestas e da biodiversidade; garantir a oferta de produtos florestais; evitar a degradação ambiental pelo combate e prevenção a

desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; preservar os parques do Brasil e o Pantanal e melhorar a qualidade ambiental.

No que concerne ao gerenciamento dos recursos hídricos, atua-se no sentido de garantir a oferta de água de boa qualidade à população, permitir a expansão agrícola pela irrigação e drenagem e despoluir bacias hidrográficas

MEIO AMBIENTE

MEIO AMBIENTE	R\$ Milhões
Principais Programas	PLO 2003
Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais e Parques do Brasil	92,6
Educação e Qualidade Ambiental	83,2
Florestas Sustentáveis, Florestar e BIOVIDA	81,5
Pantanal	20,8
Gestão de Resíduos Sólidos - PROGEST e Brasil Joga Limpo	12,5
Demais	702,1
Total	992,7



Florestas e Biodiversidade

A valorização das florestas enquanto produtoras de bens e serviços ambientais constitui uma forma apropriada de promoção do desenvolvimento sustentável. A incontestável vocação do País nesse setor e as vantagens comparativas de que dispõe, haja vista as extensas áreas de matas nativas e o domínio da tecnologia da formação e manejo de florestas de rápido crescimento, asseguram competitividade e podem garantir a liderança da indústria brasileira no mercado internacional.

Tendo em vista esses aspectos, estão sendo destinados R\$ 59,4 milhões aos programas Florestas Sustentáveis e Florestar, cuja finalidade é aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas e promover o uso sustentável

dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários desses recursos com a necessidade de conservação. As dotações serão prioritariamente aplicadas nas ações de *Fomento a Projetos de Reflorestamento, Reposição florestal, Manejo de Recursos Florestais* e no *Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais*. Em 2003, pretende-se monitorar a reposição de 70 mil hectares de florestas e apoiar 335 projetos de reflorestamento.

A busca do uso sustentável de recursos florestais e da proteção, conservação e redução da degradação ambiental constituem objetivos dos programas *Parques do Brasil* e *Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais*, para os quais foram reservados R\$ 92,6 milhões. Dentre outras ações, destacam-se as de *Fiscalização, Conservação e Manejo de Ecossistemas, Regulação Fundiária e Ampliação de Áreas Protegidas* e as de *Fiscalização, Controle, Prevenção e Combate de Incêndios, Queimadas e Desmatamentos*. Para 2003, as metas incluem gerir, manejar e fiscalizar 150 Unidades de Conservação, controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais em uma área de 2.947.344 ha., bem como prevenir e combater queimadas e incêndios no Arco do desmatamento na Amazônia, uma área de 2.067.414 km² bastante suscetível, em certas épocas do ano, a esse tipo de ocorrência.

Para incentivar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da sua população, por intermédio de atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, foram destinados R\$ 20,8 milhões para o programa *Pantanal*. Esses recursos serão aplicados por intermédio das ações de *Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário, Gerenciamento de Recursos Faunísticos, Promoção do Ecoturismo e Assistência Técnica aos Produtores Rurais da Planície Pantaneira*, cujos resultados beneficiarão 14.068 famílias com a ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Bacia do Alto Rio Paraguai.

A Conservação da biodiversidade e sustentabilidade tornou imperiosa a ação do Estado para evitar a extinção de recursos genéticos que poderiam gerar desequilíbrios nos diversos ecossistemas, assim como inviabilizar a sua utilização econômica, como por exemplo a produção de novos medicamentos.

Nesse sentido, o programa *Biodiversidade e Recursos Genéticos – BIOVIDA* tem como objetivo promover o conhecimento, a conservação e o uso sustentável da

biodiversidade e dos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Com dotação da ordem de R\$ 22,0 milhões para 2003, o Programa promove ações de *Fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica – PROBIO, Controle do Acesso aos Recursos Genéticos e Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção*. A meta para 2003 é conservar 17 espécies de animais ameaçados de extinção.

Educação e Qualidade Ambiental

A Educação Ambiental tem o objetivo de propiciar às pessoas uma compreensão da importância do meio ambiente. Chave para elucidar valores e desenvolver atitudes, que permitam adotar uma posição crítica e participativa frente às questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, é o elo entre os anseios da sociedade e as políticas governamentais em defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Os programas Qualidade Ambiental e Educação Ambiental têm como objetivo a melhoria da qualidade do meio ambiente, aprimorando o monitoramento e o controle ambiental e promovendo a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais para os quais foram reservados R\$ 83,2 milhões nos orçamentos da União.

No âmbito do Orçamento Fiscal, serão destinados R\$ 55,5 milhões para o desenvolvimento das ações de melhoria da qualidade do ar e proteção da atmosfera, para informações sobre a qualidade do ar e implantação de pólos de difusão, fiscalização da poluição e da degradação ambiental urbana e fomento a projetos de preservação, controle e recuperação de danos causados ao meio ambiente e de controle do uso de agrotóxicos. Em 2003, o Brasil pretende capacitar 1.095 pessoas em educação ambiental e formar 250 pessoas na área ambiental, mais precisamente em botânica e ecologia; realizar 5.801 fiscalizações da poluição e degradação do meio ambiente e apoiar 19 projetos de melhoria da qualidade do ar e proteção da atmosfera.

Com relação ao Orçamento de Investimento, as empresas Grupo Eletrobrás promovem o Programa de Qualidade Ambiental, por meio de Estudo de Viabilidade Energética e de Preservação Ambiental e de Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental

Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica, que contarão com R\$ 27,7 milhões.

Gestão de Resíduos Sólidos

A gestão dos resíduos sólidos é fundamental para garantir a saúde pública e o equilíbrio ecológico para as gerações futuras. O Brasil gera hoje 90 milhões de toneladas de lixo por ano, sendo que mais da metade é material que se pode reaproveitar (reciclável), como papel, vidro, latas de alumínio e plástico. Estes resíduos constituem uma espécie particular de desperdício. O lixo bem administrado é capaz de gerar emprego e renda, produzindo riquezas na forma de produtos reciclados, com economia no que se refere à extração de matérias primas, geração de energia e monitoramento dos aterros sanitários. Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento e, finalmente, assegurar a disposição ambientalmente adequada dos resíduos são os objetivos dos programas Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos – PROGEST e Brasil Joga Limpo, para os quais foram reservados R\$ 12,5 milhões.

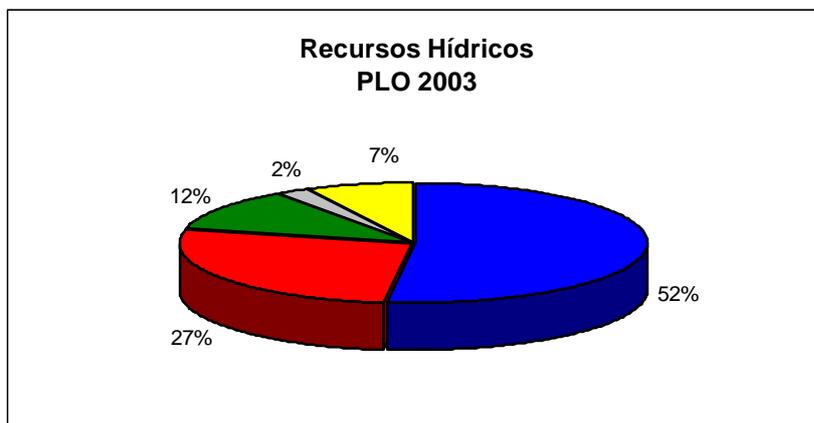
Com enfoque nos diversos aspectos da questão do lixo, esse Programa conta com as seguintes ações: Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, que visam à reciclagem e reutilização, à utilização e adequação de aterros e à própria redução da quantidade de lixo produzido; Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios Turísticos, com a potencialização da capacidade econômica dos Municípios; e Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, observando os aspectos de avaliação e monitoramento dos processos de gestão dos resíduos sólidos.

No âmbito do PROGEST é desenvolvida ainda a ação Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que vivem do Lixo. Atua-se no sentido de eliminar a presença indesejável de catadores de lixo infantis que participam da coleta e seleção, uma patente e cruel face da exploração da mão-de-obra de crianças. Diversos projetos procuram promover novas situações de vida a essas crianças e a seus responsáveis. Suas famílias têm prioridade de emprego nas usinas destinadas ao tratamento do lixo e as crianças retornam à escola por meio, por exemplo, da concessão da Bolsa Criança-Cidadã (Programa Erradicação do Trabalho Infantil).

O Programa Brasil Joga Limpo, que contará com R\$ 3,6 milhões em 2003, pretende apoiar 4 Projetos de Gerenciamento e Disposição Adequada de Resíduos Sólidos Urbanos e 7 Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental.

RECURSOS HÍDRICOS

RECURSOS HÍDRICOS		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Proágua Gestão e Proágua - Infra-estrutura		333,7
Irrigação e Drenagem		173,2
Despoluição de Bacias Hidrográficas		74,5
Nossos Rios: São Francisco		14,5
Demais		47,7
Total		643,5



A gestão de recursos hídricos tem sido, sistematicamente, incluída na Agenda do Governo Federal, cujas diretrizes constam da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa Política visa a assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água tratada, a sua utilização racional e integrada e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos. Assim, vem-se priorizando a gestão dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável, de forma a estimular o uso racional e a ampliar a oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, especialmente no Nordeste, bem como para despoluir corpos d'água em bacias hidrográficas, sobretudo nas regiões com maior concentração.

A partir desse marco legal, foram criados os programas Proágua Gestão, Proágua Infra-Estrutura, Irrigação e Drenagem, e Despoluição de Bacias Hidrográficas aliados à instituição dos comitês de bacias hidrográficas. Os programas viabilizam a execução das

políticas governamentais e os comitês, organizados pelos Estados ou pela própria União, são espécies de fóruns ou "parlamentos" nos quais são discutidos os diversos problemas relativos às bacias hidrográficas, para o estabelecimento de estratégias, ações e projetos.

Oferta de Água

O Brasil possui 20% da água doce do planeta, o que representa a maior disponibilidade mundial de recursos hídricos. Abriga, em seu território, uma das maiores redes hidrográficas, além de extensas reservas de águas subterrâneas, o que, em tese, não implicaria déficit na oferta de água no País. Apesar de todo esse potencial, o Brasil ainda sofre com a falta desse recurso, principalmente na Região Nordeste, que enfrenta sérios problemas de seca periodicamente.

Em parte, a carência de água deve-se à sua má distribuição espacial, uma vez que 80% dela concentra-se na Amazônia e somente 20% nas demais regiões, atendendo a 95% da população. Outra questão é a exploração inadequada e o uso predatório da água: a poluição, o assoreamento dos rios, o desperdício e a falta de planejamento e de preservação contribuem para aumentar o problema da escassez. Tudo isso se agrava com o desenvolvimento desordenado das cidades, a ocupação de áreas de mananciais, a precariedade do saneamento e a utilização desequilibrada desse recurso, dos quais 60% são utilizados para irrigação, 20% para consumo industrial e 20% para consumo doméstico.

Essa situação torna-se bastante crítica no Polígono das Secas, território, composto de nove estados, sujeito a períodos de prolongadas estiagens, situado majoritariamente na região Nordeste, estendendo-se até o Norte de Minas Gerais. No Polígono, se insere a região do Semi-árido, na qual se concentram os maiores problemas de escassez. Com uma área com cerca de 863.000 km², correspondente a quase 52% de todo o Nordeste, tem a Caatinga como vegetação predominante e caracteriza-se principalmente pelas elevadas temperaturas, alta evaporação durante todo ano, baixa precipitação, subsolo desfavorável com a ocorrência de água salobra e baixo desenvolvimento econômico-social.

O Governo vem atuando no sentido de amenizar a falta de água que compromete seriamente as condições de vida da população dessa região, tendo como instrumentos básicos os programas Proágua Gestão e Proágua Infra-Estrutura, para os quais foram destinados R\$ 333,7 milhões na Proposta Orçamentária para 2003.

O Proágua Gestão objetiva garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade,

com a promoção de seu uso racional, visando a impedir que sua escassez relativa impeça o desenvolvimento sustentável. Suas principais ações estão voltadas para o fomento a projetos para prevenção dos impactos das secas e enchentes, estudos para a disponibilização de água bruta no Semi-árido e fomento a projetos de revitalização de bacias hidrográficas. Para 2003, foram destinados a este Programa R\$ 32,3 milhões.

Por seu turno, o Proágua Infra-Estrutura, cujo principal objetivo é assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, em especial na região Nordeste, conta com recursos de R\$ 301,4 milhões. Dessa forma, criam-se novos cenários de desenvolvimento a partir de ações direcionadas à revitalização de cursos d'água, estudos e execução de projetos de infra-estrutura hídrica, recuperação e manutenção de barragens, perfuração de poços públicos, dessalinização de água para o consumo humano e sistemas simplificados de abastecimento de água.

A tabela abaixo destaca os principais projetos do Proágua Infra-Estrutura, e a previsão de recursos a serem investidos em 2003.

RECURSOS HÍDRICOS
Programa Proágua-Infra-Estrutura

Principais Ações	PLO 2003
Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas – Nacional	60,0
Proágua Semi-Árido – Na Região Nordeste	56,0
Construção da Barragem do Castanhão no Estado do Ceará	28,3
Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí	14,9
Construção da Adutora Jucazinho no Estado de Pernambuco	13,0
Sistema de Abastecimento de Água Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores/AL	12,0
Construção da Adutora Acauã no Estado da Paraíba	10,0
Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais	7,5
Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco – Nacional	5,6
Dessalinização de Água – Projeto Água Boa	5,4
Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	4,0

Nas *Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco* são depositadas as esperanças para a solução de parte dos problemas do Semi-árido nordestino. Com uma bacia de drenagem da ordem de 640.000 km², 2.700 km de extensão, o Rio São Francisco atende a um grande número de demandas, que envolvem o aproveitamento do seu potencial energético, a irrigação, a navegação, a mineração e o abastecimento humano, animal e industrial. No entanto, enfrenta problemas de assoreamento, degradação e destruição dos seus mananciais, que as obras de revitalização esperam reverter para preservar a qualidade da água, garantir o reforço hídrico e melhorar as condições fluviais no Baixo São Francisco nos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Para atingir esses resultados, serão implantados sistemas de gestão dos recursos hídricos, projetos de educação ambiental e unidades de preservação, que beneficiarão a população do Vale, estimada em 15,5 milhões de habitantes, mediante a aplicação de R\$ 5,6 milhões no ano de 2003.

Ainda, para garantir a oferta de água de boa qualidade e colaborar com o gerenciamento dos recursos hídricos na Região Nordeste, pode ser citado o projeto *Proágua Semi-Árido*,

contemplado nesta Proposta com R\$ 56,0 milhões. Com o intuito de beneficiar uma população de 3,7 milhões de habitantes do Semi-árido nordestino e do norte de Minas Gerais, o projeto, financiado com recursos do Banco Mundial e contrapartida da União e dos Estados participantes, já concluiu oito adutoras, que atendem a 522 mil habitantes. Atualmente, catorze adutoras estão em fase de construção e vinte e duas obras estão em fase de estudos, para atender a cerca de 3,2 milhões de pessoas.

Outro projeto relevante é a *Construção da Barragem do Castanhão no Estado do Ceará*, que dispõe de R\$ 28,3 milhões para o ano de 2003. Com capacidade futura para armazenar 6,7 bilhões de m³ de água, destina-se ao abastecimento da cidade de Fortaleza e de diversos Municípios do Baixo Jaguaribe. Outros propósitos importantes são a irrigação de 43.000 hectares, a produção de 3,8 mil t/ano de pescado, o turismo, o lazer e o controle de cheias na Região. Quando concluída, essa barragem propiciará melhoria da qualidade de vida a uma população de 2,5 milhões de pessoas, tendo em vista que produzirá cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos.

Os projetos de implantação de poços públicos e de dessalinização de água – Projeto Água Boa, com recursos no valor de R\$ 5,4 milhões, também buscam aumentar a disponibilidade de água potável para o atendimento das comunidades da Região Semi-árida. A disponibilidade de água no subsolo, aliada à precipitação pluviométrica pequena e irregular e à escassez de fontes perenes, faz da captação de água subterrânea em muitos casos uma das poucas opções de atendimento ao consumo humano e à pecuária. No entanto, em função de os poços artesianos, principalmente os das bacias cristalinas, caso de 95% do Semi-árido nordestino, apresentarem, na sua grande maioria, água salobra, com teores de resíduo seco acima do máximo permitido pelo Ministério da Saúde, torna-se necessário proceder à dessalinização da água. Assim, encontram-se em desenvolvimento sistemas interativos e de fácil operação, que serão de grande utilidade aos habitantes de áreas com limitações no fornecimento de água de boa qualidade.

Sob outro aspecto, mas também com vistas à ampliação da oferta de água de boa qualidade, a ação de *Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas*, de caráter extremamente social, visa a implementar, por meio de sistemas simplificados, o abastecimento hídrico das escolas públicas, para melhorar as condições de saúde dos alunos e as condições sanitárias do ambiente, reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem. Além disso, esse projeto capacitará pessoas para

transmitir noções básicas de higiene e saúde, utilizar e manter os equipamentos e usar racionalmente a água. Pretende atender a todas as escolas públicas com mais de 20 alunos, que contem com energia elétrica e/ou eólica e que não possuam qualquer tipo de sistema de abastecimento. A partir desse critério, foram identificadas 16,5 mil estabelecimentos estaduais e municipais em 2.318 Municípios, com uma população a ser beneficiada de mais de 38 milhões de pessoas. Em 2003, a meta é atender a 4 mil escolas, com recursos previstos no montante de R\$ 60 milhões.

Expansão Agrícola - Irrigação e Drenagem

A degradação dos solos e a escassez de água são os principais entraves que vêm inviabilizando o aumento da produção agrícola. Por seu turno, o crescimento populacional e, principalmente, o processo de urbanização têm gerado significativas mudanças nos hábitos alimentares e no consumo per-capita da população brasileira.

O Governo Federal, consciente dessa situação, tem investido na expansão da produção agrícola, tendo por base a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, a qual se fundamenta no aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação da agricultura irrigada. Tal política vem propiciando o aumento da produção de bens e serviços e da geração de emprego, bem como o desenvolvimento regional sustentável e a competitividade nos mercados interno e externo.

As premissas básicas da Política Nacional de Irrigação e Drenagem são função social do uso da água e dos solos irrigáveis, o estímulo às atividades agropecuárias, a elevação da produção e da produtividade, a atuação do Poder Público na elaboração, financiamento, execução, operação, fiscalização e acompanhamento de projetos de irrigação e o estímulo ao uso racional da água.

Nesse contexto, a irrigação tem sido a alavanca principal do processo de crescimento sustentável, com ênfase nos Estados do Nordeste, uma vez que, em função da indisponibilidade hídrica, o potencial do solo pouco representa para a produção agrícola. O programa Irrigação e Drenagem é o instrumento principal dessa reestruturação produtiva, compreendendo ações de implantação e emancipação de perímetros de irrigação, por meio de obras de captação e adução de água, para o qual foram destinados R\$ 173,2 milhões na presente Proposta Orçamentária.

Os projetos desse Programa estimulam a produção em moldes empresariais, por meio

da parceria pública e privada, cabendo ao Poder Público formular e coordenar o processo, gerir os acordos, proporcionar a infra-estrutura hídrica de uso comum e as infra-estruturas complementares, com ênfase nas áreas de energia, agropecuária e transportes. À iniciativa privada compete investir nos setores dinâmicos da economia, operando com responsabilidade os recursos que lhe forem disponibilizados.

O Programa segue duas linhas estratégicas principais. A primeira, incentiva a produção, mediante a utilização de métodos de irrigação, nas áreas produtivas, que ficam ociosas nas épocas de poucas chuvas, para tornar viável a colheita de mais de uma safra. A segunda estratégia está voltada para as regiões onde a escassez de água torna impossível a produção agrícola, caso típico do Semi-árido nordestino. Nesse sentido, o Governo Federal destina recursos para viabilizar a produção de pequenos e médios produtores e a implementação de perímetros de irrigação.

Após a implantação dos perímetros, são desenvolvidas as ações de emancipação para reduzir a participação do Estado nos empreendimentos, de modo a torná-los auto-sustentáveis. Em síntese, a emancipação se dá a partir do momento que a organização de produtores assume a administração do perímetro. As medidas adotadas para viabilizar esse processo são as de regularização fundiária, assistência técnica, extensão rural, apoio à produção, organização e capacitação da população rural para atender a um público-alvo de cooperativas e associações de produtores.

No âmbito do programa Irrigação e Drenagem destacam-se, na tabela a seguir, os

RECURSOS HÍDRICOS	
Programa Irrigação e Drenagem	
Principais Ações	PLO 2003
Projeto de Irrigação Canal do Sertão Alagoano - Delmiro Gouveia - AL	16,8
Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê no Estado da Bahia	13,6
Perímetro de Irrigação Pontal no Estado de Pernambuco	13,4
Perímetro de Irrigação Salitre no Estado da Bahia	10,5
Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba no Estado de Sergipe	8,2
Projeto de Irrigação Flores de Goiás no Estado de Goiás	5,9
Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia no Estado de Goiás	4,7
Perímetro de Irrigação Marituba no Estado de Alagoas	4,0
Perímetro de Irrigação Vale do Iuiú no Estado da Bahia	3,9
Projeto de Irrigação Várzea de Souza no Estado da Paraíba	2,4
Projeto de Irrigação Três Barras no	1,0

principais projetos com a indicação dos recursos previstos para 2003.

Bacias Hidrográficas

O Brasil tem uma posição privilegiada em relação à disponibilidade de recursos hídricos, possuindo um volume significativo de água do planeta, em sua maioria presente nas grandes bacias hidrográficas. Embora o recurso seja abundante, há uma clara percepção que o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos poderá acarretar, no curto prazo, a degradação destas bacias e a conseqüente falta de água para o consumo humano, bem como comprometer os meios de subsistência e levar ao colapso os sistemas produtivos. Dessa forma, a questão do gerenciamento destas bacias assume importância crescente em todo o mundo e em especial no Brasil.

Para reverter o processo de degradação das bacias e a conseqüente poluição ambiental que afetam as populações, principalmente dos grandes centros urbanos, o programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas, terá, em 2003, recursos de R\$ 74,5 milhões.

A instituição desse programa justifica-se em virtude da necessidade e da importância de se reduzirem os níveis de poluição hídrica, como reflexo da nova gestão hídrica que está sendo conduzida pela Agência Nacional de Águas – ANA, a qual tem o objetivo de induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, mediante a constituição de comitês de bacia e a implementação de mecanismos para a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos.

Nesse sentido, o Governo Federal promove Planos de Despoluição Estaduais e Municipais e Estímulo aos Prestadores de Serviço de Saneamento a Tratar o Esgoto por Meio de Remuneração, bem como desenvolve ações de *Recuperação e Preservação de Nascentes e Mananciais nas Áreas Urbanas e Disseminação de Campanhas para a Mobilização e Conscientização*. Em 2003, o programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas pretende, entre outras ações, remover 98.374 kgdbo/dia de cargas poluidoras das bacias hidrográficas.

As atividades econômicas que ocorrem ao longo da Bacia do Rio São Francisco, o desmatamento, sobretudo da vegetação ciliar, juntamente com a presença de um grande número de centros urbanos contribuem para a degradação da qualidade da água do rio e para a alteração do seu regime hidrológico.

Para sanar esses problemas e possibilitar a continuidade e ampliação da sua exploração econômica de forma sustentada, outro programa criado para reverter o processo de degradação de bacias é o **Nossos Rios: São Francisco**, com recursos previstos da ordem de R\$ 14,5 milhões. Suas ações, aliadas às *Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco*, do programa **Proágua Infra-Estrutura**, objetivam promover a recuperação de nascentes e mananciais em áreas urbanas e de conservação ambiental.

Fortalecendo essa tônica de recuperação de bacias no âmbito desses programas, o Governo Federal e os Estados desenvolvem ações de conservação e revitalização de recursos hídricos, que abrangem sobretudo as microbacias e as zonas rurais, promovendo campanhas e intervenções educativas de preservação. Essas ações possuem caráter preventivo, com vistas a evitar a superexploração e a degradação dos recursos hídricos do País. Estimula-se, por exemplo, a utilização de tecnologias agrícolas limpas, o combate ao uso de herbicidas e ao desmatamento das margens dos rios.

ÁREA DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E DEFESA

DEFESA NACIONAL

DEFESA NACIONAL		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Adestramento e Operações Militares		1.222,9
Reaparelhamento e Adequação		777,1
Tecnologia de Uso Terrestre, Naval e Aeroespacial		192,9
Proteção da Amazônia e Calha Norte		160,5
Demais		763,2
Total		3.116,6



O treinamento e o preparo dos efetivos das Forças Armadas, bem como o suprimento

de material e sistemas das unidades militares são realizados por meio dos programas **Adestramento e Operações Militares da Marinha**, **Adestramento e Operações Militares do Exército** e **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, que foram idealizados para abarcar as ações destinadas à manutenção e ao desenvolvimento das atividades operacionais de cada Força e serão contemplados com recursos da ordem de R\$ 1.222,9 milhões em 2003. Tais ações, específicas de caráter militar e na sua maioria comuns entre Marinha, Exército e Aeronáutica, foram concebidas de forma a assegurar o preparo das Forças para o cumprimento de sua missão constitucional de preservação dos interesses nacionais, de defesa da Pátria e de garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, mantendo-as em condições de pronto emprego.

Sendo assim, a condição de prontidão operativa das tropas a serem empregadas em eventuais conflitos é garantida por meio das ações de instrução militar, de adestramento, de exercícios de comando e de operações militares, no âmbito de cada Força ou em ações conjuntas, que visam ao desenvolvimento de suas habilidades para o desempenho eficaz de sua missão.

As demais ações desses programas objetivam suprir as unidades militares de materiais e sistemas na quantidade, qualidade, momento e local adequados, assegurando o fiel desempenho de suas atribuições.

As Forças Armadas contam com três Programas voltados ao seu reaparelhamento e adequação, quais sejam: **Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro**, **Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira** e **Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**. Tais programas têm por objetivo adquirir novos equipamentos bélicos e adaptar os já existentes a fim de que o padrão tecnológico da estrutura das Forças Armadas possua meios com capacidade de garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento nacionais. Esses programas possibilitam que as Forças Armadas tornem-se aptas para o deslocamento e o emprego rápido em qualquer parte do território nacional com a utilização de equipamentos modernos e eficazes de forma mais racional e econômica.

Para alcançar esses objetivos são desenvolvidas diversas ações visando a recuperar a capacidade tecnológica e operacional das Forças Armadas mediante a aquisição, a modernização e a revitalização de aeronaves, viaturas e navios de uso militar, de simuladores, de

radares, de equipamentos de comunicação e eletrônica, e ainda o suprimento adequado de material logístico necessário ao adestramento das forças militares.

Para 2003, o programa de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro receberá um aporte de R\$ 115,0 milhões para a aquisição de viaturas, de material de comunicação para complementar os equipamentos do Sistema de Comando e Controle do Exército Brasileiro, de material de intendência e de campanha para reequipar as organizações militares das Forças de ação rápida do Exército Brasileiro e de munição.

O programa de Reparcelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira disporá de R\$ 554,8 milhões para a modernização e revitalização das aeronaves F-5 BR e P-3, aeronave de patrulha marítima, e para a aquisição de aeronaves dos tipos AL-X – destinada a treinamento –, CL-X – utilizada em transporte leve –, e F5 E/F, dentre outras. Esses recursos permitirão, também, modernizar, construir e adquirir instalações militares e equipamentos de comunicação e implantar sistemas bélicos e de telemática militar.

Por sua vez, o Reparcelhamento e Adequação da Marinha do Brasil receberá um aporte de R\$ 107,3 milhões a fim de permitir a continuidade da construção de corveta (navio de combate) e de submarino, bem como a obtenção de equipamentos dos seus sistemas operativos.

O Governo Federal tem como uma de suas premissas, em relação à defesa nacional, o desenvolvimento de tecnologia de uso terrestre, naval e aeroespacial em consonância com diretrizes previamente traçadas. Dessa forma as Forças Armadas vêm desenvolvendo projetos e programas de interesse militar na área de ciência e tecnologia, que por suas características estimulam o envolvimento da comunidade científica brasileira, produzindo, portanto, resultados que beneficiam variados setores de nossa sociedade.

Na área de Tecnologia de Uso Naval as ações em desenvolvimento irão receber um aporte de R\$ 65,7 milhões, no próximo exercício. Dentre elas destacam-se a *Implantação de Infra-estrutura Básica na Área Nuclear* e a *Construção do Protótipo de Reator Nuclear* que irão contribuir para o *Desenvolvimento do Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear*. Essa tecnologia proporcionará ao submarino uma maior capacidade de submersão, de percorrer longas distâncias e de executar patrulha marítima com maior rapidez, graças à boa velocidade que poderá manter em longos períodos.

Com relação à Tecnologia de Uso Aeroespacial duas ações têm importância

estratégica para o País. Esse programa contará com R\$ 122,2 milhões, dos quais R\$ 114,8 milhões serão destinados ao desenvolvimento da aeronave AM-X e R\$ 755 mil à pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial. A primeira delas está relacionada com o *Desenvolvimento do AM-X* da Força Aérea Brasileira que visa ao aumento da sua capacidade operacional trazendo grande precisão de navegação e ataque nos mais variados ambientes.

A segunda ação, desenvolvida pelo Centro Técnico Aeroespacial – CTA, está relacionada com a atividade de *Suporte ao Desenvolvimento Industrial*. Pretende-se com essa ação a transferência de tecnologia e de pesquisas desenvolvidas no CTA, por meio de fomento, coordenação e apoio à indústria aeroespacial brasileira.

O Governo brasileiro vem, ao longo dos últimos anos, dispensando à região Amazônica especial atenção. Essa região, que corresponde a 61% de todo território nacional e abriga apenas 12% da população do País, possui a maior reserva de água doce e a maior diversidade de vida do planeta, além de grandes reservas minerais.

A ação governamental prioritária nessa região justifica-se pela ocupação desordenada e exploração não planejada, bem como pelos aspectos relacionados à segurança nacional, uma vez que a dificuldade de controle total das fronteiras favorece a ocorrência de diversos ilícitos, em especial o narcotráfico e o contrabando.

Dessa forma, visando a fortalecer a presença do Estado na região, e a promover o desenvolvimento socioeconômico resguardando, porém, a harmonia na relação entre o meio ambiente e o homem, o Governo vem desenvolvendo diversas ações por intermédio dos programas Proteção da Amazônia e Calha Norte.

Em 1997 iniciou-se o programa Proteção da Amazônia, com a implantação do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

O SIVAM tem por objetivo prover os meios necessários à implantação eficaz do SIPAM. Destina-se à coleta, processamento e difusão de dados sobre a Amazônia. Envolve a vigilância do espaço aéreo e da superfície, a coleta de dados ambientais e a rede de comunicações entre os diversos usuários.

Com o SIPAM/SIVAM pretende-se desenvolver um novo estilo de administração integrada, com a participação de diversas instituições governamentais de forma articulada, onde o fluxo de conhecimentos e informações permitirá uma visão global dos problemas da região e,

conseqüentemente, convergirá os esforços setoriais para a obtenção de soluções compatíveis com a sua realidade.

O SIVAM foi inaugurado em julho deste ano com a ativação do primeiro complexo Operacional do SIPAM/SIVAM. Prevê-se que, até o final de 2002, 90% das suas obras estejam concluídas.

Para 2003 serão alocados R\$ 146,2 milhões para o programa **Proteção da Amazônia**, sendo que R\$ 69,4 milhões, destinar-se-ão à finalização da infra-estrutura nos sítios operacionais e à aquisição de aeronaves para garantir a vigilância da Amazônia Legal. Os R\$ 76,8 milhões restantes serão direcionados para a manutenção e operação do SIPAM, visando a integração da sua base de dados com os usuários e, ainda, a sua dotação de instrumentos de gestão necessários ao seu pleno funcionamento.

O Calha Norte, programa de suma importância para a região e de atuação complementar ao programa **Proteção da Amazônia**, procura promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

O esvaziamento demográfico e a intensificação dos ilícitos fronteiriços são alguns dos fatores que mostram a importância deste programa. Suas principais vertentes são o desenvolvimento regional e a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial.

Sendo assim, objetiva-se, mediante esse Programa, o aumento da presença brasileira na área com o fortalecimento das estruturas governamentais de ofertas de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região, e a ampliação das relações com os países limítrofes, visando ao fortalecimento dos mecanismos de cooperação, entre outros objetivos.

O Programa abrange 70 Municípios, sendo mais da metade ao longo dos 5.993 km da faixa de fronteira, em 4 Estados da região que dele se beneficiam. Sua área de atuação corresponde a 14% do território nacional, onde habitam 25% da população indígena do Brasil.

Dentre as diversas ações desenvolvidas têm-se a construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na região da Calha Norte, implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte, implantação de unidades militares, apoio aéreo, manutenção de aeródromos, conservação de rodovias, manutenção de pequenas centrais elétricas, apoio às comunidades da região, manutenção de

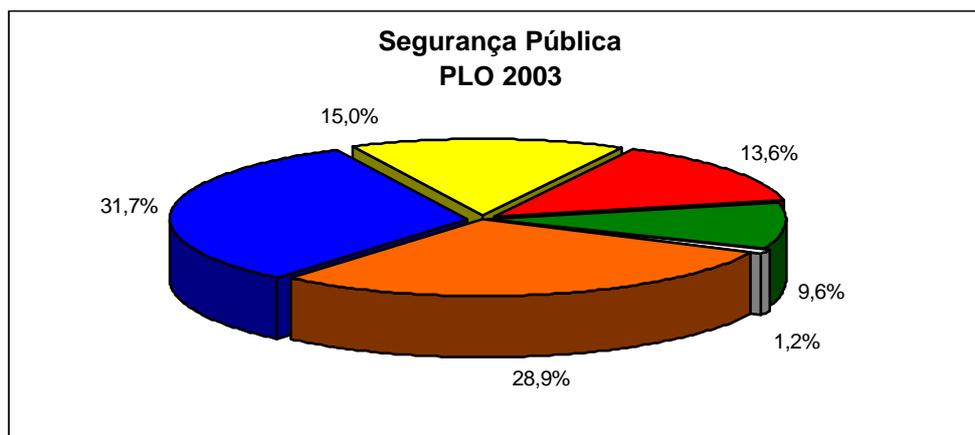
embarcações e manutenção da infra-estrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira. Para 2003 estão alocados R\$ 14,3 milhões para dar continuidade a essas ações.

SEGURANÇA PÚBLICA

A questão da Segurança Pública tem recebido tratamento diferenciado nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à priorização contínua dos programas governamentais direcionados ao fortalecimento das instituições policiais, visando à redução dos índices de criminalidade e de violência do País.

Nesse sentido, buscou-se privilegiar as ações desenvolvidas pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal, no intuito de dotá-las de mecanismos adequados a uma efetiva atuação no combate ao crime organizado, ao tráfico ilícito de entorpecentes, ao roubo de cargas, entre outros.

SEGURANÇA PÚBLICA		R\$ milhões
Principais Programas		PLO 2003
Segurança do Cidadão		353,8
Combate ao Crime Organizado e Modern. da Polícia Federal		166,7
Reestruturação do Sistema Penitenciário		151,9
Segurança nas Rodovias Federais		107,2
Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas		13,4
Demais		322,1
Total		1.115,1



Há de se ressaltar, também, que o Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, instituído em 2000, trouxe inovações importantes no âmbito da segurança pública, quando assumiu que os problemas das polícias estaduais deviam também ser compartilhados com a

esfera federal. As ações relacionadas ao Fundo Nacional de Segurança Pública têm permitido alterar o perfil dessas polícias, iniciando um processo de reaparelhamento físico das unidades policiais e de recapacitação de seus quadros, fornecendo-lhes os elementos necessários ao enfrentamento da criminalidade em todas as suas formas de atuação.

Com o fito de dar suporte à ação governamental nessa área, diversos Programas estão estruturados, como, por exemplo, os de Modernização da Polícia Federal, com previsão de R\$ 141,2 milhões, e Combate ao Crime Organizado, que contará com R\$ 166,7 milhões, têm por objetivo fortalecer institucionalmente o Departamento de Polícia Federal, por meio da construção de novas delegacias e superintendências que permitam ampliar sua presença no território nacional, assim como da aquisição de equipamentos e tecnologias aplicáveis ao processo de investigação policial. Esses programas também visam ao incremento do número de operações especiais, especialmente voltadas para o combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e aos crimes contra a União.

O programa Segurança nas Rodovias Federais, com dotação prevista de R\$ 107,2 milhões, tem por finalidade o desenvolvimento de ações policiais de patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, que permitam o combate e a prevenção de crimes relacionados com assaltos a veículos, ônibus e caminhões de carga, contrabando de mercadorias e tráfico de entorpecentes.

Quanto ao programa Segurança do Cidadão, que disporá de R\$ 353,8 milhões, seu foco de atuação está voltado, prioritariamente, para a modernização e reaparelhamento das polícias estaduais e guardas municipais, assim como para capacitação de seus quadros, objetivando o fortalecimento institucional das forças de segurança do País que permita o desempenho mais eficaz de suas atribuições no combate à criminalidade. Suas ações também visam intensificar a presença policial em localidades consideradas críticas e, ainda, implantar a polícia comunitária em regiões urbanas com alto índice de violência.

O objetivo principal do programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, que prevê a aplicação de R\$ 13,4 milhões, é promover a proteção da integridade física dos cidadãos em situação de risco que se disponham a contribuir com a Justiça no desmantelamento de organizações criminosas ou na solução de crimes relevantes. Trata-se de um programa exemplar, reconhecido internacionalmente, que tem recebido recursos crescentes, ano após ano, permitindo o atendimento a um número cada vez maior de pessoas.

O programa Reestruturação do Sistema Penitenciário conta com recursos no valor de R\$ 151,9 milhões e suas ações objetivam, basicamente, à construção, ampliação e reforma de unidades prisionais, almejando a redução do déficit de vagas nas penitenciárias do País. Visam, também, à capacitação dos agentes responsáveis pela custódia do preso e à profissionalização da população carcerária, no intuito de promover sua reinserção no mercado de trabalho. Recentemente, em razão da dificuldade que alguns estabelecimentos têm enfrentado no trato com criminosos de alta periculosidade, especialmente com os vinculados ao crime organizado e ao tráfico de drogas, priorizou-se a construção de cinco penitenciárias federais de segurança máxima, em diferentes regiões do território nacional, destinadas à reclusão desse tipo de criminoso.

DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Os procedimentos de defesa dos direitos do consumidor também encontram amparo nas ações governamentais, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento de fusões de empresas, inibindo a formação de cartéis e de monopólios e, ainda, à permanente fiscalização da qualidade dos produtos disponibilizados ao cidadão brasileiro.

Tais ações estão vinculadas a dois programas específicos, Defesa Econômica e da Concorrência e Defesa dos Direitos do Consumidor, que contam com valores da ordem de R\$ 19,4 milhões, e cujo objetivo principal é o de promover valores de respeito à livre concorrência e ao consumidor em geral.

Além disso, o programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita, para o qual estão reservados R\$ 7,7 milhões, tem por finalidade propiciar a promoção da justiça às populações carentes, visando à consolidação da cidadania dos segmentos sociais menos favorecidos do País. Direciona-se, prioritariamente, às pessoas que não tenham condições de pagar os honorários de um advogado e as custas de um processo judicial, sem prejuízo ao sustento próprio e de sua família. Podem, ainda, utilizar desses serviços estrangeiros oriundos de países onde haja acordos de reciprocidade em assistência jurídica.

As principais ações desenvolvidas pelo Programa são a prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial ao cidadão necessitado e a implantação de serviços da Defensoria Pública

da União – DPU em todo o território nacional.

Destaque-se que, em 2002, foi completado o ciclo de instalação dos núcleos regionais da DPU em todos os estados brasileiros, decorrente do aumento de seus quadros de pessoal, o que permitiu a ampliação dos serviços prestados à sociedade.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FAZENDÁRIA

O êxito na política fiscal se configura quando todos os níveis de governo são capazes de assegurar eficácia às respectivas parcelas do sistema fiscal. Nesse processo, tornou-se fundamental a implantação de programas para fortalecimento e modernização das administrações fiscais dos Estados e Municípios, contribuindo para maior racionalidade e transparência no manejo dos recursos, bem como para seu melhor aproveitamento com vistas à implementação de programas sociais.

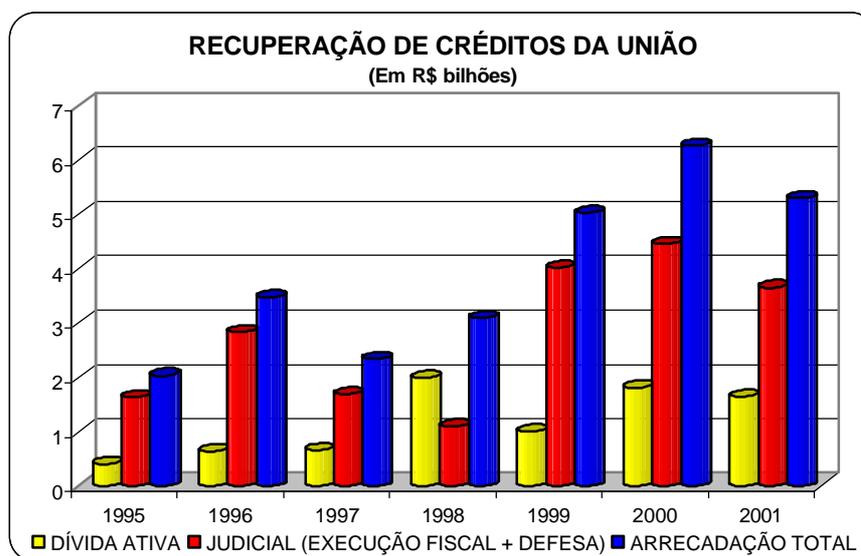
Para atingir essa meta conta-se com dois programas de grande importância, o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE e o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM.

Por meio de mecanismos de auditoria e fiscalização, em conjunto com a normatização e gestão, o programa Administração Tributária e Aduaneira destina-se a otimizar a arrecadação tributária, promovendo a justiça fiscal e o combate à evasão e assegurando o equilíbrio fiscal e a manutenção de um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentado.

Na busca por esses objetivos, destaca-se o incentivo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos contribuintes, por meio de importante processo de informatização do preenchimento e envio de declarações de imposto de renda em meio magnético. Em 2002, foram processadas por volta de 14,5 milhões de declarações e, em 2003, espera-se atingir o montante de 18 milhões. Com relação ao controle da inadimplência, espera-se reduzir em 2003 o índice de 3,45 para 3,29. Para que isso seja possível, pretende-se, entre outras medidas, fiscalizar todas as empresas de grande porte num período de dois anos e as de médio porte, em

quatro anos.

Importante papel é desempenhado, também, pelo programa de Recuperação de Créditos da União, que contribui de forma fundamental para o aumento da arrecadação da Dívida Ativa da União e para a melhor performance da cobrança dos seus créditos, conforme pode ser observado pela evolução da arrecadação, visualizada no quadro abaixo:



Com relação ao programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, destaca-se a criação de mecanismos que buscam promover e aprimorar a solidez do sistema, produzindo uma efetiva atuação na supervisão de bancos e de demais entidades relacionadas ao mercado financeiro, em especial, o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, que visa a dar mais segurança às entidades financeiras, por meio de moderna e complexa rede de teleprocessamento de dados, permitindo um fluxo de informações mais rápido e eficaz.

Defesa Jurídica da União

A atuação crescente das atividades empreendidas na defesa judicial e extrajudicial da União, no controle prévio da legalidade dos atos normativos e na defesa de políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo, tem exigido mudanças organizacionais, como a criação da Procuradoria-Geral Federal – PGU, e o contínuo aparelhamento da estrutura administrativa e operacional da Advocacia-Geral da União – AGU. Por intermédio do programa Defesa Jurídica da União, cuja dotação para 2003 é da ordem de R\$ 53,4 milhões, são desenvolvidas

as ações de *Representação Judicial e Extrajudicial da União, Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e Vinculados e Implantação de Sistema de Informações Jurídicas*.

Em abril de 2002, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 6632 ao Legislativo, propondo a criação da PGU, órgão autônomo vinculado à AGU, à qual competirá a *Representação Judicial e Extrajudicial da União* e das autarquias e fundações públicas federais, com as correspondentes atividades de *Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo*. A medida implica a instalação e a manutenção de 27 Núcleos da Procuradoria Geral Federal e 21 Núcleos de Assessoramento Jurídico nas capitais do País e 5 Núcleos que realizam *Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e Vinculados*, ações apoiadas em uso intensivo de tecnologia e recursos na área de informática.

Na *Defesa Judicial e Extrajudicial da União*, no exercício de 2001, foram movimentadas mais de 660 mil ações, no âmbito do Programa, e outras 2,1 milhões nos órgãos e entidades vinculados, com um saldo financeiro amplamente favorável. A União, como ré, nas contas de liquidações, impugnou aproximadamente R\$ 3,3 bilhões de pagamentos e como autora auferiu acréscimos de receita no valor de R\$ 222 milhões.

Houve um aumento relevante do desenvolvimento da ação de *Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo*, principalmente pela criação da Consultoria-Geral da União, agora denominada Controladoria-Geral da União - CGU. A previsão de 2 mil documentos emitidos (pareceres, informações, petições, despachos, ações diretas de inconstitucionalidade, mandados de segurança, *habeas corpus*, mandados de injunção, notas, avisos e ofícios) no exercício de 2001 foi superada em 84%.

Verificou-se um acréscimo de 15,6% nas ações de *Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e Vinculados*, passando-se de 85 correições realizadas em 2000 para 97 em 2001. A criação da Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, vinculada à PGU, agilizou a cobrança de créditos a favor dos cofres públicos e a centralização da execução de sentenças do Tribunal de Contas da União - TCU.

Em 2003 será concluída a *Implantação de Sistema de Informações Jurídicas*, apoiada no uso intensivo de tecnologia, em especial no Sistema de Controle de Ações Judiciais da União – SICAU, que compreende o conjunto de informações obtidas a partir de dados de ações judiciais, nas quais estão envolvidas a União e os Órgãos Federais da Administração direta e indireta, fundações e autarquias, viabilizando consultas processuais tempestivas.

Destacam-se ainda a expansão e o desenvolvimento dos Núcleos dos Juizados Especiais Federais, com a finalidade de acompanhar ações de valor inferior a 60 salários-mínimos, agilizando os processos judiciais, dos Núcleos de Acompanhamento de Ações Relevantes, de valor considerável e objeto de repercussão nacional e das atividades do Centro de Estudos Vitor Nunes Leal, destinado ao aperfeiçoamento dos servidores públicos em assuntos de natureza jurídica.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

A sociedade brasileira exige novas formas de participação democrática, além das tradicionalmente consagradas. Transparência dos gastos públicos e controle social sobre as ações de governo tornaram-se demandas comuns em qualquer segmento da população. Tais requerimentos impõem o Governo a atitudes mais encorajadoras e ativas, não permitindo que a ausência de informações torne-se um empecilho à participação popular.

Nesse sentido, vêm-se consolidando investimentos maciços em tecnologia da informação visando atenuar os gargalos e dinamizar o acesso aos bancos de dados governamentais. A continuidade do programa Governo Eletrônico, que terá recursos da ordem de R\$ 65,4 milhões, visa a ampliar discussões, prestar serviços, democratizar o acesso a informação, dinamizar a possibilidade e a realização de negócios, economizar recursos públicos e prestar serviços ao cidadão, indo ao encontro àquelas demandas.

Informações Estatísticas e o Novo Plano Plurianual - PPA

A elaboração do novo PPA demandará esforços conjuntos de toda a Administração Pública. Todos os órgãos setoriais, capitaneados pelas Secretarias de Planejamento e Investimentos Estratégicos e de Orçamento Federal, serão envolvidos nesse processo, no qual terão a oportunidade de aperfeiçoar os Programas e Ações do Governo para o período de 2004-2007. Para que nesse trabalho seja alcançado o melhor conjunto de alternativas de investimentos para o País, o programa Gestão do Plano Plurianual destinará recursos da ordem de R\$ 9,2 milhões.

Um dos objetivos do PPA é a busca por um novo desenho do espaço econômico que

contemple investimentos privados e governamentais, mediante parcerias, fato que é estimulado pela Unidade de Parcerias Público-Privadas - PPP, voltada exclusivamente para fomentar as estratégias convergentes desses setores.

Ainda, torna-se imprescindível uma base de informações estatísticas confiável, obtida, principalmente, pela realização do Censo Demográfico, que ofereceu uma melhor radiografia do País. As informações coletadas ainda estão sendo depuradas e proporcionarão uma gama muito grande de estudos e pesquisas voltadas para o setor público, bem como fornecerão subsídios para a formulação de propostas de políticas visando resolver as principais deficiências encontradas.

Nesse particular, o Governo destinará R\$ 26,1 milhões para o programa **Informações Estatísticas e Geográficas**, que investiga de forma contínua temas como a habitação, o trabalho, as características demográficas, educacionais e de rendimento, o acesso e utilização de serviços de saúde, as contas nacionais e o saneamento básico.

Ressalta-se, ainda, a divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, que é a base para atualização das estruturas de ponderação dos Índices de Preços ao Consumidor e medida da parcela de consumo nas Contas Nacionais. Constitui, ainda, em fonte importante de informações relativas às condições de vida da população e aos seus hábitos de consumo.

ÁREA DE POLÍTICA EXTERNA

RELAÇÕES EXTERIORES

O programa **Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais** tem por objetivo dar suporte à representação do Brasil e à negociação de interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional. Para essa finalidade, em 2003, estão destinados R\$ 372,7 milhões para cobrir despesas que ocorrem, basicamente, no exterior.

Por intermédio dos postos de representação, desenvolvem-se atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos de representação, negociação, informação e proteção dos interesses brasileiros na arena internacional. Nesse sentido, constata-se a inserção positiva

do Brasil na economia globalizada. Ressalte-se a participação do País em importantes foros internacionais de negociação, tais como, o Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, a União Européia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP e a Organização Mundial do Comércio – OMC.

Dentre esses, destaca-se a participação do Brasil na OMC, organismo responsável pela regulamentação e fiscalização do comércio internacional. Os representantes brasileiros têm questionado práticas protecionistas adotadas à guisa de política de anti-dumping e lutado pelo fim das barreiras à venda de produtos agrícolas e siderúrgicos nacionais. Outro ponto importante discutido no âmbito da OMC foi o relativo à política de subsídios dos governos dos principais países fabricantes de aviões a este setor, oportunidade em que ficou demonstrada a habilidade negocial brasileira ao conduzir a bom termo questão tão delicada.

Ademais, por meio desse Programa, o Governo disponibiliza inúmeros serviços consulares a brasileiros que se encontram no exterior residindo, realizando negócios ou a lazer.

ÁREA DE INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

A Proposta Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício de 2003 apresenta um montante de R\$ 1.712,6 milhões. Nela destacam-se os projetos de implantação de sistemas integrados de gestão da informação, que, por meio do desenvolvimento e da implantação de rede de informática de alta velocidade, interligarão a rede de informática da Justiça, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, às redes da Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Receita Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social, Caixa Econômica Federal e Varas de Execução Fiscal. Tais projetos proporcionarão maior eficiência na arrecadação da dívida ativa da União, bem como transparência e celeridade à prestação jurisdicional e ao acesso tempestivo dos cidadãos às informações.

Foram alocados, ainda, recursos destinados ao Supremo Tribunal Federal para a divulgação à sociedade brasileira sobre os atos do Poder Judiciário e os serviços essenciais à justiça em âmbito nacional, por meio da TV Justiça.

No que se refere à Justiça do Trabalho, ressaltam-se os recursos a serem aplicados na construção do Edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em Brasília – DF, com o intuito de melhorar as condições de funcionamento do Órgão, na implantação de Varas do Trabalho, visando a garantir a prestação jurisdicional trabalhista com qualidade em todo o território nacional e, por solicitação da Presidência do Órgão, na conclusão do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da cidade de São Paulo – SP, obra que teve sua retomada autorizada pelo Decreto Legislativo nº 34, de 3 de julho de 2002.

No âmbito da Justiça Eleitoral, distinguem-se os recursos alocados para a implantação da rede de alta velocidade via satélite, que permitirá a comunicação de forma adequada entre Cartórios Eleitorais e Tribunais Regionais Eleitorais, e entre estes e o Tribunal Superior Eleitoral. O uso de tecnologia de comunicação via satélite tornará possível a cobertura de pontos remotos e a transmissão imediata de voz, informações e dados por toda a Justiça Eleitoral e, ainda, o compartilhamento de recursos de transmissão via satélite com outros órgãos públicos federais.

Com o objetivo de centralizar os serviços prestados no Município do Rio de Janeiro, onde se encontra o maior número de militares federais, e de dotar as Auditorias da Justiça Militar da Primeira Circunscrição de sede própria, estão sendo propostos recursos à Justiça Militar para finalizar a construção do Edifício-sede da Primeira Circunscrição Judiciária Militar no Rio de Janeiro.

No Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, destacam-se as ações destinadas à implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que oferecerão justiça ao cidadão de qualquer classe social que sofra violação de um direito de pequena monta ou de menor complexidade, e à reforma e modernização do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília, propiciando a melhoria do funcionamento dos Órgãos da Justiça do Distrito Federal e Territórios, das condições de trabalho dos servidores e do atendimento aos usuários dessa Justiça.

Quanto ao Poder Legislativo, foram alocados recursos da ordem de R\$ 824,0 milhões para atendimento de algumas importantes ações: *Interlegis – Rede de Integração e Participação Legislativa*, projeto que consiste numa rede que interliga parlamentares, assessores, servidores e sociedade, democratizando a informação por meio de computadores ligados à Internet e de sistema que interliga salas de videoconferência, *Manutenção da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis)*, que se refere a geração, transmissão e aplicação de conhecimentos no âmbito das questões atinentes à organização e aos processos

legislativos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e *Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União*, que objetiva o fortalecimento institucional do Órgão, com a expansão de sua capacidade de ação.

Precatórios e Sentenças de Pequeno Valor

O Poder Judiciário encaminhou ao Poder Executivo, conforme o disposto no art. 100, § 1º, da Constituição, e o art. 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, a listagem dos débitos referentes aos Precatórios Judiciários apresentados até 1º de julho de 2002, data em que seus valores foram atualizados, para que as dotações orçamentárias necessárias ao seu pagamento fossem incluídas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2003. A dotação global consignada nesta Proposta Orçamentária para a quitação desses precatórios é de R\$ 1.541,2 milhões, já incluída a estimativa de recursos para sua atualização monetária até a data do efetivo pagamento, bem como os juros a serem aplicados sobre os que foram objeto de parcelamento, tendo em vista o disposto no art. 78 do ADCT.

Além dos recursos mencionados, a Proposta Orçamentária de 2003 destina R\$ 973,8 milhões para a liquidação de sentenças de pequeno valor, que são aquelas inferiores a 60 salários-mínimos, nos termos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que determinou o seu pagamento no prazo de 60 dias, contados do trânsito em julgado, e instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no âmbito da Justiça Federal.

PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

No âmbito da reforma gerencial do orçamento, ocorrida em 2000, foi criado o programa de Apoio Administrativo com o intuito de agrupar as despesas cuja apropriação era, naquele momento, impossível de ser atribuída diretamente aos programas finalísticos, envidando-se, a partir de então, esforços com o propósito de aperfeiçoar a associação entre os insumos e os produtos orçamentários.

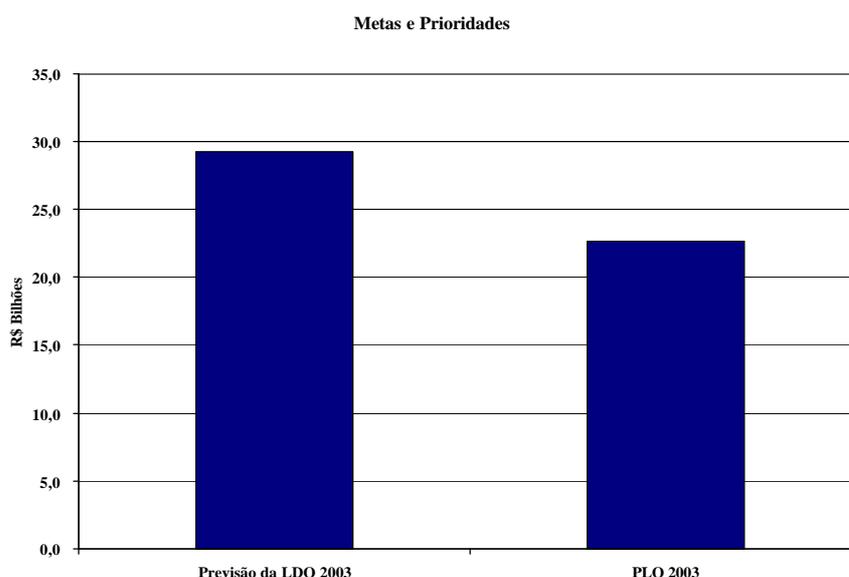
A proposta orçamentária de 2003 contempla o primeiro resultado deste esforço, e em consequência, as Unidades Orçamentárias que têm apenas um programa finalístico tiveram alocadas as despesas administrativas e de pessoal e encargos sociais, na sua totalidade, nesse programa.

Outra inovação refere-se à concentração de todas as despesas administrativas em uma única ação, objeto da continuidade dos estudos de apropriação das despesas orçamentárias aos produtos.

Essas medidas objetivam propiciar condições para uma avaliação mais acurada da ação governamental, à medida que melhor se explicita o custo de cada produto.

JUSTIFICATIVA DO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

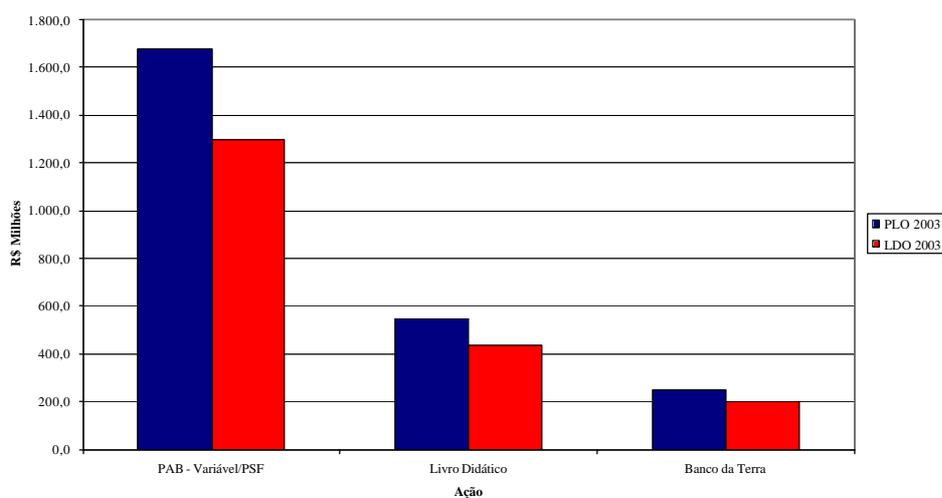
Com relação às metas e às prioridades para 2003, fixadas na Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 – LDO 2003, serão aplicados R\$ 22,7 bilhões, o que corresponde a 78% do valor financeiro estimado.



Vale ressaltar que ações que tradicionalmente são incluídas na Lei Orçamentária mediante emendas específicas e localizadas do Congresso Nacional (Ex: construção de centro de convenções, feiras e exposições, mecanização agrícola), deixaram de ser incluídas por não deter o Poder Executivo parâmetro para a localização específica da demanda.

No entanto, as metas e prioridades assinaladas como despesas obrigatórias de caráter continuado foram integralmente atendidas. Adicionalmente, algumas metas socialmente

relevantes, que foram subestimadas na LDO 2003, receberam incremento com o correspondente aporte adicional de recursos.



III. RECEITA

O total das Receitas Orçamentárias previstas para o exercício de 2003 é de R\$ 1.033,4 bilhões, sendo R\$ 839,5 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 170,0 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 23,9 bilhões do Orçamento de Investimento. Deste total, R\$ 522,2 bilhões são correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Federal, Interna e Externa Mobiliária. Esses recursos não afetam o nível global de endividamento do Governo Federal, representando somente a explicitação orçamentária da rolagem das amortizações da dívida. Basicamente, na projeção orçamentária foram considerados os parâmetros macroeconômicos elaborados pela Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda em agosto de 2002, aplicados à base de arrecadação de 2002, com valores realizados até junho e estimados de julho a dezembro.

Vale lembrar que as receitas extraordinárias ocorridas em 2002 e que não se repetirão em 2003 são excluídas da base para a projeção.

RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

As receitas federais encontram-se divididas em dois grandes grupos: as Receitas Financeiras e as Não-financeiras. As Receitas Financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado primário, como as derivadas de aplicações no mercado financeiro ou da

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL

Discriminação	Realizado 2001		Reprog. 2002		Proposta 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	272,6	23,0	312,5	24,1	329,6	23,3
I.1 - Receita Tributária/Contribuições	191,5	16,2	223,0	17,2	231,0	16,3
I.1.1 - Receita Administrada SRF	184,4	15,6	211,7	16,3	220,9	15,6
I.1.1.1 - Imposto de Importação	9,1	0,8	7,9	0,6	8,7	0,6
I.1.1.2 - IPI	19,1	1,6	19,7	1,5	21,7	1,5
I.1.1.3 - Imposto de Renda	60,1	5,1	71,4	5,5	67,0	4,7
I.1.1.4 - IOF	3,6	0,3	4,0	0,3	4,5	0,3
I.1.1.5 - COFINS	46,8	3,9	50,6	3,9	55,7	3,9
I.1.1.6 - CPMF	17,2	1,5	19,6	1,5	21,7	1,5
I.1.1.7 - PIS/PASEP	11,6	1,0	12,4	1,0	13,7	1,0
I.1.1.8 - CSLL	9,4	0,8	11,1	0,9	11,8	0,8
I.1.1.9 - CPSSS	3,5	0,3	4,3	0,3	4,5	0,3
I.1.1.10 - CIDE - Petróleo	1,9	0,2	7,6	0,6	8,8	0,6
I.1.1.11 - Outras Receitas	2,2	0,2	2,6	0,2	2,4	0,2
I.1.1.12 - Contr. Lic Uso Transf Tec	0,1	0,0	0,4	0,0	0,5	0,0
I.1.2 - Demais Receitas não Administradas SRF	7,1	0,6	11,3	0,9	10,1	0,7
I.1.2.1 - Cota-Parte Compensação Financeira	4,7	0,4	6,4	0,5	6,5	0,5
I.1.2.2 - Pensões Militares	0,6	0,1	1,1	0,1	1,3	0,1
I.1.2.3 - Cota-Parte Adicional Frete Renovação	0,7	0,1	0,7	0,1	0,8	0,1
I.1.2.4 - Outras Receitas	1,1	0,1	3,1	0,2	1,5	0,1
I.2 - Receita de Concessões	4,4	0,4	1,6	0,1	1,1	0,1
I.3 - Dividendos - União	3,2	0,3	3,7	0,3	4,2	0,3
I.4 - Receitas Próprias	7,3	0,6	8,3	0,6	9,6	0,7
I.5 - Contribuição Salário Educação	3,1	0,3	3,5	0,3	3,7	0,3
I.6 - Arrecadação Líquida INSS	63,0	5,3	70,9	5,5	78,3	5,5
I.7 - FGTS	0,0	0,0	1,6	0,1	1,7	0,1
II - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS/LEGAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44,7	3,8	51,5	4,0	51,0	3,6
II.1 - Transferências Constitucionais	44,7	3,8	51,5	4,0	51,0	3,6
II.1.1 - Tranf. IR e IPI	38,8	3,3	44,8	3,4	43,8	3,1
II.1.2 - Contr. Salário Educação	2,0	0,2	2,3	0,2	2,5	0,2
II.1.3 - Transf. Estados e Municípios - Royalties	3,6	0,3	4,3	0,3	4,5	0,3
II.1.4 - Outras	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0
III - RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I-II)	227,9	19,2	261,1	20,1	278,6	19,7
IV - RECEITAS FINANCEIRAS	408,2	34,5	340,7	26,3	679,9	48,1
IV.1 - Refinanciamento da Dívida Pública	213,1	18,0	220,5	17,0	522,2	36,9
IV.2 - Títulos do Tesouro Nacional	143,7	12,1	54,0	4,2	100,9	7,1
IV.3 - Retorno e Juros POOC	20,8	1,8	21,7	1,7	22,0	1,6
IV.4 - Reforma Patrimonial-Privatização	3,1	0,3	1,6	0,1	1,4	0,1
IV.5 - Remuneração das Disponibilidades	11,7	1,0	22,2	1,7	10,9	0,8
IV.6 - Receitas Próprias	8,9	0,8	8,2	0,6	8,6	0,6
IV.7 - Operações de Crédito/Ingressos	5,4	0,5	5,0	0,4	6,7	0,5
IV.8 - Demais Receitas Financeiras	1,5	0,1	7,5	0,6	7,2	0,5
V - RECEITA TOTAL (III + IV)	636,1	53,7	601,8	46,4	958,5	67,8

rolagem e emissão de títulos públicos, assim como as provenientes de privatizações. As Receitas Não-financeiras são aquelas oriundas, principalmente, de impostos e contribuições sociais, bem como aquelas não incluídas no grupo anterior, conforme o quadro abaixo.

RECEITAS PRIMÁRIAS

As projeções das Receitas Federais Primárias para o exercício de 2003 apontam para um aumento nominal de 5,5% em relação ao total reprogramado para 2002. Além da variação real do PIB e da variação média do nível de preços, outros parâmetros também afetam a estimativa de receitas primárias, tais como o câmbio, a taxa de juros, a massa salarial nominal, entre outros. Por sua vez, existem alguns itens de receitas primárias cujas estimativas não são diretamente influenciadas pelos parâmetros macroeconômicos como, por exemplo, grande parte das receitas de compensações financeiras. Algumas receitas foram afetadas também por alterações na legislação tributária, como o Imposto de Renda, por exemplo.

A estimativa das receitas tributárias e de contribuições sociais para o ano de 2003 alcança o valor de R\$ 231,0 bilhões, que representa um crescimento nominal de 3,6% em relação ao valor reestimado para 2002.

A estimativa do **Imposto de Importação – II** para 2003 expressa um crescimento nominal de 10,1% em relação ao valor projetado para 2002, passando de uma arrecadação projetada de R\$ 7,9 bilhões nesse ano para R\$ 8,7 bilhões em 2003, o que mantém sua participação no PIB. A estimativa desse imposto conjugou basicamente dois efeitos: por um lado, a variação da taxa de câmbio, e por outro o volume de importações, ambos relacionados positivamente com a arrecadação.

A arrecadação do **Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI** em 2003 deverá apresentar um aumento nominal de 10,2% em relação ao exercício de 2002, totalizando o valor de R\$ 21,7 bilhões. O IPI-Outros é a rubrica que mais contribuirá para esse resultado. Por sua vez, a projeção do IPI vinculado à importação e a participação no PIB do imposto como um todo deverão permanecer praticamente inalterados.

A arrecadação do **Imposto de Renda – IR** para 2003 está estimada em R\$ 67,0 bilhões, equivalente a 4,7% do PIB, representando uma queda de 6,2% em relação a 2002. Essa redução se explica, em primeiro lugar, por uma arrecadação atípica prevista para 2002 de aproximadamente R\$ 7 bilhões, relativa ao pagamento dos atrasados dos Fundos de Pensão. Essa receita não deverá se repetir em 2003. Por último, a redução de 27,5% para 25% da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte – Trabalho e Imposto de Renda Pessoa Física deverá implicar uma perda de R\$ 1,7 bilhão.

A estimativa de arrecadação do **Imposto sobre Operações Financeiras – IOF** para 2003 aponta um crescimento nominal em torno de 12,5%, mantendo sua participação no PIB e atingindo o patamar de R\$ 4,5 bilhões.

Com relação à **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF**, estima-se uma arrecadação para 2003 de R\$ 21,7 bilhões, o que representa um crescimento de 10,7% em relação a 2002, compatível com a variação nominal do PIB. Vale lembrar que a prorrogação desta contribuição foi aprovada sem interrupção até 2004, com alíquota reduzida no último ano de vigência.

A estimativa da **Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico Incidente sobre a Importação de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e seus Derivados, e Álcool Etílico Combustível – CIDE-Petróleo** para 2003 é de R\$ 8,8 bilhões, valor 15,8% maior que o reprogramado para 2002. Na obtenção desse valor leva-se em conta as alíquotas definidas em lei e a taxa de crescimento sobre o volume de vendas de combustíveis. Registre-se que em 2002 foram apenas 11 meses de arrecadação.

A **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS**, projetada em R\$ 50,6 bilhões para 2002, apresenta um crescimento estimado de 10,1% em termos nominais para 2003, atingindo um patamar de R\$ 55,7 bilhões, o que mantém sua participação no PIB. É importante citar que, a partir do corrente exercício, o valor da CIDE-Petróleo devido na importação e na comercialização no mercado interno de alguns produtos pode ser deduzido dos valores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. Essa dedução, contabilizada a crédito dessas duas contribuições, tem sido em média R\$ 482 milhões por mês para a COFINS.

As estimativas para 2002 da **Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP** demonstram um crescimento nominal de 10,5%, passando de R\$ 12,4 bilhões em 2002 para R\$ 13,7 bilhões em 2003, mantendo sua participação no PIB. Assim como no caso da COFINS, os valores deduzidos da CIDE-Petróleo estão sendo creditados para a Contribuição para o PIS/PASEP, atingindo uma média mensal de R\$ 144 milhões.

A arrecadação da **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL** para 2003 está estimada em R\$ 11,8 bilhões, valor 6,3% maior que o reprogramado para 2002. Essa projeção conta com R\$ 1,1 bilhão condicionado à aprovação da continuidade da alíquota em

9%.

A previsão de **Arrecadação Líquida do INSS** para 2003 é de R\$ 78,3 bilhões, com crescimento nominal de 10,4%, com relação a 2002. Apesar de algumas medidas de recuperação de crédito adotadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, como por exemplo o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, não terem apresentado a eficiência esperada, a arrecadação corrente tem mostrado tendência de crescimento. A preços de julho de 2002 (INPC-IBGE), a arrecadação de janeiro a julho apresentou crescimento real de 1,2% comparado ao mesmo período do ano anterior. Isso se deve à evolução no emprego formal, em vários setores, onde se destaca o setor agropecuário (21,0% entre janeiro e junho de 2002), segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE. O incremento na formalização do emprego é reflexo da Lei de Crimes Contra a Previdência Social (Lei nº 9.983/00).

Merece destaque a evolução orçamentária representada pelo desdobramento das receitas de contribuições para o Regime Geral de Previdência Social. Tal desdobramento é fruto de esforço conjunto da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Órgão Setorial de Orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e representa um avanço rumo à transparência. Além disso, veio ao encontro do que regem os princípios orçamentários.

As vantagens são muitas. No aspecto técnico, emergem informações valiosas aos condutores das políticas previdenciárias. Os reflexos se dão sobre a capacidade de inferência e levam a expectativas mais realistas, o que permite melhor planejamento e alocação destes recursos. Outra grande vantagem, tanto para as Instituições Públicas quanto para a sociedade, é evidenciar a parcela de contribuição de cada seguimento da economia.

A receita de **Dividendos** atinge a cifra de R\$ 4,2 bilhões, o que representa um crescimento de 13,5%. Destacam-se a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal - CEF e o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES.

A previsão de arrecadação das receitas de **Compensações Financeiras** totaliza R\$ 6,5 bilhões para 2003, valor que inclui R\$ 4,5 bilhões a serem transferidos para os Estados e Municípios. O crescimento nominal em relação à estimativa de 2002 deve-se principalmente às variações das produções petrolífera e mineral, variáveis que afetam diretamente as receitas de participação especial – produção de petróleo e de exploração de recursos minerais,

respectivamente.

Para o exercício de 2003, procurou-se aprimorar a classificação das receitas antes identificadas como Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados, que passaram a ser agrupadas em novas fontes específicas, segundo sua origem, quais sejam: Recursos Próprios Não-Financeiros, Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, Taxas por Serviços Públicos, Outras Contribuições Sociais e Outras Contribuições Econômicas.

Os **Recursos Próprios Não-Financeiros** são aqueles que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público. Para o exercício de 2003, o ingresso desses recursos está estimado em R\$ 9,6 bilhões, valor 15,7% superior ao projetado para 2002.

De acordo com as estimativas, os recursos provenientes de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, de Taxas por Serviços Públicos, de Outras Contribuições Sociais e de Outras Contribuições Econômicas apresentam crescimento significativo para o exercício de 2003, em relação ao de 2002. O incremento concentra-se nas Taxas de Fiscalização das Telecomunicações, em razão da estratégia de expansão do setor, bem como nas contribuições incidentes sobre as receitas das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sobre a receita das concessionárias e permissionárias de energia elétrica, sobre o faturamento das empresas que atuam na área de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática, e sobre as empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos, totalizando recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhões.

O total da receita de **Contribuição para o Salário-Educação**, prevista para 2003, é de R\$ 3,7 bilhões, representando crescimento de 5,7% em relação à estimativa total do ano de 2002.

A previsão de arrecadação dos recursos de **Concessões e Permissões** totaliza R\$ 1,1 bilhão para o exercício de 2003. Desse total, destaca-se cerca de R\$ 0,5 bilhão, referente à receita de bônus de assinatura de novos contratos de concessão para atividades de exploração de petróleo ou gás natural e ao pagamento pela retenção de área para exploração ou produção pelas empresas concessionárias desse setor. Cabe destacar, ainda, a previsão de ingresso de R\$ 96,0 milhões, relativos a receitas advindas de perspectivas para ampliação e modernização do setor de telecomunicações, e de R\$ 0,5 bilhão, relativo à concessão dos serviços administrativos

da folha de pagamentos dos servidores públicos federais.

RECEITAS FINANCEIRAS

A estimativa das Receitas Financeiras para o exercício de 2003 atinge o valor de R\$ 679,9 bilhões, dos quais R\$ 623,1 bilhões dizem respeito ao refinanciamento da dívida pública e à emissão de títulos do Tesouro Nacional. Com relação a 2002, o acréscimo foi de 127%, que é explicado, sobretudo, pelo encurtamento dos prazos de rolagem da referida dívida.

As receitas com privatizações no âmbito do PND atingem o valor de R\$ 1,4 bilhão. Destacam-se as privatizações do IRB – Brasil Resseguros S.A., da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP e das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. CEASA/MG, que alcançam, em conjunto, o valor estimado de R\$ 1,1 bilhão. Estima-se que o total da Receita de Reforma Patrimonial e Privatizações deverá ser 12,5% inferior ao reprogramado para 2002.

Os recursos decorrentes dos retornos das Operações de Crédito apresentam um acréscimo de 1,4%, sendo que os maiores aumentos são observados nos retornos de Operações de Crédito de Estados e Municípios e de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos, onde a estimativa é, respectivamente, de R\$ 11,4 e R\$ 5,5 bilhões, que terminam por compensar a queda na arrecadação dos retornos das Operações de Crédito do BEA/BIB e das Operações Oficiais de Crédito. No entanto, a participação destes recursos em relação ao PIB apresenta um decréscimo de 0,1%.

A estimativa dos recursos provenientes das remunerações do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil para 2003 deverá atingir R\$ 10,9 bilhões, apresentando uma queda nominal de 50,9%. Tal redução deve-se ao fato de que a arrecadação em 2002 foi influenciada pela variação cambial.

Quanto às receitas próprias financeiras, observa-se aumento de R\$ 429,2 milhões, correspondendo a um crescimento de 5,2% em relação ao valor reprogramado para 2002.

Os ingressos de Operações de Crédito registram um crescimento, em valores reais, de R\$ 1,7 bilhão, sendo, desta sorte, os recursos que apresentam o maior crescimento com relação ao PIB, pois passam de um percentual de 0,39% em 2002 para 0,47% em 2003.

Por último, as demais receitas financeiras alcançam o total de R\$ 7,2 bilhões, o que

representa um decréscimo de 3,8% em relação ao exercício de 2002. Neste grupo, inclui-se o resultado positivo do Banco Central, que deve atingir cerca de R\$ 6,4 bilhões, e os recursos de alienação de títulos mobiliários do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, que devem atingir o montante de R\$ 587,5 milhões.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

A definição dos limites de investimento levou em consideração a efetiva capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e da compatibilização dos seus dispêndios globais. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a possibilidade de utilização de recursos a definir ou a aplicação de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos discriminadas a seguir, indicam que apenas 24,7% dos investimentos são financiados por operações de créditos.

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento	
R\$ 1,00	
Descritores de Fontes	PLO 2003
Recursos Próprios	14.576.484.538
Geração Própria	14.576.484.538
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	162.553.829
Tesouro - Direto	47.646.369
Controladora	114.907.460
Operações de Crédito de Longo Prazo	5.885.877.658
Internas	1.096.000.000
Externas	4.789.877.658
Outros Recursos de Longo Prazo	3.229.908.942
Controladora	2.257.448.386
Outras Estatais	972.460.556
Total	23.854.824.967

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

As Transferências Constitucionais e Legais por repartição de receitas constantes da Proposta Orçamentária de 2003 atingem o valor de R\$ 51,0 bilhões, registrando decréscimo nominal de apenas 1,0% em relação à reprogramação para 2002. Como não houve qualquer alteração na legislação relativa às referidas transferências, esta pequena variação se dá pela

queda da receita do IR.

IV. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Em meio às transformações ocorridas na Administração Pública Federal nos últimos anos é possível perceber a busca constante pela racionalização e modernização das atividades desenvolvidas pelo Estado. Merecem destaque as reformas institucionais realizadas, incluindo a reestruturação de órgãos, a criação das agências reguladoras, e o comprometimento do Governo em dar continuidade ao processo de captação de pessoal qualificado e de desenvolvimento e profissionalização dos servidores públicos federais. Neste contexto torna-se relevante a análise do comportamento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais da União, por se tratar de um importante indicador das ações e políticas priorizadas pelo Governo Federal.

As ações relativas à política salarial demonstram a preocupação do Governo em equilibrar a diferença existente entre o setor público e o privado, com o objetivo de atrair e reter pessoas qualificadas. Dentre as medidas de caráter remuneratório encontram-se a instituição de gratificações por desempenho, a reestruturação de carreiras e a revisão de remunerações e de gratificações no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e no Ministério Público da União.

Para o exercício de 2003, o Orçamento prevê gastos da ordem de R\$ 76,9 bilhões para pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista da União. O crescimento dessa despesa, de 4,8% em relação a projeção do total da despesa para o exercício de 2002, deve-se à concessão de reajustes e às mais de 16.000 novas contratações ocorridas somente no Poder Executivo neste exercício. Cabe esclarecer que os gastos do Poder Legislativo representam 4,0% do total, do Poder Judiciário e Ministério Público da União 13,9% e do Poder Executivo 82,1%. A evolução da despesa com pessoal da União demonstra um significativo crescimento da remuneração média dos servidores, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Poderes	1995		2002 (estimativas)		Aumento % na remuneração média
	Despesa total (R\$ bilhões)	Remuneração Média Cívica (R\$ 1,00)	Despesa total (R\$ bilhões)	Remuneração Média (R\$ 1,00)	
Executivo	33,4	1331	61,1	2513	88,8%
Legislativo	1,2	3924	2,9	6953	77,2%
Judiciário	3,1	2753	9,4	6637	141,1%

A composição dos R\$ 76,9 bilhões destinados ao pagamento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União inclui a folha de pagamentos referente aos servidores civis e militares, ativos e inativos e aos pensionistas; a concessão da revisão geral de remuneração aos servidores civis; o pagamento de parcelas do passivo referentes aos índices de 28,86% e de 3,17% nos termos da legislação vigente; a contribuição a entidades de previdência privada; as dotações destinadas ao pagamento de liminares, precatórios e sentenças judiciais além da contratação de novos servidores e da reestruturação remuneratória de cargos e carreiras.

Vale destacar que a política de recrutamento e seleção que vem sendo implementada está alterando o perfil do profissional do setor público. Em 1995, 39% dos ingressos foram para cargos de nível superior. No período 1996-2002 este índice foi de 73%.

A qualificação dos novos ingressos no âmbito do Poder Executivo fez com que a participação dos servidores com nível superior em relação ao total fosse elevada de 34,8%, em 1995, para 53,2% em 2002.

Cabe ressaltar que os recursos reservados para as despesas decorrentes de nomeações, novas contratações, revisões remuneratórias e remanejamentos de cargos e funções, no âmbito do Poder Executivo, estão alocados em ações específicas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No que concerne ao Poder Legislativo estão reservados R\$ 26,6 milhões para nomeação de novos servidores objetivando complementar o quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Dentre as dotações reservadas para o Legislativo foram considerados recursos com o objetivo de dar continuidade à implementação do plano de carreira concedido aos servidores do Senado Federal em 2002, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No âmbito do Poder Judiciário, merece destaque a aprovação de leis que concedem reajustes e promovem adequação nos planos de carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Os efeitos financeiros decorrentes da aprovação das mencionadas leis podem ser percebidos a partir de 2002. Porém, é importante esclarecer que o impacto orçamentário anual desses planos consta da Proposta Orçamentária para 2003. Dentre as autorizações que aumentam as despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário é possível destacar:

- Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, que reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, especificamente os cargos de Auxiliar Judiciário, Técnico Judiciário e Analista Judiciário. Estabelece novos vencimentos básicos, critérios para progressão funcional e promoção e qualifica a carreira judiciária como atividade exclusiva do Estado. Fixa também regras de remuneração das Funções Comissionadas.
- Lei nº 10.474, de 27 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos membros da magistratura da União.
- Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, que promove adequações no plano de carreira dos servidores do Ministério Público da União, realiza o desmembramento da carreira de Analista e Técnico do Ministério Público da União e qualifica a carreira como atividade exclusiva do Estado. A Lei ainda prevê dispositivos sobre os sistemas de remuneração de cargos e funções comissionadas e sobre os requisitos para ocupar cargos no âmbito do MPU.
- Lei nº 10.477, de 27 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.

No âmbito do Poder Executivo pretende-se dar continuidade à revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras. A Proposta Orçamentária para 2003 destina R\$ 238,1 milhões ao Poder Executivo com objetivo de prosseguir a revisão seletiva da remuneração de algumas categorias funcionais.

Algumas medidas já foram implementadas por meio de dispositivos legais sancionados no decorrer do exercício de 2002, e causarão impacto orçamentário em 2003, sendo possível destacar:

- Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, devida aos servidores do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal.
- Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, que reestrutura a tabela de remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial – NES, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dos Cargos de Direção - CD e das Funções Gratificadas - FG das Instituições Federais de Ensino.
- Lei nº 10.472, de 25 de junho de 2002, que estabelece o posicionamento dos

servidores constantes da carreira de Especialista em Meio Ambiente na tabela de vencimentos instituída pela lei de criação desta carreira.

- Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que atribui novos valores aos vencimentos básicos de Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria e institui gratificações de desempenho aos integrantes dessas carreiras.
- Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo – GDAA.
- Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, que estrutura a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, envolvendo servidores integrantes dos quadros de pessoal dos Ministérios da Saúde, Previdência e Assistência Social, Trabalho e Emprego e da FUNASA. Também cria a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST.
- Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, para os ocupantes dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dispõe também sobre a criação, para provimento a partir de 1º de janeiro de 2003, de cargos de Fiscal Federal Agropecuário visando atender situações emergenciais e permanentes ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal e vegetal, decorrentes da inserção do Brasil no mercado mundial.
- Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, que estrutura a carreira de Inteligência, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência e cria a Gratificação de Desempenho de Atividades do Grupo Informações – GDAGI, para os ocupantes de cargos do Grupo de Informações.
- Medida Provisória nº 43, de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre o pagamento de *pro-labore* aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional.
- Medida Provisória nº 45, de 25 de junho de 2002, que cria a Gratificação de Qualificação e Desempenho - GQD, para os ocupantes dos cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de Analista do Banco Central do Brasil e de Técnico do

Banco Central do Brasil.

- Medida Provisória nº 46, de 25 de junho de 2002, que promove reestruturação e organização das carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho. Também instituí a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT, em substituição à Retribuição Adicional Variável e à Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação.
- Medida Provisória nº 47, de 26 de junho de 2002, que estrutura a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e instituí a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA.
- Medida Provisória nº 48, de 26 de junho de 2002, que estrutura os cargos efetivos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – DACTA e cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA.
- Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, que cria cargos de Guarda da Polícia Federal e de Especialista em Informações Policiais.
- Medida Provisória nº 52, de 4 de julho de 2002, que cria a Carreira de Supervisão do Sistema de Saúde, composta pelo cargo de Especialista em Supervisão e Avaliação do Sistema de Saúde e institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Supervisão e Avaliação do Sistema de Saúde – GDASS.

Adicionalmente, os efeitos da Medida Provisória nº 2.079, de 25 de janeiro de 2001, que concedeu aumento aos servidores militares de modo parcelado, só foram inteiramente incorporados a folha de pagamento no segundo semestre de 2002.

Em continuidade às ações anteriormente descritas e em cumprimento ao art. 77 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 - (LDO 2003), o Quadro VI, anexo à Proposta Orçamentária, apresenta um demonstrativo que autoriza, no âmbito de todos os Poderes, a concessão de vantagens, a admissão de novos profissionais, a criação de cargos, empregos e funções e as alterações na estrutura remuneratória de cargos e carreiras. Cabe salientar que as eventuais contratações e revisões de remuneração deverão observar cumulativamente as limitações decorrentes dos quantitativos indicados e a disponibilidade de recursos previstas.

V. SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

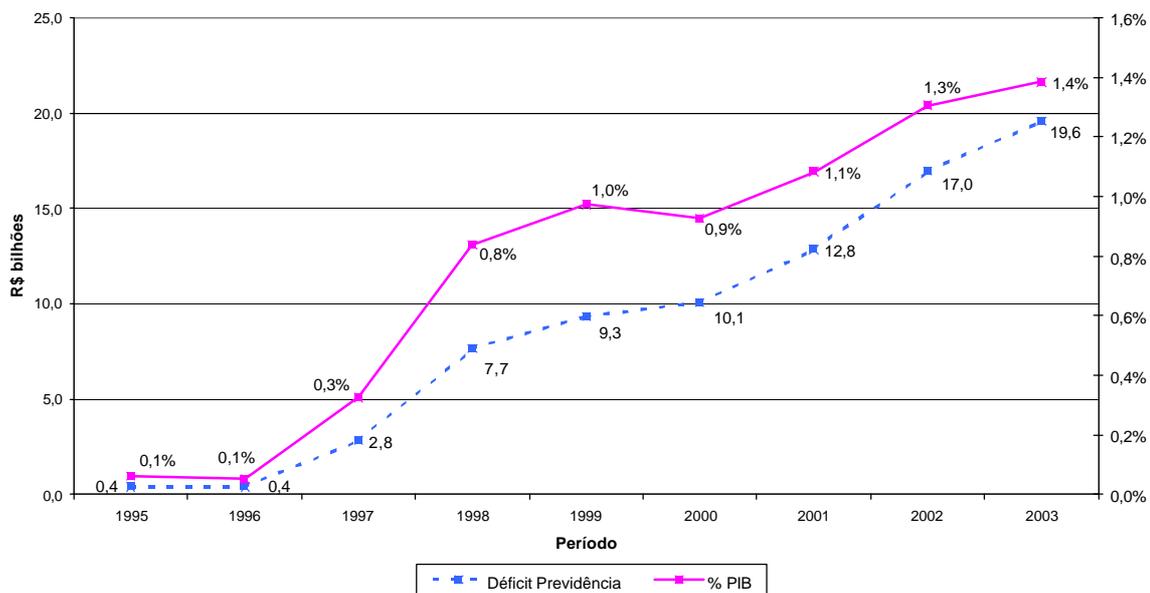
O Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos federais e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS dos trabalhadores privados, ambos gerenciados pelo Governo Federal, apresentam, para 2003, déficit conjunto de R\$ 47,4 bilhões, que corresponde a aproximadamente 3,4% do PIB. Deste valor, o déficit do RGPS para 2003 será de R\$ 19,6 bilhões, atingindo 1,4% do PIB, enquanto o déficit do Sistema Previdenciário Público esperado será de R\$ 27,8 bilhões, o que representa 2,0% do PIB.

REGIME DE PREVIDÊNCIA DO SETOR PRIVADO

Em relação ao RGPS, com base em projeções de crescimento da arrecadação líquida previdenciária e dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, verifica-se, para o exercício financeiro de 2003, um crescimento do déficit de 15,4% quando comparado à projeção para 2002. Tal estimativa, mantidas as premissas em que se baseou, sinaliza uma desaceleração no crescimento do déficit da Previdência em relação aos dois últimos anos, que foi em média na ordem de 30%. O elevado crescimento observado em 2000 e 2001 é explicado, essencialmente, pelo aumento real do salário mínimo nesses exercícios.

Estima-se, para 2003, um aumento da arrecadação líquida e dos gastos com benefícios referentes ao sistema previdenciário do setor privado, de cerca de 9% e 10%, respectivamente. Tais valores foram estimados levando em consideração os parâmetros a seguir discriminados:

Evolução do Déficit da Previdência Preços Correntes e % PIB



No tocante à arrecadação líquida da previdência, destacam-se os seguintes aspectos:

- tendência de elevação na participação de empregados com carteira assinada, que é consequência, principalmente, da Lei nº 9.983 de 2000, a chamada Lei de Crimes contra a Previdência Social, como também da implantação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP; e
- meta de recuperação de créditos definida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS para 2003, correspondente a R\$ 5,7 bilhões, 16,5% superior à de 2002. Esse valor compreende depósitos judiciais, quitação de débitos, valores referentes ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, arrecadação decorrente da minuta de projeto de Lei de conversão da MP nº 38, de 14 de maio de 2002, que prevê a inclusão de novos parcelamentos de débitos com o INSS, com extensão do prazo de pagamento até o início de 2003, bem como parcela referente ao anteprojeto de lei que determina que a contribuição de autônomos seja retida pela empresa a qual eles prestam serviços.

Em relação às despesas com benefícios, as mesmas atingem, para 2003, 6,9% do PIB, o que demonstra uma redução no ritmo de seu crescimento. Um dos fatores decisivos para essa

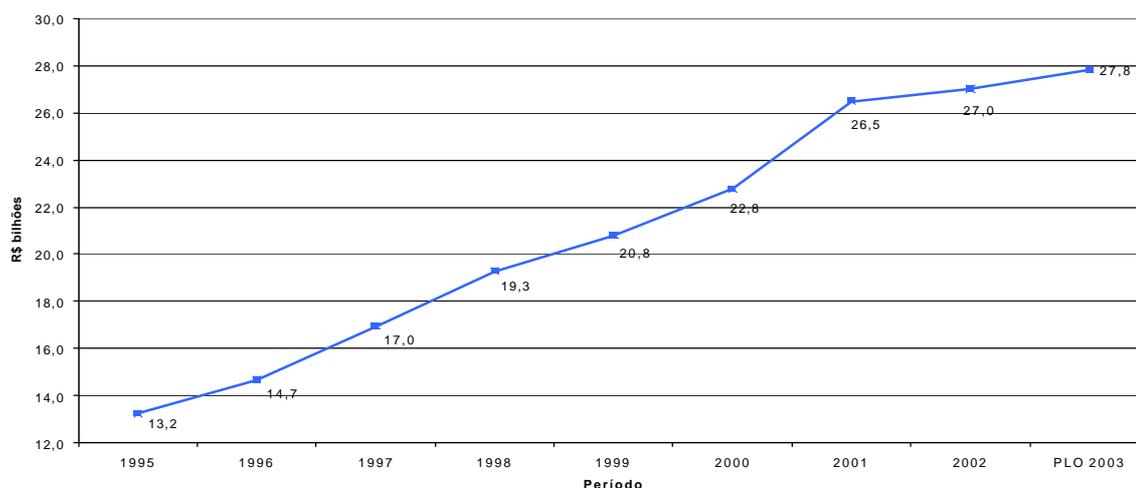
redução foi a introdução da Emenda Constitucional nº 20, que inibiu as aposentadorias precoces.

REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O sistema previdenciário público do Governo Federal apresenta, para 2003, uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 27,8 bilhões, o que representa 2,0% do PIB.

Em termos percentuais, observa-se um significativo crescimento do déficit em relação ao PIB entre 2000 e 2001, decorrente em parte do pagamento da primeira parcela do reajuste dos militares inativos, cuja participação na folha de pagamentos aumentou de 13,5% em 2000 para 16,8% em 2001. A partir de 2002, a tendência é de leve diminuição do déficit em relação ao PIB.

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO



A partir da análise do montante do déficit público, contudo, verifica-se uma tendência crescente, resultante do desequilíbrio entre as receitas das contribuições com o Plano de Seguridade do Servidor e Pensões dos Militares e as despesas com os benefícios.

Objetivando reverter este desequilíbrio a médio prazo, o atual governo propôs algumas medidas ao Congresso Nacional. Algumas dessas medidas encontram-se, ainda, em tramitação naquela Casa, como é o caso do Projeto de Lei Complementar nº 9/99, que regulamenta a Previdência no Serviço Público, limitando a responsabilidade dos entes públicos ao teto do INSS e criando o regime de previdência complementar para os novos servidores. Ademais, encontra-se, ainda, no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 136 que

institui a contribuição previdenciária para os servidores inativos.

Dada sua magnitude, o déficit figura como um dos principais problemas fiscais do país, tornando-se inevitável o seu enfrentamento pelo novo governo.

VI. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL

O estoque apurado da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em julho de 2002 alcançou R\$ 754,2 bilhões, dos quais R\$ 541,4 bilhões em mercado e R\$ 212,8 bilhões na carteira do Banco Central. Estima-se que o estoque deverá reduzir-se para R\$ 738,3 bilhões em dezembro de 2002, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	R\$ Bilhões		
Dívida Mobiliária Federal Interna	Mercado	BACEN	TOTAL
Estoque em Julho de 2002	541,4	212,8	754,2
(+) Emissões Oferta Pública	67,9	53,0	121,0
(+) Emissões por Colocação Direta*	4,9	0,0	4,9
(-) Pagamentos	110,5	50,4	161,0
Principal	99,6	46,2	145,8
Juros	10,9	4,2	15,1
(+) Juros Nominais Competência	58,6	-39,4	19,2
(=) Estoque em Dezembro de 2002	562,3	176,0	738,3

* As emissões por colocação direta referem-se à securitizações diversas que deverão ser realizadas de agosto a dezembro/2002, com a emissão de NTN-C, título indexado ao IGP-M.

O ano de 2002 tem-se caracterizado por variações significativas no comportamento do mercado decorrentes, principalmente, da evolução dos cenários nacional e internacional e das expectativas de eventos a eles associados. Como consequência, o primeiro semestre apresentou resgate líquido de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, o que deverá persistir até o mês de outubro, quando, a partir de então, estimam-se emissões em mesmo montante dos vencimentos previstos.

Ao final do exercício de 2003, por sua vez, o estoque da dívida deverá atingir R\$ 884,0 bilhões. A variação de R\$ 145,7 bilhões em relação a 2002 deve-se, principalmente, à apropriação de juros nominais pelo critério de competência da ordem de R\$ 121,9 bilhões,

conforme evidencia o quadro a seguir:

			R\$ Bilhões
Dívida Mobiliária Federal Interna	Mercado	BACEN	TOTAL
Estoque em Dezembro de 2002	562,3	176,0	738,3
(+) Emissões Oferta Pública	435,4	164,0	599,4
(+) Emissões por Colocação Direta	7,0	12,0	19,0
(-) Pagamentos	409,4	185,1	594,5
Principal	364,9	164,0	528,9
Juros	44,4	21,1	65,6
(+) Juros Nominais Competência	95,6	26,3	121,9
(=) Estoque em Dezembro de 2003	690,9	193,2	884,0

No ano de 2003 serão destinados R\$ 14,3 bilhões de recursos de fontes primárias e R\$ 32,9 bilhões decorrentes das outras fontes financeiras para abatimento da dívida bruta. Dessa forma, a partir de uma necessidade orçamentária total de R\$ 594,5 para fazer face às despesas com a dívida no exercício de 2003, as emissões necessárias para cobrir esse déficit são de R\$ 547,3 bilhões. Adicionando-se a necessidade de captação de R\$ 52,1 bilhões para fazer face a outras despesas que serão financiadas com a emissão de títulos (dívida contratual interna, dívida externa, honra de garantias da União, FUNDEF, Lei Kandir, RECOOP, entre outras ações.), chega-se ao total de emissões por oferta pública a serem realizadas no exercício (R\$ 599,4 bilhões).

As emissões especiais, no valor de R\$ 19,0 bilhões, no exercício fiscal de 2003, decorrem dos seguintes fatores:

- emissão de títulos de curto prazo do Tesouro Nacional para cobertura do resultado negativo apresentado pelo Banco Central no primeiro semestre de 2002, atualizado monetariamente, conforme estabelece o artigo 7º da Lei Complementar n.º 101/00-LRF, no valor de R\$ 12,0 bilhões;
- emissão para o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES) no valor de R\$ 5,2 bilhões;
- emissão de R\$ 1,1 bilhão em NTN-I, destinadas ao Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); e
- emissão de R\$ 0,7 bilhão em NTN-C para securitizações diversas.

Com relação ao exercício de 2002, estima-se que as emissões financeiras por oferta pública totalizarão, no período de agosto a dezembro, R\$ 121,0 bilhões. A estratégia de emissão

utilizada no refinanciamento da dívida pública possui prazo médio ponderado de emissão de 2,8 meses para as emissões realizadas em mercado, e 3,4 meses para os títulos emitidos para a carteira do Banco Central.

Em 2003, projeta-se que as emissões por meio de oferta pública alcancem R\$ 599,4 bilhões, com prazo médio ponderado de 8,0 meses para as emissões em mercado e 9,7 meses para as emissões realizadas para o Banco Central. O aumento do prazo médio de emissão em mercado em relação ao segundo semestre de 2002 decorre da expectativa de que se deve observar uma gradual normalização das operações do mercado financeiro ao longo de 2003.

Comparando os valores da Proposta Orçamentária de 2003 com aqueles das propostas de 2002 e 2001, conforme quadro a seguir, observa-se que os valores da proposta de 2003 mostram crescimento em relação a 2002 em decorrência da redução do prazo de emissão destinado ao refinanciamento da dívida.

	R\$ Bilhões		
	PLO 2001	PLO 2002	PLO 2003
Resgate da DPMFi	94,5	75,9	101,9
= Encargos	51,7	34,0	65,6
= Principal	42,8	41,9	36,3
Refinanciamento da DPMF	519,5	205,3	492,6

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

O estoque de dívida externa ao final de 2003 deverá chegar ao equivalente a R\$ 228,8 bilhões, em razão do volume esperado de captações e de financiamentos externos, cuja previsão é em montante superior às amortizações do período.

Dívida Externa	R\$ bilhões			
	Estoque(*)			
	Dez/2001	Jul/2002	dez.02	dez.03
Contratual	56,0	58,5	57,6	50,5
Mobiliária	155,6	164,5	162,9	178,3
Total	211,6	223	220,5	228,8

(*) Para fins de comparação, todos os valores foram convertidos à taxa de R\$2,90/US\$.

No que diz respeito à atuação do Brasil no mercado financeiro internacional, deverá ter continuidade a estratégia que vem sendo implementada com sucesso nos últimos anos. Referida

estratégia tem por objetivos básicos, além do alongamento de prazos e redução de custos, o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros nos principais mercados financeiros (euro, dólar americano e iene).

Pretende-se também dar continuidade ao processo de substituição da dívida externa reestruturada por papéis mais simples e convencionais, ao amparo da Resolução nº 69/96, do Senado Federal, aproveitando-se de oportunidades que permitam alcançar os objetivos anteriormente mencionados, bem como realizar operações de recompra de títulos com resgate entre 2004 e 2006, minimizando a necessidade de rolagem neste período. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais também poderão ocorrer, objetivando consolidar as reformas estruturais implementadas e o financiamento de projetos prioritários de governo.

VII. AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

(INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2003, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento reservam R\$ 45,6 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais. O resultado representa aumento do fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Daquele total, o valor de R\$ 9,5 bilhões referem-se a transferências entre as empresas integrantes do grupo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Daí resulta um volume de R\$ 36,1 bilhões para a concessão líquida de crédito.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal e com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume

de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de serviços industrial, rural, intermediação financeira, habitação e outros. Em obediência às limitações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Em conformidade com a Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (LDO - 2003), dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da federação, setor de atividade e fonte de recursos – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a ser encaminhado ao Congresso Nacional em até 15 dias após o encaminhamento da proposta.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2003, com o valor de R\$ 2,5 bilhões, destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,2 bilhão estão reservados aos projetos que envolvem a instalação e modernização de agências e postos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

No total de investimentos propostos para o exercício de 2003, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal detêm participação de 52,6% e 33,2%, respectivamente.

ANEXO DA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

Em atendimento ao disposto no art. 10, § 2º, III, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 – LDO 2003, segue a avaliação das necessidades de financiamento do governo central. Para tanto, encontram-se discriminados os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário, bem como os principais parâmetros utilizados para

a estimativa, conforme exigência da alínea “b”, do inciso III acima mencionado.

De modo a diagnosticar a evolução dos principais agregados apresentam-se, na tabela abaixo, os resultados primário e nominal observados na execução 2001, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2002, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2003.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO FEDERAL

Discriminação	R\$ bilhões							
	Realizado/01		PL 2002		2002 - Reprog.		2003 - PLO	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. RECEITAS, EXCETO PREVIDÊNCIA SOCIAL	209,6	17,69	238,7	18,29	240,0	18,50	249,6	17,66
1. Receitas Administradas	184,4	15,56	206,1	15,79	211,7	16,31	220,9	15,63
Impostos	91,7	7,74	100,2	7,68	102,9	7,93	101,8	7,20
Contribuições e Demais Tributos	92,7	7,82	105,9	8,11	108,7	8,38	119,2	8,43
2. Receitas Não-Administradas	25,2	2,13	32,6	2,50	28,4	2,19	28,7	2,03
Concessões	4,4	0,37	6,4	0,49	1,6	0,13	1,1	0,08
Dividendos	3,2	0,27	2,9	0,22	3,7	0,28	4,2	0,30
Cota-Parte de Compensações Financeiras	4,7	0,40	5,4	0,41	6,4	0,50	6,5	0,46
Receitas Próprias	7,3	0,62	8,8	0,68	8,3	0,64	9,6	0,68
Demais Receitas	5,5	0,47	7,2	0,55	8,4	0,65	7,2	0,51
II. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	43,2	3,65	47,1	3,61	49,8	3,84	49,7	3,52
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	166,4	14,04	191,6	14,68	190,2	14,66	199,9	14,14
IV. DESPESAS, EXCETO PREVIDÊNCIA SOCIAL	131,1	11,07	148,7	11,40	143,4	11,05	148,6	10,51
1. Pessoal e Encargos Sociais	64,9	5,48	68,5	5,25	71,7	5,53	76,4	5,41
2. Outras Despesas Obrigatórias	34,1	2,88	42,2	3,23	42,2	3,25	40,2	2,84
3. Despesas Discricionárias	32,2	2,71	38,0	2,91	29,5	2,27	32,0	2,26
Legislativo/Judiciário/MPU	2,0	0,17	2,6	0,20	2,7	0,21	2,7	0,19
Poder Executivo	30,2	2,55	35,4	2,71	26,8	2,06	29,3	2,07
V. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-12,8	-1,08	-13,6	-1,05	-17,0	-1,31	-19,6	-1,38
1. Receitas do INSS	63,0	5,32	69,6	5,34	70,9	5,46	78,3	5,54
2. Benefícios da Previdência	75,8	6,40	83,3	6,38	87,9	6,77	97,9	6,92
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,4	-0,04			0,8	0,07		
VII. RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL E SEG. SOCIAL (III+V+VI)	22,0	1,86	29,2	2,24	30,7	2,36	31,8	2,25
VIII. JUROS NOMINAIS	47,3	3,99	72,9	5,59	54,6	4,21	67,5	4,77
IX. NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VII - VIII)	-25,3	-2,13	-43,7	-3,35	-23,9	-1,84	-35,7	-2,53
X. PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	7,6	0,64	7,5	0,57	7,5	0,57	7,8	0,55
XI. PRIMÁRIO UNIÃO (VII + X)	29,6	2,49	36,7	2,81	38,2	2,94	39,6	2,80

(*) Considera: Valor Mínimo com Saúde (EC nº 29), Subsídios e Subvenções, Abono Salarial e Seguro Desemprego, Sentenças Judiciais, LC nº 87, Fundef complementação, LOAS, doações, despesas primárias do FDA e FDNE e indenizações Proagro.

(**) Não considera, tanto na receita como na despesa, a complementação da atualização do FGTS, visto que o resultado primário desta conta é nulo.

Crítério Caixa: (+) Superávit (-) Déficit

O resultado primário implícito no Projeto de Lei Orçamentária - PLO para 2003 é de R\$ 39,6 bilhões, correspondente a 2,8% do PIB, conforme determinação contida no art. 15 da LDO 2003. Desse valor R\$ 31,8 bilhões referem-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 7,8 bilhões à execução do programa de dispêndios globais das empresas estatais federais.

A responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta, é do Banco Central do Brasil - BACEN.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS

FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E OS PARÂMETROS UTILIZADOS

O cálculo das Necessidades de Financiamento é baseado em metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais. Os valores apresentados encontram-se em Reais bilhões correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas, especialmente dos itens de receita, são os apresentados no quadro abaixo:

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS REALIZADAS / PROJETADAS

	2000	2001	2002	2003
Crescimento real do PIB (% a.a.)	4,36%	1,51%	1,50%	3,00%
Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 meses)	9,80%	10,40%	8,80%	6,00%
Inflação IGP - DI (% a.a. - Índice médio)	13,76%	10,37%	9,48%	7,39%
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez.)	1,96	2,32	2,90	2,90
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	1,83	2,35	2,70	2,90
Taxa de juros nominal (% a.a. - 12 meses)	17,43%	17,32%	18,34%	16,26%

A mudança no cenário macroeconômico, refletido na desaceleração da economia mundial e na aprofundamento do risco associado a países emergentes, provocou nova estimativa dos parâmetros discriminados no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2003. Dessa forma, o crescimento real do PIB para o próximo ano foi reestimado em 3,0%, o crescimento do IGP-DI em doze meses para 6,0% e a taxa de câmbio média praticada foi reprojeta para R\$ 2,90.

Essa reavaliação nos parâmetros exigiu revisão da meta de resultado primário em valores nominais, constante do Anexo de Metas Fiscais, em virtude da queda do valor do PIB nominal considerado. Assim, para se atingir um superávit primário de 2,8% do PIB, a nova meta nominal para o governo central passou para R\$ 39,6 bilhões, sendo R\$ 31,8 bilhões para os orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 7,8 bilhões para o programa de dispêndios globais das empresas estatais federais.

RECEITAS, EXCETO PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para a apuração dos resultados primário e nominal, são consideradas apenas as receitas não-financeiras ou primárias, excluindo-se as provenientes de privatização.

A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens que integram a receita primária:

Administradas: incluem todos os impostos e algumas contribuições, tanto sociais quanto as de intervenção sobre o domínio econômico, arrecadados pela União e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda - SRF. Também são computadas outras contribuições e taxas administradas pela SRF nessa rubrica, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da Federação, que se encontram em item específico. As estimativas dessas receitas são determinadas, primordialmente, pelos seguintes indicadores econômicos: crescimento real do PIB e IGP-DI médio da Fundação Getúlio Vargas. O primeiro está diretamente relacionado à influência do nível de atividade econômica sobre a arrecadação, e o segundo à correção nominal dos valores ao longo do exercício.

Concessões: compõe-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2003 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas em decorrência da exploração de petróleo, xisto ou gás, de recursos minerais e de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesse caso, variáveis como a produção e a cotação internacional do barril de petróleo, e a geração de energia, assumem papel fundamental para estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: englobam, além dos recursos provenientes de doações e convênios, todas as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços. Assim como no caso das receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento real do PIB e elevação média do IGP-DI.

Demais receitas: neste grupo destacam-se o salário-educação, as pensões militares e outras taxas e contribuições vinculadas a diversos órgãos da Administração Pública Federal.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram esta rubrica as transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, por repartição de receitas da União, como é o caso dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, do IPI Exportação, do IOF ouro, do ITR, do salário-educação, das compensações financeiras e das receitas de concurso de prognósticos.

Cumprе esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, onde são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, faz-se um ajustamento pela diferença entre os valores orçados, por competência, e a previsão de pagamento efetivo, por caixa. Esse ajustamento denomina-se *float* que, no caso das transferências para os Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2002, repassados em 2003, e os de 2003, repassados em 2004. Para o exercício de 2003, estima-se um *float* de R\$ 94,7 milhões nesse item.

Também são computados nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa, que perfaz em 2003 o montante de R\$ 1,4 bilhão, é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e acaba por refletir o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo aí taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios previstos na legislação vigente. Vale ressaltar que nessa estimativa já foi considerado o impacto da Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002, que diz respeito às operações de crédito rural contratadas ao amparo do PROCERA e do PRONAF e à concessão do bônus de adimplência nos financiamentos rurais concedidos com recursos dos fundos constitucionais.

DESPESAS, EXCETO BENEFÍCIOS
PREVIDENCIÁRIOS

Do lado das despesas, para apuração dos resultados primário e nominal, leva-se em conta apenas os gastos não-financeiros ou primários, que excluem os pagamentos de amortizações da dívida pública, assim como as despesas que geram créditos da União junto a terceiros, chamadas de despesas financeiras.

Ressalta-se que toda a reserva de contingência está considerada como despesa financeira, por não se referir a despesa efetiva, e sim a uma possível fonte para abertura de créditos adicionais ao longo da execução orçamentária.

Vale lembrar também que consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2003, em todas as categorias de programação de despesa, código identificador de sua natureza primária, conforme determinado no § 7º, do art. 5º da LDO 2003.

A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais: estão incluídos os dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período, englobando toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”. Assim como o item de Transferências Constitucionais, o valor dessa rubrica é ajustado por *float* específico, correspondente à variação da folha de pagamentos do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2002 e 2003, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência), serão pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse *float* para 2003 é de R\$ 463,2 milhões.

Outras Despesas Obrigatórias: são classificadas nesta rubrica as despesas primárias dos grupos de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Inversões Financeiras” e “Investimentos” que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, excetuadas as transferências constitucionais e os benefícios da previdência, que são apresentados em destaque. As despesas obrigatórias aqui elencadas não coincidem necessariamente com aquelas previstas no art. 100 da LDO 2003 e são compostas pelas ações relativas às seguintes despesas:

- gastos correntes e de capital do **Ministério da Saúde**, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e com o art. 57, II, § 2º da LDO 2003;
- os **Subsídios e Subvenções** no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério das Minas e

Energia, uma vez que representam obrigações contratuais;

- outras despesas de caráter obrigatório: pagamentos relativos aos programas de **Seguro Desemprego e Abono Salarial, Sentenças Judiciais**, transferências pela **Lei Kandir** (Leis Complementares n^{os} 87/96 e 102/00), complementação da União ao **Fundef**, benefícios **da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**, indenizações relativas ao **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO** e despesas financiadas com recursos de **doações**.

Além das ações acima elencadas, também é computada no âmbito das despesas obrigatórias, a parcela primária relativa às inversões realizadas pelos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. A projeção dessa parcela é realizada com base na hipótese de que 15% de metade das aplicações dos recursos dos Fundos, nos empreendimentos privados, será convertida em ações e, portanto, investimentos, conforme dispõe o regulamento constante dos Decretos n^o 4.253 e 4.254, de 31 de maio de 2002. A outra parte da participação dos Fundos nos projetos será considerada como aplicação financeira na forma de debêntures.

Despesas Discricionárias: classificam-se nesta rubrica as despesas primárias de execução não obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Atente-se que, caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, esta limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9^o da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 67 da LDO para 2003.

Por princípio, na elaboração orçamentária, assume-se que o *float* de despesas discricionárias, assim como das outras despesas obrigatórias não mencionadas, seja nulo, admitindo-se que o volume dessas despesas de exercícios anteriores a serem pagas em 2003 seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2004.

RESULTADO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Arrecadação Líquida da Previdência: refere-se à arrecadação da Contribuição dos

Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista nos incisos I e II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do sistema “S”. Dado que se refere a contribuição incidente sobre folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimação o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa e do rendimento nominal médio, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões e demais auxílios devidos pelo INSS. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa para esses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE, utilizado para a correção dos benefícios para manutenção de seu poder real, e o salário mínimo, dado que constitui no valor mínimo para aqueles e cuja alteração, portanto, afeta necessariamente a despesa total com benefícios.

Também é estimado *float* para as despesas com benefícios previdenciários, calculado da mesma forma que o estimado na rubrica de pessoal, ou seja, pela variação da folha do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2002 e 2003. Estima-se, para 2003, um montante de R\$ 643,9 milhões correspondente a esse *float*.

RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Essas despesas são apuradas pelo regime de competência e, na prática, correspondem ao componente financeiro do resultado fiscal.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas Petrobrás Internacional S.A. - Braspetro, Fronape International Company - FIC e Petrobrás International Finance Company – PIFCo e 5283 Participações Ltda., do Grupo Petrobrás, que, por atuarem

exclusivamente no exterior, não afetam os agregados macroeconômicos internos. As instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que o nível de endividamento dessas empresas não é computado no total da dívida líquida.

O resultado fiscal das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Conforme Quadro a seguir, estima-se que as empresas estatais federais deverão gerar superávit primário de R\$ 7,8 bilhões, equivalentes a 0,55 % do PIB, valor compatível com o montante fixado no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (LDO – 2003).

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL		
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG - Exercício de 2003		
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO - NEFIL (acima da linha)		
Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (LDO), art. 10, § 2º, VI		
DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	160.872	11,31
- Operacionais	139.211	9,79
. Venda de Bens/serviços	135.414	9,52
. Demais Operacionais	3.797	0,27
- Financeiras	7.463	0,52
- Demais Não Operacionais	4.084	0,29
- Outras Receitas	7.234	0,51
- Transferências do Tesouro Nacional	2.880	0,20
II - DESPESAS TOTAIS	148.884	10,47
- Pessoal e Encargos Sociais	8.119	0,57
- Encargos Financeiros	7.759	0,55
- Outros Custeios	107.772	7,58
- Materiais e Produtos	28.379	2,00
- Serviços de Terceiros	11.959	0,84
- Tributos e Encargos Parafiscais	45.046	3,17
- Demais Custeios	22.388	1,57
- Investimentos	17.706	1,25
- Outros Dispêndios de Capital	7.528	0,53
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	(4.774)	(0,34)
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	(153)	(0,01)
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	1.564	0,11
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	(3.057)	(0,21)
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	7.214	0,51
V - Correção Monetária	(25)	(0,00)
VI - RESULTADO OPERACIONAL (IV + V)	7.189	0,51
VII - Juros Líquidos (Despesa - Receita)	3.377	0,24
VIII - RESULTADO PRIMÁRIO (VI + VII)	10.566	0,74
IX - Transferências ITAIPU/EMGEA	2.744	0,19
X - RESULTADO PRIMÁRIO LÍQUIDO (VIII - IX)	7.822	0,55

OBS.: Valores positivos = superávit

Para o cálculo do resultado das empresas estatais, sob a ótica de regime de caixa, são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas, excluindo-se aquelas provenientes de privatização, por se tratarem de receitas patrimoniais, não usuais. Por

outro lado, são abatidas todas as despesas correntes e de capital, inclusive dispêndios com investimentos e exclusive as amortizações de operações de crédito. Para a apuração do resultado primário, são também excluídas as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das estatais estão expressas segundo o regime de competência, para chegar-se ao resultado primário utiliza-se a rubrica “Ajuste de Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber” e “Contas a Pagar”.

A obtenção do superávit primário das estatais está pautada, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços. Do total dessas receitas, estimadas para 2003 em R\$ 135,4 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por 74,1% (R\$ 100,3 bilhões), seguido pelo Grupo Eletrobrás com 13,9% (R\$ 18,8 bilhões).

As demais receitas não-operacionais decorrem, basicamente, de transferências de bens patrimoniais para outras empresas, fora do programa de desestatização, da alienação de valores mobiliários, de aluguéis e outras. Nessa rubrica está incluída a estimativa de ingresso de recursos para a Petrobrás *holding*, decorrente da conclusão de negócios relacionados a *Projects Finances*. As outras receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos. Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano e com os planos de cargos e salários de cada empresa.

A rubrica “Materiais e Produtos” indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2003, de R\$ 28,4 bilhões, o Grupo PETROBRÁS é responsável por R\$ 17,7 bilhões (62,3%), que se destinam, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo. O Grupo Eletrobrás, por sua vez, deverá gastar cerca de R\$ 10,2 bilhões, em virtude, principalmente, da aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional e por produtores independentes.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. O Grupo Petrobrás despenderá cerca de R\$ 7,3 bilhões, que representam aproximadamente 60,8% do total estimado de gastos - R\$ 12,0 bilhões. A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos, especialmente de exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para “Tributos e Encargos Parafiscais”, R\$ 45,0 bilhões, cerca de 89,3% (R\$ 40,2 bilhões) são de responsabilidade do Grupo Petrobrás, em função da previsão de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais, bem como sobre rendimentos financeiros.

Nos “Demais Custeios”, destaca-se o pagamento de “royalties” pelos Grupos Petrobrás e Eletrobrás, nos valores de R\$ 8,5 bilhões e de R\$ 254,3 milhões, respectivamente, e de aluguéis de plataformas e outras instalações.

O valor dos investimentos, no montante de R\$ 17,7 bilhões, difere do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme já mencionado anteriormente, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido (acima da linha), não são considerados os dispêndios das empresas Braspetro, PIFCo e FIC e 5283 Participações, do Grupo Petrobrás, bem como das instituições financeiras.

Na rubrica “Outros Dispêndios de Capital” estão incluídas provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo (R\$ 3,9 bilhões), inversões financeiras em outras empresas (R\$ 2,6 bilhões) e operações de *Projects Finances* da Petrobrás (R\$ 2,1 bilhões).

O valor referente às “Transferências Itaipu/Emgea” corresponde à eliminação de dupla contagem no resultado primário das referidas empresas, uma vez que a receita de Itaipu (venda de energia) gera também superávit na Emgea, mediante a integralização do capital social desta empresa.

Apesar do crescimento de R\$ 2,3 bilhões nos investimentos propostos para 2003, comparativamente ao limite fixado para o corrente na, as empresas do setor produtivo estatal apresentam desempenho, em termos de necessidade de financiamento líquido, superior em R\$ 362 milhões ao previsto para 2002, graças aos ganhos de produtividade obtidos nos últimos anos, à redução do endividamento e à rígida administração dos gastos.